

Autor  
reforma  
ma



# Autorreforma do PSB, um passo adiante

## **Comissão Redatora**

Carlos Siqueira

Domingos Leonelli

Paulo Bracarense

Sinoel Batista

# Autorro



# reforma do PSB



A939a Autorreforma do PSB - um passo adiante / Carlos Roberto Siqueira  
2020 de Barros, Domingos Leonelli Netto, Paulo Afonso Bracarense Costa,  
Sinoel Batista. - 1 ed. - São Paulo ; Quanta, 2020.  
166 p - 24 cm.

ISBN: 978-65-990864-1-0

1. Partido Político Brasileiro. 2. Partidos políticos - Brasil.  
I . Siqueira de Barros, Carlos Roberto. II Leonelli Netto, Domingos.  
III. Bracarense Costa, Paulo Afonso. IV Batista, Sinoel. V. Título.

CDD - 324.381

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes  
Bibliotecária CRB 9/870



Rua Doutor Clóvis de Oliveira, 166 - Vila Progredior  
CEP: 05616-130 São Paulo - SP  
Fone/Fax: +55 11 3385-0400

[www.qcp.com.br](http://www.qcp.com.br)

“

Liberdade sem socialismo,  
de fato, liberdade não é.  
Socialismo sem liberdade,  
realmente socialismo  
não pode ser”.

*João Mangabeira*



# Ficha Técnica

## **PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

### **COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL**

#### **PRESIDENTE NACIONAL**

Carlos Roberto Siqueira de Barros

#### **PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE NACIONAL**

Governador Paulo Henrique Saraiva Câmara

#### **VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

Luiz Roberto de Albuquerque

#### **VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE MODERNIZAÇÃO PARTIDÁRIA**

João Alberto Rodrigues Capiberibe

#### **VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS**

Ricardo Vieira Coutinho

#### **VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Rodrigo Sobral Rollemberg

#### **VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA MOVIMENTOS SOCIAIS**

Rubens José França Bomtempo

#### **VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES PARLAMENTARES**

Deputado Danilo Jorge de Barros Cabral

#### **VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INTERPARTIDÁRIAS**

Deputado Júlio César Delgado

#### **VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES FEDERATIVAS**

Deputado João Henrique de Andrade Lima Campos

#### **VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE POLÍTICAS DE GÊNERO**

Deputada Lídice da Mata e Souza

#### **SECRETÁRIO-GERAL**

Governador José Renato Casagrande

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO NACIONAL**

Prefeito Geraldo Júlio de Melo Filho

**SEGUNDO-SECRETÁRIO NACIONAL**

Antonio Carlos Valadares

**SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL E LÍDER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputado Alessandro Lucciola Molon

**PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS**

Márcio Luiz França Gomes

**SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS**

Severino Nunes de Araújo

**SECRETÁRIOS NACIONAIS ESPECIAIS**

Deputado Carlos Camilo Góes Capiberibe

Cláudio Valverde Santos

Domingos Leonelli Netto

Mário Sander Bruck

Milton Coelho da Silva Neto

Waldomiro Lopes da Silva Júnior

Wilson Nunes Martins

Carlos Enrique Franco Amastha

Prefeito Jonas Donizette Ferreira

Prefeito Luciano Ferreira de Souza

Vice-Prefeita Mari Elisabeth Trindade Machado

Deputado João Henrique Holanda Caldas (JHC)

Deputado José Luiz Stédile

Deputado Luciano Ducci

Deputado Rafael Huete da Motta

Deputado Serafim Fernandes Corrêa

**SECRETÁRIO NACIONAL DO MOVIMENTO POPULAR**

Acilino José Ribeiro de Almeida

**SECRETÁRIO NACIONAL DA JUVENTUDE**

Tony de Siqueira Sechi

**SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES**

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Dora Pires)

**SECRETÁRIA NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO**

Valneide Nascimento dos Santos

## **SECRETARIA NACIONAL SINDICAL**

Joílson Antonio Cardoso do Nascimento

## **SECRETÁRIA NACIONAL LGBT**

Tathiane Aquino de Araújo

## **LÍDER DO PSB NO SENADO FEDERAL**

Senador Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto

## **AUTORREFORMA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Carlos Roberto Siqueira de Barros  
Ricardo Vieira Coutinho  
Alessandro Lucciola Molon  
Alexandre Navarro Garcia  
Luiz Roberto de Albuquerque  
Domingos Leonelli Netto  
Fabio Luciano de Araújo Maia  
João Alberto Rodrigues Capiberibe  
Martiniano Pereira Cavalcante Neto  
Paulo Afonso Bracarense Costa  
Sinoel Batista

### **COMISSÃO REDATORA**

Carlos Roberto Siqueira de Barros  
Domingos Leonelli Netto  
Paulo Afonso Bracarense Costa  
Sinoel Batista

### **PROJETO GRÁFICO**

Sibelle Rieping

### **REVISÃO DO TEXTO**

Iria Zanoni Gomes

### **FOTOGRAFIA**

Páginas 2, 3, 18, 138 e Contra Capa - Divulgação PSB  
Página 10 - Arquivo Público do Distrito Federal  
Página 25 - Valter Campanato - Agência Brasil  
Página 48 - Sondem - 123RF  
Página 79 - Thiago Japyassu - Pexels  
Página 95 - Agência Brasil

“

A AUTORREFORMA do PSB  
sintonizará o nosso Partido de forma  
mais eficaz com o Brasil e com o  
mundo contemporâneos.  
Além disto, o Partido ficará mais forte  
para enfrentar os desafios do Brasil  
para torná-lo um País  
próspero, sustentável e inclusivo."

*Carlos Siqueira*





# Sumário

Apresentação 17

Introdução ao Programa 19

## Eixo Temático I - Reforma do Estado 25

### | Reforma Política 27

Sistema de Governo 28

Reforma no Sistema Eleitoral 31

Separação entre Partido e Governo 32

### | Reforma do Aparelho do Estado 33

Desprivatização do Estado e Combate a Privilégios 33

Gestão Pública e do Estado 34

Novo Federalismo 34

Governo Aberto e Gestão Compartilhada 36

Tribunais Públicos 37

Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras 37

Tribunais de Contas 38

Legislativo Cidadão 38

Planejamento Estratégico Sustentável 39

### | Reforma Fiscal-Tributária 40

Repartição Mais Justa e Coerente das Receitas 42

### | Política Externa 43

### | Defesa Nacional e Geopolítica 46

## Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade 48

| A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas 49

Para Recuperar a Precedência do Estado 52

| Macroeconomia 54

Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil 54

Financeirização e Subordinação da Macroeconomia Nacional à Economia Global 55

Perda do Valor Relativo da Indústria 56

Visão Socialista do Modelo Macroeconômico 56

| Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento 61

Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade 63

| Desenvolvimento da Amazônia 4.0 67

| Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento 71

| O Futuro do Trabalho 75

| Superar as Desigualdades Regionais 79

## Eixo Temático III – Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde 81

| Economia Verde, uma Possibilidade 83

| Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental 87

- | Biomas Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento 88
- | O PSB e o Ecosocialismo 90
- | A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável 92
- Políticas para a Construção da Sustentabilidade da Mineração 93
- | A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia 94

## Eixo Temático IV – Políticas Sociais e Cidades Criativas 97

- | Políticas Sociais para Igualdade 98
- | A Seguridade Social como Instrumento de Redução da  
Desigualdade 100
- Avançar com o SUS 100
- | Educação para a Emancipação 102
- A Educação no Brasil 102
- Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira 103
- Financiamento e Gestão da Educação Brasileira 104
- O Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação 105
- Revolução Criativa na Educação 107
- | Direito Social ao Trabalho 110
- | Segurança Pública 112
- | Mais Mulheres no Poder 114
- | Emancipação e Empoderamento dos Negros 116

Idosos, uma Nova Realidade	120
Por uma Reforma Agrária que se Conecte ao Brasil do Futuro	122
O Direito à Cidade e a Reforma Urbana	124
Cidades Criativas	130
Cidades Criativas x Pandemia	133
Cultura, Desenvolvimento e Criatividade	135
Políticas Culturais	137
<b>Eixo Temático V – Socialismo Criativo, Democracia e Partido</b>	<b>140</b>
Socialismo Criativo	141
Socialismo Criativo e Democracia	143
Igualdade, Liberdade e Felicidade	144
Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido	146
Um Partido Laico e Acolhedor	147
O Partido e a Comunicação em Rede	149
A Autorreforma e o Partido que Queremos	151
Lista dos Participantes da Conferência Nacional da Autorreforma	155

“

Estamos em um  
caminho que já deu o  
que tinha que dar.  
É hora de dar um  
salto adiante”.

*Eduardo Campos*



“

O que for possível  
nós faremos e  
o que não for  
possível o povo nos  
ajudará a fazer”.

*Miguel Arraes*



# Apresentação

Prezadas companheiras e prezados companheiros.

Continuam os debates sobre a Autorreforma do PSB visando a construção de um novo programa que guiará os socialistas brasileiros nos próximos anos do século XXI.

Agora, temos o prazer de passar às suas mãos o Caderno 3 da Autorreforma. O caderno 1 continha o material teórico que informou as discussões realizadas em nossa histórica Conferência Nacional realizada no Rio de Janeiro em 28, 29 e 30 de novembro de 2019 com a participação de mais de 300 dirigentes partidários. O caderno 2 reproduziu essas primeiras teses agregando as contribuições dos companheiros que participaram da Conferência Nacional da Autorreforma.

Já o presente Caderno 3 contém uma síntese dos cadernos anteriores e a sistematização de uma proposta para o novo programa do PSB a ser apresentada no Congresso Nacional do Partido em 2021. Esse Caderno 3, em formato de livro, visa facilitar a discussão dentro e fora do PSB sobre as ideias inovadoras e vivificadoras da política que apresentamos aos militantes socialistas e à sociedade brasileira.

O presente livro é composto por eixos temáticos, capítulos e seções. Como forma de alinhar conhecimentos foram adotados recursos visuais de destaques e a adoção de “box”, para registrar determinados conceitos e aprofundar conhecimentos históricos.

Esta nova proposta de Programa está exposta ao debate no site [www.autorreformadopsb.com.br](http://www.autorreformadopsb.com.br) junto com os cadernos anteriores e os textos de vários autores consultados para a elaboração dos mesmos. O novo hot-site pode ser acessado

através do portal <http://www.socialismocriativo.com.br> e dos sites <http://www.psb40.org.br> e <http://www.fjmangabeira.org.br>.

Novas ideias são apresentadas a exemplo da Revolução Criativa na Educação, Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento, Reforma do Estado, Amazônia 4.0, Empregos Verdes, Reforma Urbana e Cidades Criativas ao lado da defesa de vários pontos da Constituição de 1988 como parte da proposta do novo Programa do PSB. Dedicamos capítulos ao Socialismo, à Democracia e ao Partido que Queremos. Presente também referência à Não Violência Ativa como uma ideia de método da luta pelo Socialismo Criativo.

Temos, portanto, uma imensa tarefa a cumprir como militantes do Partido Socialista Brasileiro: a construção de um novo programa para o nosso Partido.

Participe, contribua, apresente suas críticas e sugestões ao longo das Conferências Estaduais que serão realizadas em 2020 e 2021.

## **Carlos Siqueira**

Presidente Nacional do PSB



# Introdução ao Programa





Riqueza e desigualdade, luxo e miséria, desperdício e carências elementares, beleza cultural e violência, insegurança entre os mais pobres, caracterizam o Brasil deste início do século XXI. A Pandemia do Coronavírus que atravessou o Brasil em 2020, agravou este quadro.

Por outro lado, a pobreza, a ignorância e a miséria, em escalas inaceitáveis, convivem com uma economia razoavelmente complexa, com seus clássicos componentes industriais, financeiros, comerciais e agropecuários, articulando-se, ainda que precariamente, com setores da moderna economia do conhecimento e com os avanços tecnológicos. Essa desigualdade é explicada pelo fato de o Brasil estar entre os dez países com maior grau de concentração de renda do mundo. Mas, é também o maior país da América do Sul e da América Latina, o quinto maior do mundo em extensão, e ter mais de 210 milhões de habitantes.

Cabe ressaltar, ainda, que o Brasil fala majoritariamente uma única língua e é o maior país lusófono do planeta, além de ser uma nação multicultural e etnicamente diversa, em decorrência de imigrações de várias partes do mundo. Possui uma biosociodiversidade como nenhum outro país, a maior reserva de água doce do planeta, terras férteis capazes de produzir uma grande variedade de alimentos, reservas minerais. E, entre tantas outras riquezas, um povo alegre e criativo. Criatividade, aliás, que precisa se transformar num ativo cultural, econômico e tecnológico, para o pleno desenvolvimento de uma nação soberana, em condições de se colocar em pé de igualdade com as nações que superaram muitos desses problemas.

O projeto de desenvolvimento, implementado por Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1950 – único Projeto Nacional de Desenvolvimento – alcançou parcialmente seus objetivos. Mas está se esgotando, sem a sonhada inserção da maioria do povo brasileiro na plena cidadania econômica, social e cultural.

Tanto as fórmulas liberais adotadas pelos governos democráticos, a partir da última década do século passado, como os programas sociais levados a cabo pelos governos social-democratas, a partir dos anos 2002, foram insuficientes para libertar o povo brasileiro da pobreza, da desigualdade e da descrença na cidadania e na política.

“

**Tanto as fórmulas liberais como os programas sociais levados a cabo pelos governos social-democratas foram insuficientes para libertar o povo brasileiro da pobreza, da desigualdade e da descrença na cidadania e na política”.**

As elites dirigentes brasileiras nunca foram capazes de atrair a sociedade para o pleno exercício da cidadania e de promover o engajamento político das massas, num projeto de desenvolvimento nos âmbitos econômico, social e cultural. O País não conseguiu, no ciclo democrático iniciado em 1985, elaborar e implantar um Projeto Nacional de Desenvolvimento que resultasse em uma inclusão massiva. Faltou, e ainda falta, um projeto de país.

Diferentemente de outras grandes democracias modernas, o Brasil contemporâneo não tem um marco fundacional próprio, algo como as revoluções lideradas pelas burguesias europeias, que modificaram radicalmente a estrutura fundiária, as relações de produção e as relações sociais, as quais engendraram novas institucionalidades. Algo similar à revolução norte-americana, que produziu uma mudança significativa em sua organização econômica, política e social, cuja referência eram as relações escravistas. O Brasil, ao contrário, especializou-se em avançar com conciliações, sem resolver seus verdadeiros desafios, que são estruturais. E, por isso mesmo, serviram em grande medida aos mais abastados.

Mesmo a esquerda - da qual o PSB é parte -, chegando ao Governo Federal (2003 a 2016) não implementou as reformas estruturais

necessárias à transformação da sociedade, como as reformas financeira, política, tributária, agrária, urbana e trabalhista. Não reformou o Estado brasileiro e não modernizou a prática política. Pelo contrário, parte dela aderiu às formas tradicionais de realizar alianças, por meio do patrimonialismo, da fisiologia e da corrupção. E, principalmente, a esquerda brasileira não foi capaz de apresentar e executar um Projeto Nacional de Desenvolvimento econômico e social, conectado com as novas cadeias globais de valor vigentes no mundo, a partir da revolução tecnológica e da economia do conhecimento ou Economia Criativa.

“

**A esquerda brasileira não foi capaz de apresentar e executar um Projeto Nacional de Desenvolvimento econômico e social, conectado com as novas cadeias globais de valor vigentes no mundo, a partir da revolução tecnológica e da economia do conhecimento ou Economia Criativa”.**

Para avançar, contudo, é preciso identificar os erros produzidos pela esquerda (PT, PDT, PCdoB e PSB), especialmente pelo PT, partido hegemônico deste conjunto, que teve papel preponderante na condução política. De início, uma vez no poder, trouxe para o núcleo duro de seus governos não os parceiros de empreitada da construção democrática, mas agremiações partidárias como as que se organizaram no que se denomina “Centrão”. A tragédia que essa escolha representou, se vê, nas consequências de um modo de fazer política que nada tem a ver com as práticas da esquerda no campo da probidade, da lisura e do respeito aos princípios da administração pública.

Todos esses erros permitiram à direita assumir uma linguagem “revolucionária” a serviço da contrarrevolução e propor reformas estruturais, associadas não à modernização da estrutura econômica brasileira e a uma distribuição mais justa da riqueza, mas ao desmonte do que foi o projeto de desenvolvimento de Getúlio Vargas (Petrobras, Eletrobras, mercado interno, salário mínimo, avanços sociais e trabalhistas).

Tem-se assistido ao fortalecimento ainda maior do setor financeiro e à extinção, na prática, dos marcos regulatórios trabalhista, social e ambiental. Um exemplo deste último, é o incentivo à expansão do agronegócio – importante economicamente –, mas voltado à exportação de *commodities* e incluindo setores descompromissados com questões essenciais para o pleno desenvolvimento do País, como a sustentabilidade ambiental.

O fenômeno da emergência de uma plataforma de direita, ultraliberal nas políticas econômicas e extremamente conservadora nos costumes - com uma agenda regressiva em termos civilizacionais e ambientais, como ocorreu no Brasil em 2018 - não é um problema apenas brasileiro. O processo ocorre em escala mundial, sem que os problemas propostos pela contemporaneidade sejam sequer abordados. Em lugar de reflexão e políticas públicas, o mundo se vê diante de um voluntarismo e fundamentalismo que não podem levar a um lugar seguro.

Na eventualidade deste projeto da ultradireita realizar-se, o Brasil estará geopoliticamente ajustado aos interesses internacionais do capitalismo mais atrasado. Uma espécie de recolonização, só que em outros patamares.

O fato é que, neste início do século XXI, o Brasil parece encontrar-se em uma encruzilhada histórica, no fim de um ciclo, de um processo civilizatório que não se realizou completamente. A herança escravista, a exploração destrutiva da natureza e o alijamento sistemático da cidadania, ameaçam juntar-se às novas formas de exploração dos trabalhos físico e intelectual, dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, na era digital.

Essa combinação de perspectivas, a princípio irreduzíveis a um termo comum, está sendo realizada por meio do desfazimento das conquistas sociais da Era Vargas e das conquistas sociais consagradas pela Constituição de 1988, muitas delas ainda inconclusas. O principal marco dessa “modernização reacionária” pode ser encontrado no desmonte do Sistema de Seguridade Social, que compreende a saúde pública, a assistência e previdência sociais.

Também por isso, é incluída nesta proposta de Programa do PSB a defesa de vários pontos da Constituição Brasileira de 1988 que representa verdadeiros avanços civilizatórios. Direitos sociais que constam do texto constitucional mas que até a segunda década do século XXI não se concretizaram.

A crise política que resulta desse processo é de tal magnitude que não suporta

mais pequenos passos, soluções ambíguas ou medidas graduais submetidas às tradições políticas usuais e atrasadas. Não se pode mais buscar o modelo que, ao conciliar interesses, se esquece de fazer os enfrentamentos necessários à edificação de uma grande nação. É urgente um projeto político que inverta as prioridades, de tal modo que os mais pobres se vejam à frente das preocupações políticas e do fazer do Estado. Dar este passo, ir além da tradição infértil da conciliação é uma tarefa que o PSB se propõe assumir.

Tal proposta significa buscar a refundação do Brasil numa perspectiva realmente revolucionária; não no sentido insurrecional ou violento, mas no sentido de uma transformação estrutural de longo prazo, por meio do aprofundamento da democracia política, econômica e social.

Mas esse longo prazo tem que começar já, especialmente porque a parca civilidade que se alcançou até aqui, mesmo com toda sua precariedade, viu-se ameaçada pelo retrocesso, pelo arbítrio e pelo autoritarismo na segunda década do século XXI.

Nesse esforço, o PSB propõe adotar a Não Violência Ativa como método de luta de comprovada eficácia em várias partes do mundo, especialmente nos Estados Unidos com Martin Luther King, na Índia com Mahatma Gandhi e na África do Sul com Nelson Mandela. A Não Violência Ativa, inclui a mobilização popular, o confronto de ideias e ações das organizações e dos movimentos da sociedade civil. Nada tem a ver, portanto, com passividade política ou conciliação de princípios.

É preciso reinventar o fazer político; mobilizar a sociedade para a luta pela redução das desigualdades; proporcionar, principalmente à juventude brasileira, uma perspectiva política pela qual vale a pena viver e lutar. Harmonizar o sonho de cada pessoa com a utopia da felicidade coletiva.

Eixo Temático I

# Reforma do Estado



**O Eixo Temático I - Reforma do Estado** - é integrado pelos temas: Reforma Política, Reforma do Aparelho de Estado, Reforma Fiscal-Tributária, Política Externa e Defesa Nacional. Estes tópicos são temas estruturantes para a reforma do Estado brasileiro para que este atue como construtor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado aos diferentes segmentos sociais menos privilegiados, inseridos ou não na estrutura produtiva formal ou informal, e aos mais vulneráveis, que vivem em estado de miséria absoluta, assegurando-lhes acesso universal e permanente aos bens e serviços públicos.

A proposta de Reforma do Estado deve envolver prioritariamente o combate a todas as formas de desigualdade e estar igualmente capacitada para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil, sustentável e igualitário. Uma reforma do Estado que contemple os três poderes, tendo por meta orientá-los a atender às demandas da sociedade, tanto no sentido político amplo, quanto na entrega de serviços públicos de qualidade, com foco prioritário nos segmentos sociais menos privilegiados e nos mais vulneráveis.

Tais objetivos serão alcançados a partir de uma reforma da estrutura organizacional do Estado, sistêmica e integrada, pautada em bases modernas e racionais, centrada na ampliação das oportunidades para todos. As bases para isso principiam pela oxigenação das estruturas partidárias e pelas reformas acentuadas dos métodos atuais do sistema parlamentar representativo.

No plano nacional, é imprescindível a repactuação de um Novo Federalismo, com a ampliação da autonomia de estados e municípios e com o reordenamento de receitas e despesas correspondentes aos serviços assumidos por todos.

“

**A proposta de Reforma do Estado deve envolver prioritariamente o combate a todas as formas de desigualdades e estar igualmente capacitada para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil, sustentável e igualitário”.**

No plano internacional, todos os esforços devem ser no sentido de se manter a tradição diplomática do País de respeito quanto à autodeterminação dos povos, à luta intransigente pela paz e à amizade entre os povos, a ampliação das relações culturais, comerciais e técnicas e a noção de recepção-acolhida de expatriados.

## | Reforma Política



O PSB considera a Reforma Eleitoral como a mais premente de todas as reformas. É necessário haver um redesenho do sistema político, com o objetivo de fazer com que as instituições partidárias se definam de modo claro, nos aspectos político, ideológico e programático, de forma a estabelecer uma relação entre representantes e representados baseada nas convicções e nos perfis ideológicos. Tal rearranjo deverá orientar o sistema partidário, que pode ser induzido, em caráter complementar, pelo fortalecimento de cláusula de desempenho eleitoral dos partidos, que reduza a multiplicação artificial do número de partidos.

Um segundo ponto a considerar, é a insuficiência da democracia participativa, que requer a intensificação do uso dos mecanismos de participação da população, tais como plebiscito, referendo, projetos de lei de iniciativa popular. Nesses mesmos termos, incentivar o uso das novas tecnologias, com o objetivo de empoderar a sociedade civil no acompanhamento e controle das ações de Estado. A ideia do fortalecimento da democracia, com a adoção de ferramentas de uma democracia digital, além de possível é extremamente necessária.

Os conselhos municipais, previstos na Constituição e vinculados às políticas públicas, desempenham papel importante nas estratégias de controle social. Entretanto, é fundamental alterar a lógica de composição e funcionamento dos mesmos, para que deixem de funcionar como “correia de transmissão” de governos ou de partidos. Os mesmos devem ser fortalecidos e capacitados para que desempenhem adequadamente e de forma autônoma, e com poderes deliberativos quanto ao acompanhamento da execução das políticas, em especial a gestão orçamentária.

## Sistema de Governo

**PSB40**  
QUERO  
PARTICIPAR



As crises geradas a partir das relações entre executivo e legislativo permitem pensar, de modo objetivo, no tema do sistema de governo (parlamentarismo, presidencialismo), debate que deve ser realizado com o objetivo de propiciar meios capazes de aprofundar a democracia, valorizar os coletivos (partidos e movimentos sociais) e permitir a solução de conflitos no governo, sem comprometer o Estado democrático e de direito.

**O Sistema de Governo define se o país será administrado pelo parlamentarismo (o parlamento elege o primeiro ministro, e este comporá a equipe do ministério) ou presidencialismo (eleito diretamente, terá a missão de nomear a equipe ministerial). O Sistema político ou forma de governo, diz respeito à adoção de uma monarquia ou da república.**

**Já o Regime de Governo define se um país é gerido de modo democrático ou na forma de uma ditadura.**

**Por fim, a referência a um Estado unitário corresponde à concepção de que o poder de gerir o país está nas mãos do governo central que se relaciona diretamente com os municípios, ou uma Federação, em que tradicionalmente é identificada a presença de um governo nacional, governos regionais (estado-província) e municipais.**

O presidencialismo, especialmente no período que envolve a redemocratização brasileira, passa por crises constantes e, a partir do segundo governo da Presidente Dilma Rousseff, vive uma das suas piores. Constatou-se que este modelo não foi capaz de produzir soluções rápidas para as crises políticas, evitando que essas desaguassem em crises institucionais como nos processos de impedimento de presidentes. Ficou evidenciado que esse sistema de governo favorece as crises de governabilidade.



**O presidencialismo, especialmente no período que envolve a redemocratização brasileira, passa por crises constantes”.**

O sistema presidencialista brasileiro é opaco, avesso ao controle externo e refratário aos controles internos. Por natureza, é concentrador de poderes nas mãos do Presidente da República e em poucos de seus ministros. Quando os presidentes estão fortes e bem avaliados pela população, invariavelmente comportam-se como senhores absolutos no comando da agenda nacional. Quando enfraquecidos, tornam-se presas fáceis de chantagens.

Essa forma de governo também tem sido incapaz de conduzir os debates com a sociedade brasileira, visando organizar um pensamento de mobilização e de construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, contemplando uma inserção internacional soberana e o combate das desigualdades.

No presidencialismo brasileiro, o chefe do Executivo é eleito diretamente pela população, para um período de quatro anos, podendo ser reeleito por mais uma vez. O Presidente compõe o ministério em acordo aos compromissos de sua campanha. O chefe do Executivo somente pode ser afastado e retirado do cargo se sofrer impedimento (*impeachment*), aplicado pelo Congresso Nacional se cometer crime de responsabilidade, condenado pelo Supremo Tribunal Federal por crime comum cometido no exercício do mandato, ou cassado pela Justiça Eleitoral por crime eleitoral. Cabe ao presidente definir a alocação e destinação de verbas públicas, bem como a definição das prioridades do governo.

Uma vantagem do presidencialismo é que por ter sido eleito pelo voto

direto o Presidente tem grande legitimidade. Este processo eleitoral torna-o uma figura forte. Quando o presidente organiza uma aliança com apoio da maioria no Congresso, a história demonstra que tal processo pode resultar em longos períodos de estabilidade institucional.

Como condição de funcionamento e de estabilidade, o presidente necessita de apoio da maioria no Congresso para aprovar e implementar as políticas constantes em seu programa de governo e se assegurar no cargo com relativa estabilidade. Esse equilíbrio fica mais complexo e exige grandes esforços de negociação - como ocorre no caso brasileiro - quanto mais o sistema partidário for fragmentado, ou ainda quando o Presidente não possui habilidade para organizar sua base de sustentação na Câmara Federal e no Senado, ou quando demonstra desapareço pelas instituições e pelos ritos estabelecidos pela democracia.

Outro problema que pode levar a rupturas entre o Executivo e o Legislativo, paralisar o governo e criar situações de impasse, é notadamente quando o Presidente perde apoio na sociedade e no Congresso. Entretanto, não pode ser retirado do cargo pelos congressistas sem que haja processos que duram meses e costumam ser traumáticos.

Já o parlamentarismo forma-se a partir da composição de uma maioria no parlamento, que se organiza em torno de projetos partidários de políticas públicas e de governo.



**A defesa do parlamentarismo está associada ao fortalecimento da democracia, ampliação do controle das ações dos governos e do Estado”.**

A defesa do parlamentarismo está associada ao fortalecimento da democracia, ampliação do controle das ações dos governos e do Estado. O parlamentarismo requer a reorganização do espectro partidário, com redução do número de partidos e eliminação das legendas de aluguel, reforçando a ideia de organização partidária pelo espectro ideológico e programático. Ao parlamentarismo também é atribuída a capacidade de solucionar crises políticas e evitar que se desdobrem em crises institucionais.

No parlamentarismo, governos podem ser substituídos sem que a decisão gere uma crise de Estado ou abale o regime democrático. O parlamentarismo possibilita, também, a efetividade democrática, na medida em que as pessoas votarão, não em salvadores da pátria, mas em partidos com programas definidos e conhecidos. Por sua vez, o sistema parlamentarista levaria os partidos a democratizarem as suas estruturas, abrindo-se mais a participações relativas a gênero, etnias e gerações. Como a composição dos governos se dá a partir de programas partidários, esses programas são muito mais valorizados no que diz respeito aos segmentos sociais e às temáticas contemporâneas.

A proposta de adoção do sistema parlamentarista no Brasil foi submetida ao escrutínio popular em duas ocasiões: 1963 e 1993. Em ambas, a opção pelo parlamentarismo foi derrotada.

## Reforma no Sistema Eleitoral

Independentemente do Sistema de Governo, mas na hipótese de o País adotar o sistema parlamentarista, é fundamental incorporar mudanças no sistema eleitoral brasileiro. Uma delas é o Voto Distrital Misto, mantida a obrigatoriedade. Neste processo, uma parte dos eleitos emergiriam dos distritos e outra, pela votação geral do estado pelo qual o candidato disputar a eleição em dois turnos. No primeiro turno, todos os candidatos de todos os partidos se apresentariam. No segundo, a disputa seria entre os dois mais votados.

A reforma deve incorporar também o mecanismo do Referendo Revogatório ou Voto Destituente (*recall*), ou seja, a possibilidade de, em caso de desconfiança, os eleitores voltarem às urnas para revogar o mandato do eleito infiel.

“

**A reforma deve incorporar também o mecanismo do Referendo Revogatório ou Voto Destituente (*recall*)”.**

A reforma que o PSB propõe deve adotar o fim das reeleições dos cargos executivos. Os mandatos deverão ter duração de cinco anos para todos



os agentes políticos dos poderes executivo e legislativo, das três esferas da Federação. Aos partidos e às campanhas deverão ser assegurados a garantia de financiamento público, o tempo para propaganda partidária e eleitoral gratuitos nas TVs e rádios e, principalmente, nas mídias sociais. É fundamental manter-se a proibição de financiamento empresarial e o estabelecimento de teto para autofinanciamento de candidaturas. Complementarmente, deverá ser adotada a exigência de tempo mínimo de um ano de filiação partidária para candidaturas em disputas eleitorais.

Como estratégia de superação do enfraquecimento dos partidos, provocada pela fragmentação partidária, é imprescindível o fortalecimento da cláusula de desempenho eleitoral. O PSB defende que o desempenho eleitoral mínimo que deve ser adotado é de 5% dos votos.

## Separação entre Partido e Governo

Existem diferenças fundamentais entre partido e governo. Um partido de esquerda precisa tornar públicos sua mensagem política e ideológica - claramente definida - e seu projeto de longo prazo. Já os governos, mesmo liderados pela esquerda, realizam programas conjunturais de curto e curtíssimos prazos, que resultam de alianças políticas e eleitorais e de alinhamentos programáticos, e envolvem outras forças políticas. Na condução de governos, os socialistas devem levar a cabo ações e programas que avancem na direção dos objetivos de longo prazo do Partido, de acordo com as circunstâncias e a situação política. Inclusive, porque um projeto de longo prazo, como o aqui proposto, não se efetivará integralmente no período de um mandato governamental.

Além disso, a clara separação entre governo e partido permite, a este último, cobrar e fiscalizar o próprio governo para que se aproxime ao máximo do projeto do Partido, deixando claro para a militância socialista, principalmente para a juventude, a nítida ideia de que a política não se exerce apenas por meio de governos e parlamentos.



# | Reforma do Aparelho do Estado



O Estado brasileiro, para atender às necessidades da sociedade e equacionar os desafios do século XXI - era do conhecimento -, deve ser pautado em novas diretrizes criativas, em especial, no enfrentamento diário das desigualdades e na promoção dos princípios do humanismo, da diversidade, da universalidade, da solidariedade e da igualdade. Essas novas diretrizes devem estar refletidas em paradigmas organizacionais, como o planejamento estratégico, o acesso e o desempenho meritocráticos às carreiras do serviço público e pela atividade ética, transparente e sustentável.

## Desprivatização do Estado e Combate a Privilégios



Embora numa sociedade de classes não se possa pretender uma completa neutralidade do Estado, a Reforma do Estado defendida pelo PSB pretende ampliar a influência e o poder dos interesses do trabalho no aparelho de Estado.

“

**É imperativo a eliminação da privatização e da precarização do serviço público, notadamente na saúde e na educação”.**

O PSB defende a viabilização de uma associação jurídico-política que apresente como propósito a desprivatização do Estado e o combate a privilégios patrimoniais existentes em todos os poderes e instituições públicas brasileiras. É imperativo a eliminação da privatização e da precarização do serviço público, notadamente na saúde e na educação. Esses setores estão fragilmente servidos pela terceirização irrestrita e por agências capturadas e manipuladas pelo mercado.

## Gestão Pública e do Estado



O PSB defende que a gestão pública do Estado brasileiro precisa ser mais precisa, efetiva e simplificada. Deve ter como missão o cumprimento dos objetivos e das metas constantes nos instrumentos orçamentários, articulados por um Projeto Nacional de Desenvolvimento, o qual deve ser submetido frequentemente ao monitoramento e à avaliação de resultados. Aos seus órgãos, devem ser asseguradas autonomia, flexibilidade e responsabilização na execução das políticas públicas estabelecidas pelas instâncias políticas competentes.

A gestão dos recursos humanos é um elemento essencial na modernização da gestão do Estado. Admitidos mediante concurso público, o trabalho do servidor deve ser protegido por segurança jurídica. Os servidores devem ser valorizados, estimulados e incentivados à realização de capacitações e atualizações e submetidos a avaliações de desempenho sistemáticas, como forma de estímulos ao aperfeiçoamento e ao acompanhamento acelerado de mudanças, de métodos e de tecnologias. Respeitado o processo legal, os desvios cometidos, notadamente os abusos de autoridade e de desrespeito ao público, devem ser exemplarmente punidos. O combate aos desvios constitui parte estratégica do fortalecimento das ações do Estado.

A gestão pública deve orientar-se constantemente pelos princípios da modernização e da transparência, assegurando aos dirigentes e à sociedade o fornecimento de informações necessárias ao acompanhamento dos resultados. Os sistemas de gestão das políticas públicas do Estado brasileiro, nos três poderes e nas três esferas, devem convergir para bases únicas, desenvolvidas em plataformas digitais livres, de fácil uso, consulta e ampliação do acesso e transparência das informações.

A responsabilidade fiscal é outro elemento vital na condução da gestão do Estado. Sem sustentabilidade financeira não há como geri-lo eficaz e eficientemente.

## Novo Federalismo

O federalismo brasileiro é um caso único, atípico, como a jabuticabeira que somente existe aqui. A proclamação da República teve como inspiração o modelo federalista americano. Lá, os estados eram muito fortes e cederam



parte de suas autonomias e poderes ao “novo” poder que se formava, a União. Com o passar do tempo, essa nova instância de poder tornou-se a grande força que passou a liderar os estados, que não ficaram mais fracos, mas que, juntos, constituíram a atual reconhecida potência mundial.

“

**O federalismo brasileiro é um caso único, atípico, como a jabuticabeira que somente existe aqui”.**

No caso brasileiro, a Federação - apesar de nascer como espelho, uma imitação do modelo americano -, não seguiu os mesmos passos. No modelo americano havia os estados, no brasileiro, as Capitânicas Hereditárias em transição para as Províncias-Estados, cujos dirigentes eram nomeados pelo Governo Federal, por meio de acordos pouco ou nada republicanos. O governo central brasileiro foi “moldando” a federação em acordo aos interesses dos grupos dirigentes de ocasião, concedendo autonomias pontuais, mas concentrando o poder de fato e real em suas mãos. Portanto, o modelo brasileiro formou-se por desagregação, ou seja, por partição do poder central, diferente do caso americano.

O federalismo brasileiro, constituído de forma assimétrica, adquiriu características desequilibradas, que hipertrofiaram as funções federais, transferindo cada vez atribuições aos municípios e reduzindo a responsabilidade dos governos estaduais. Assim, o Novo Federalismo brasileiro, para além das obrigações, precisaria descentralizar as receitas, a partir de uma construção colaborativa entre os entes federados, levando em conta as desigualdades regionais e a definição de padrões mínimos nacionais, para as diversas áreas temáticas de políticas públicas. É necessário promover a transição de um federalismo concentrador e conflituoso, para um Estado federado cooperativo, capaz de diminuir as desigualdades regionais e ampliar a autonomia dos entes subnacionais, esferas estadual e municipal.

Ainda, é necessário vencer o estigma centralista: pelo lado tributário, tem-se a concentração arrecadatória nos cofres da União (65% da carga tributária) contra 20% destinados aos estados e 15% aos municípios; do lado fiscal, pelas atribuições de responsabilidade por políticas públicas,

desproporcionais ao volume de recursos que os estados e municípios recebem.

No Novo Federalismo brasileiro, os estados e municípios devem ser empoderados, por meio do fortalecimento do princípio da subsidiariedade. Este princípio propõe uma interlocução de baixo para cima, ou seja, dos municípios para os estados e, destes para a União, assegurando efetiva participação cidadã na elaboração de políticas e do orçamento público. Igualmente, devem ser valorizadas e fortalecidas as transferências fundo a fundo (repasses constitucionalizados dos recursos dos fundos da União para os estaduais e municipais), bem como a manutenção, o fortalecimento, o aperfeiçoamento e a constitucionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

## Governo Aberto e Gestão Compartilhada



É preciso reforçar os instrumentos de transparência das contas públicas e dos serviços prestados pelos três poderes, nas três esferas de governo, por meio de um mecanismo de Governo Aberto, que alcance todos os processos - humanos, materiais e financeiros.

É necessário, ainda, ampliar as experiências de Gestão Compartilhada já constatadas, exitosas e providas de usabilidade, tornando-as política institucional capaz de reunir cidadãos no acompanhamento dos gastos e na execução de obras e de serviços públicos, por meio de dispositivos móveis, combatendo o desperdício e o superfaturamento.

“

**É necessário, ainda, ampliar as experiências de Gestão Compartilhada já constatadas, exitosas e providas de usabilidade”.**

Uma forma de ampliar os resultados da Gestão Compartilhada é a identificação individualizada do ordenador de despesa, por meio de Cartão de Pagamento, no qual conste seu nome e CPF. Esse modelo, que já existe para despesas nas áreas da Cultura e da Defesa Civil, deve ser estendido a

outras movimentações financeiras, a exemplo de executores de gastos por transferência Fundo a Fundo e de entidades do Terceiro Setor, para custeio, operações especiais e contribuições correntes.

## Tribunais Públicos

Os tribunais públicos são estruturas importantes do Estado de direito democrático, sendo fundamental a modernização e a democratização das suas formações. É imperioso, por exemplo, adotar o limite de oito anos para o exercício das funções de ministros, desembargadores, juízes de Tribunais Superiores e Inferiores, assim como adotar novas formas, critérios técnicos, meritórios e de transparência de assunção a essas vagas.

## Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras

O PSB defende a criação de uma estrutura que una o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), - responsável pela inteligência financeira e de proteção dos setores econômicos e sociais contra a lavagem de dinheiro -, à outra unidade administrativa, que analise e promova a auditoria permanente da dívida pública. Essa estrutura deve ser organizada na forma de Agência Reguladora, composta por servidores públicos e postulantes da sociedade civil, escolhidos por Comitê de Busca e sistemas de seleção por qualificação e mérito.

Em paralelo, deve-se estabelecer Arquivos Públicos, na forma proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que permitam criar registro dos verdadeiros donos das empresas do País. Isso possibilitará, por exemplo, a identificação de empresas *offshore* de brasileiros, instaladas em “paraísos fiscais”, além de proprietários de embarcações, veículos, imóveis, joias e obras de arte, numa forma de combater a corrupção, a sonegação, a elisão e a redução das opções para ocultação de transações ilegais por empresas e falsos proprietários.



## Tribunais de Contas

No caso dos chamados Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios, na verdade agências de controle, além de limitar os mandatos a oito anos, o PSB propõe seu redesenho, funcional e administrativo, transformando-os em Auditorias Gerais independentes, com estrutura colegiada, devendo ser considerados como órgãos de Estado, atuando exclusivamente como órgãos assessores dos respectivos poderes legislativos, o que os distinguirá do controle interno.



## Legislativo Cidadão

O PSB defende uma Reforma no Poder Legislativo envolvendo profundas transformações na sua composição, funcionamento e mecanismos de eleições dos seus membros, enquanto representantes da sociedade. Um primeiro passo seria não permitir mais uma segunda reeleição consecutiva para senador, deputado federal, estadual e distrital e vereador, eliminando de vez o conceito de políticos profissionais ou parlamentar profissional. O conceito de representante popular substituiria os dois conceitos hoje vigentes.



“

**O PSB defende uma Reforma no Poder Legislativo envolvendo profundas transformações na sua composição, funcionamento e mecanismos de eleições dos seus membros, enquanto representantes da sociedade”.**

Outra reforma importante do Poder Legislativo envolve o processo legislativo orçamentário, que passará por uma requalificação das Comissões de Orçamento. Seu funcionamento deve ser permanente, mas apenas como sistematizadoras das propostas do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como de projetos de crédito especial ou suplementar.

A modificação das leis orçamentárias passará a ser de competência e de responsabilidade das Comissões Temáticas, vinculadas ao objeto da despesa e depois aprovadas pelo plenário das casas legislativas.

Outro aspecto da Reforma do Legislativo são os projetos de iniciativa popular. Eles passariam a adotar os mesmos critérios para a convocação dos plebiscitos e referendos. A apresentação dessas alternativas exigirá assinatura eletrônica de 0,5% dos eleitores nacionais, distribuídos por pelo menos cinco estados, e os projetos tramitarão no Congresso Nacional, com prazos e ritos equivalentes às medidas provisórias.

## Planejamento Estratégico Sustentável



Um Estado Moderno e eficiente não pode dispensar o planejamento estratégico, categoria do pensamento político administrativo. Este planejamento é parte sequencial de um Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que define os objetivos nacionais de longo prazo e tem como cerne a sustentabilidade. Entretanto, é preciso entender o desenvolvimento sustentável como algo que vai muito além da defesa do meio ambiente. A sustentabilidade que se propõe é a definida em 1987, no “Relatório Brundtland”, publicado em livro, sob o título “O Nosso Futuro Comum”, que tem como pilares o desenvolvimento de economia inclusiva, a proteção social dos segmentos das populações mais vulneráveis e a conservação ambiental.

O Planejamento Estratégico Sustentável adotará políticas públicas que tenham como objetivo o desenvolvimento, a emancipação e a sustentabilidade. Essas políticas deverão ser orientadas pelos princípios da inclusão, da universalização do acesso, do respeito e acolhimento à diversidade, da superação das desigualdades e da emancipação da sociedade. Os princípios da sustentabilidade deverão incluir a participação de todos os segmentos menos favorecidos e mais vulneráveis da sociedade nos resultados a serem alcançados pela produção de bens e serviços, que emergirão deste processo.

Investimentos pesados em ciência, tecnologia e inovação constituirão a base para assegurar uma revolução industrial ancorada nos princípios e valores da economia do conhecimento. A transição ecológica do modelo atual - de espoliação e devastação dos recursos naturais - para uma economia de baixo carbono deverá ser alcançada através de investimentos em inovações

tecnológicas e pela construção e adoção de pactos verdes, que tenham como meta o uso racional e sustentável dos recursos naturais, especialmente o potencial econômico existente nos ativos naturais dos biomas brasileiros, notadamente na Amazônia.

“

**O Planejamento Estratégico Sustentável adotará políticas públicas que tenham como objetivo o desenvolvimento, a emancipação e a sustentabilidade”.**

Por fim, o Planejamento Estratégico Sustentável, estimulará e conceberá políticas públicas de infraestrutura e políticas sociais, que se estruturarão em insumos e matérias primas, cuja produção respeite os princípios da economia verde e fontes de energias limpas, baratas e renováveis, como nova estratégia de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

## | Reforma Fiscal-Tributária



A questão tributária tem sido abordada no Brasil no contexto estrito dos equacionamentos fiscal e orçamentário, ou seja, a perspectiva que tem orientado o debate é aquela do equilíbrio fiscal, sem ampliar a discussão da relação entre arrecadação e financiamento das políticas públicas.

Tal abordagem faz parecer desejável uma reforma que cuide apenas do equilíbrio das contas públicas, como se a sociedade devesse ser desembaraçada do “peso” econômico exercido pelo Estado, para perseguir por si mesma o caminho de seus interesses particulares. A perspectiva do PSB é distinta porque se ocupa da gestão fiscal propriamente dita, mas atribui um sentido social ao ato arrecadatário. É preciso que a reforma fiscal e tributária inverta o quadro atual e cumpra o papel de transferir renda dos mais ricos para os mais pobres, além de contemplar os aspectos fiscais já referidos no capítulo em que se trata do Novo Federalismo.

Sob o ponto de vista do socialismo democrático, é essencial assegurar que uma boa prática fiscal produza um avanço para um Estado de bem-estar social, ou seja, que as políticas públicas tenham financiamento adequado para que a população possa progredir socialmente, ter acesso e permanência a bens e serviços públicos de qualidade, em áreas como saúde, educação, cultura, saneamento básico, segurança pública, mobilidade e transporte.

“

**Sob o ponto de vista do socialismo democrático, é essencial assegurar que uma boa prática fiscal produza um avanço para um Estado de bem-estar social”.**

O regime fiscal brasileiro é injusto, o que contribui de forma expressiva para a elevada desigualdade na distribuição de renda e riqueza que se observa no País. Esse é um cenário já antigo, cuja primeira expressão é a regressividade da carga tributária brasileira, que decorre do fato de que, proporcionalmente à renda, os mais pobres pagam muito mais impostos do que os mais ricos.

Ao se falar de reforma fiscal, o ponto de partida deve consistir em ampliar a progressividade fiscal, invertendo a lógica até aqui dominante, iniciativa que requer alterar o modo pelo qual os impostos são arrecadados. É preciso reduzir a incidência de impostos sobre consumo e aumentar os impostos sobre a renda dos mais ricos.

Complementarmente, impõem-se diminuir significativamente, ou eliminar, as desonerações fiscais sobre as rendas altas - especificamente a não taxação de lucros e dividendos. Deve ser ampliada a tributação patrimonial, o Imposto Territorial Rural (ITR) e o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD). Destaque especial deverá ser dado para a adoção do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

Outro vetor especial envolve a simplificação dos processos arrecadatórios. Esses arranjos devem permitir que a reforma seja efetivada sem que ocorra aumento da carga tributária.

## Repartição Mais Justa e Coerente das Receitas



O que está em questão nas relações entre reforma fiscal e tributária e o desenho federativo do Brasil é a macrocefalia da União, que concentra a maior fatia dos recursos, deixando estados e municípios em dificuldades, considerando que estes entes federativos passaram a assumir responsabilidades crescentes depois da implantação de políticas públicas como saúde, educação e assistência social, nos termos previstos pela Constituição de 1988.

“

**O que está em questão nas relações entre reforma fiscal e tributária e o desenho federativo do Brasil é a macrocefalia da União, que concentra a maior fatia dos recursos, deixando estados e municípios em dificuldades”.**

Cada ente da Federação possui fonte própria de recursos. Entretanto, Estados e Municípios têm participação nos impostos recolhidos pelo governo central, que são repassados automaticamente por meio do FPE e FPM, respectivamente. Tendo em vista a formação e o funcionamento do federalismo brasileiro, é relevante salientar que, quanto menor é o dinamismo econômico de cada unidade federada, tanto maior é a dependência dos repasses da União.

A proeminência arrecadatória da União manteve-se e vem sendo agravada, em grande medida, pelas renúncias fiscais federais que incidem sobre impostos que fazem parte do FPM e do FPE, ao mesmo tempo em que se mantêm inalteradas as contribuições, a exemplo da COFINS e do IOF, que não são compartilhados com Estados e Municípios. Existem ainda desonerações incidentes sobre tributos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - caso da Lei Kandir -, que deveriam ser objeto de compensação por parte do governo federal, e que não tem ocorrido na proporção das perdas arrecadatórias dos estados. O modelo existente limita a arrecadação e a partição de recursos fiscais, a autonomia atribuída aos Estados-Membros, ao Distrito Federal e aos Municípios, asseguradas pela própria Constituição.

A reforma fiscal, defendida pelo PSB, propõe uma mudança nessa situação. Essa mudança exigirá a adoção de um Novo Federalismo, com a revisão dos critérios de repasse dos montantes que integram o FPM e o FPE, tornando compatíveis atribuições e recursos dos entes federados e minorando, em benefício dos cidadãos, a volúpia da União no processo arrecadatório. Defende, também, forte redução no peso das despesas com juros, serviços da dívida, renovação-recompra dos títulos da dívida pública, para que esta redução permita ao Estado brasileiro investir mais em serviços e obras.

Os mecanismos de estímulo às exportações, baseados na redução dos tributos que impactam as finanças de estados e municípios, deverão ser revistos e revogados quando possível, notadamente a Lei Kandir.

O combate à regressividade na cobrança dos impostos deve compor o escopo da luta diária dos gestores públicos. Os impostos devem incidir com maior intensidade sobre a renda direta, os rendimentos e os ganhos de capital; e, menor, sobre o consumo de produtos destinados ao atendimento das necessidades básicas da população. A síntese da reforma socialista é: quem ganha pouco, paga pouco; e quem ganha mais, paga mais.

O Partido Socialista Brasileiro defende a manutenção e o fortalecimento de todos os tributos que compõem o orçamento da seguridade social e do Sistema Único de Saúde (SUS), notadamente a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Igualmente, defende a manutenção dos percentuais constitucionais de 15% destinados à Saúde e 25% à Educação.

## | Política Externa

Os socialistas entendem que as prescrições do artigo 4º da Constituição de 1988, que estabelece os princípios sobre os quais as relações internacionais do Brasil devem reger-se, continuam válidas.

Esses princípios determinam a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a



solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo - inclusive com a vedação a relações diplomáticas com países que pratiquem o “*apartheid*” -, o asilo político e a cooperação para o progresso da humanidade.

A Constituição determina, ainda, que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Objetivamente, os princípios constitucionais da política externa brasileira são frontalmente contraditórios com a política externa levada à prática pelos Estados Unidos da América. Enquanto o Brasil tem a defesa da paz como premissa de sua política externa, os EUA constituem-se na nação mais beligerante do planeta, segundo o próprio ex-presidente Bill Clinton. E, enquanto o Brasil defende os princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção, os EUA promovem constantemente sanções comerciais e bloqueios econômicos a diversos países do mundo. Cuba e Venezuela são os exemplos latino-americanos mais gritantes.

O Brasil repudia o racismo e o terrorismo. Os EUA, durante décadas, apoiaram política e economicamente regimes autoritários e racistas em todo o mundo. Não raras vezes patrocinaram ou participaram de ações terroristas e de golpes de Estado.

Assim, apesar de serem um parceiro econômico importante, nada justifica um alinhamento automático com os EUA, como fizeram os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Por outro lado, também na política externa o Brasil ressentese da ausência de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que defina claramente qual é o papel do País na economia global. E é neste sentido que o conceito de soberania nacional se revela cada vez mais necessário. O Brasil não deve aceitar o papel a ele reservado, pelo mundo capitalista, de se constituir em uma nação marcada pela desigualdade, produtora de *commodities* agrícolas e minerais e simples consumidora de produtos de alta tecnologia.

Há que se considerar, também, que o cenário internacional da geopolítica não representa um teatro de operações do qual participam apenas os Estados nacionais, mas é, também, um cenário em que atuam as empresas globais, algumas delas com faturamento superior ao PIB de muitos países.

“

**O Brasil não deve aceitar o papel a ele reservado, pelo mundo capitalista, de se constituir em uma nação marcada pela desigualdade, produtora de *commodities* agrícolas e minerais e simples consumidora de produtos de alta tecnologia”.**

Após a queda do muro de Berlim e a derrocada do socialismo soviético, o mundo viu-se numa espécie de unipolarização, onde a hegemonia seria exercida pelos EUA, e por grande parte da Europa.

A formação dos Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - e a emergência da China como a segunda maior potência mundial, compõem um novo panorama geopolítico em que a hegemonia norte-americana é fortemente questionada.

O Mercosul e a possibilidade de uma formação mais ampla como a Unasul, coloca em evidência o papel relevante que o Brasil poderá vir a ter, como o maior país da América Latina, a ser exercido no âmbito das relações sul-sul, o que inclui a África como área de interesse estratégico para o Brasil.

O modelo de soberania externa absoluta, que garante a autonomia das ações dos Estados nacionais dentro de seus territórios, confronta-se diariamente com as novas premissas do mundo globalizado - em que fronteiras tornam-se mais tênues, à medida que a circulação de pessoas, informações, recursos financeiros e mercadorias ampliam-se em fluxos globais, intensificados pela revolução tecnológica.

Ao mesmo tempo, convive-se com posicionamentos ideológicos de isolamento a essa movimentação, - como o Brexit, por exemplo -, o que reaviva discussões ultranacionalistas perante os intensos fluxos globais. Na

realidade atual, o conceito de soberania está em discussão, reposicionando governos em favor da defesa dos interesses de sua população e de sua cultura, interesses esses que deveriam ser chamados de nacionais.

## | Defesa Nacional e Geopolítica

**PSB 40**  
QUERO  
PARTICIPAR



Uma moderna visão da Defesa Nacional passa por incorporar a geopolítica à política e às estratégias partidárias. Além disso, impõe-se colocar a Defesa Nacional numa perspectiva econômica e de desenvolvimento tecnológico.

O PSB defende que a Defesa Nacional não é um tema exclusivamente militar. No entanto, o efetivo exercício da soberania nacional não pode desconhecer a importância do papel das Forças Armadas, que, no Estado democrático, estão subordinadas ao poder civil do Presidente da República, constituindo-se em instituições de Estado e não do governo, como reza a Constituição Federal.

“

**O PSB defende que a Defesa Nacional não é um tema exclusivamente militar”.**

Do ponto de vista econômico, o componente industrial de Defesa Nacional tende a desenvolver uma base tecnológica que, em vários países, adquiriu um caráter dual, desdobrando-se em produtos e serviços para o mercado. Assim é que acordos de transferências tecnológicas e a produção de equipamentos militares de ponta, como, por exemplo, os submarinos nucleares brasileiros e o projeto espacial brasileiro, abrem caminho para que o parque industrial nacional aproveite mercadologicamente muitos dos seus componentes. Desta forma, é preciso também desfazer a visão preconceituosa de que a indústria da defesa é apenas a indústria bélica.

Do ponto de vista geopolítico, o Brasil só pode exercer o seu papel na América do Sul e no mundo se dispuser de um mínimo de autonomia na produção de equipamentos de defesa. Por exemplo, para garantir o pleno uso

da chamada Amazônia Azul, ou seja, o domínio da parte brasileira do Oceano Atlântico, serão necessários navios civis e militares que assegurem a soberania nacional sobre essas águas.

Uma clara visão geopolítica é ainda necessária para situar o Brasil no quadro político mundial, em que as polaridades estão se refazendo. Sem forçar hegemonias, o Brasil tem - por seu território, sua população e seu desenvolvimento econômico - um papel estratégico a desempenhar na América do Sul. Esse papel deve ser o de aprofundar as perspectivas de integração sul americana, não só nos terrenos da economia e da logística de transportes, mas também culturalmente, nas atividades turísticas, de educação e de saúde, entre outras. E, assim, a política de Defesa Nacional deve entrelaçar-se à defesa do continente sul americano.

O Brasil deve desempenhar também um papel estratégico no hemisfério sul, bem como incluir a África Subsariana, a Antártica e o Atlântico Sul, no novo contexto de deslocamento de hegemonias do Ocidente para o Oriente, assim como posicionar-se sobre o papel da China na América Latina e na África, reafirmando o princípio da autodeterminação dos povos, a soberania das nações e a defesa da paz.

O PSB defende que, neste tema, o principal desafio a ser superado é a elaboração de um Plano de Estratégia Nacional de Defesa, como parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Eixo Temático II

# Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade





**O Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade** - é integrado pelos temas: A Economia deve servir à Vida das Pessoas, Macroeconomia, Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento, Desenvolvimento da Amazônia 4.0 e O Futuro do Trabalho, e tem como objetivo apresentar as propostas do PSB a respeito.

## | A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas



A política macroeconômica deve servir à Nação como ferramenta de estruturação de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento e a soberania do País. Constitui-se no principal instrumento de alocação dos recursos orçamentários, visando a garantia dos direitos fundamentais, a mobilidade e a emancipação social do povo brasileiro. É na elaboração e na execução do orçamento público que a gestão macroeconômica deve alocar recursos, prioritariamente em políticas públicas de educação, saúde, assistência, segurança pública, habitação, combate à fome e à pobreza, defesa nacional, e ainda em pesquisa, ciência e inovação tecnológica, demonstrando assim inequívoco compromisso com um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

A economia não deve ser um fim em si mesmo, mas servir à vida das pessoas, na busca permanente da igualdade e da preservação da natureza, sem renunciar à ideia do desenvolvimento sustentável. Na perspectiva do socialismo democrático, as principais metas econômicas da sociedade humana devem se relacionar fortemente com a redução das desigualdades, que se manifestam no País, nas regiões, e nas classes e segmentos sociais, principalmente em

relação aos negros e às mulheres. Os níveis e as formas da desigualdade se entrecruzam, se sobrepõem e se retroalimentam, como tem demonstrado a história, em ciclos.

É por meio da gestão macroeconômica que se definem políticas públicas e estratégias para o enfrentamento dos graves problemas gerados pelo capitalismo. O modelo de desenvolvimento econômico vigente no Brasil é incontestavelmente falho e desumano. A desigualdade na distribuição da riqueza e da renda constitui-se em uma das piores mazelas que assola a sociedade brasileira.

**N**o Brasil, seis bilionários possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de pessoas mais pobres do País. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente ao que um super-rico recebe em um único mês.

As evidências não deixam margem a dúvidas de que o capitalismo mundial - a despeito do discurso liberal de que o mercado equaliza e regula as diferenças -, mais que conivente, é o motor que impulsiona as desigualdades. O relatório da Oxfam, de 2019, apontou que o 1% de pessoas mais ricas do mundo detêm mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas, e que os 22 homens mais ricos do mundo detêm mais riqueza do que todas as mulheres que vivem na África. É preciso ser cínico e desumano para defender esse modelo de capitalismo e liberalismo vigentes nos tempos atuais.

O socialismo democrático recusa o dogma liberal que afirma que o funcionamento dos mercados produziria por si só o máximo bem-estar a que a sociedade humana poderia aspirar. A realidade indica justamente o contrário, a doutrina liberal tem falhado, recorrentemente, na conciliação da produção de riqueza com a diminuição da desigualdade. O mercado é muito eficiente para produzir riqueza, entretanto, ineficiente para distribuí-la. Ao contrário, tende a concentrá-la.

Compreender esta realidade é o primeiro passo para tomada de consciência e organização de um posicionamento claro e firme. O projeto de

socialismo democrático defendido pelo PSB compreende, necessariamente, a adoção de políticas públicas que promovam o crescimento e a prosperidade e, ao mesmo tempo, o acesso equitativo aos frutos do desenvolvimento, reduzindo a desigualdade na distribuição da riqueza e da renda, que caracterizam historicamente o Brasil. Evidentemente, essas metas só podem ser alcançadas se houver políticas públicas que promovam o crescimento econômico, para amparar processos distributivos de renda e riqueza, propiciando ainda o aumento do emprego, cuja qualidade é tão importante quanto a quantidade.

“

**O socialismo democrático recusa o dogma liberal que afirma que o funcionamento dos mercados produziria por si só o máximo bem-estar a que a sociedade humana poderia aspirar”.**

Por isso, o Estado de direito democrático deve exercer plenamente seu dever, não se submetendo ao mercado caracterizado pela predominância do sistema financeiro. A reconfiguração das políticas econômicas e a sua harmonização com as políticas sociais têm uma importância política vital, uma vez que os fenômenos da intolerância, da polarização política, da reemergência da extrema direita estão estreitamente vinculados à forma como têm sido superadas as crises sistêmicas do capitalismo.

Essas crises, além de impor à maioria da população o custo da recomposição da economia por meio da adoção de políticas fiscais, que desoneraram os mais ricos, de programas radicais de privatização do patrimônio público, da imposição da lógica do “muito grande para falir-quebrar”, ocorrem em meio à emergência de um vigoroso processo de financeirização do capital, que se associou a uma globalização excludente, da qual têm se beneficiado sobretudo os mais ricos.

Para os mais pobres, do processo de globalização, sobrou a mudança radical do padrão dos empregos, o aumento da informalidade, a incerteza da aposentadoria, e um sistema de proteção social que se torna cada vez mais limitado para ser acessado e nele permanecer.

Com esse propósito, é Para superar esse cenário de desesperança e descrença, e, sobretudo, de tensões sociais, cenário que abrange o Brasil, e o mundo, é fundamental a efetivação de uma articulação virtuosa entre as políticas governamentais e os segmentos econômicos, constituindo-se em estratégia base de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, defendido pelo PSB.

É necessário que a política recupere sua precedência - na qualidade de atividade e instância de pactuação ativa de direitos e deveres, dos objetivos e metas da sociedade - sobre os interesses e conveniências do “mercado”, que têm orientado as políticas econômicas e minado as políticas sociais.

## Para Recuperar a Precedência do Estado



Do ponto de vista prático, e para fins de execução das políticas públicas, o PSB defende um ponto de equilíbrio entre a atuação estatal e a iniciativa privada, entre as políticas econômicas e as políticas sociais. Tal defesa significa recusar a um só tempo as falsas promessas do Estado mínimo e o estatismo exacerbado que se exerceu, não raro, em benefício de corporações e grupos de interesse que tomam o aparelho de Estado, privatizando-o, em detrimento das reais necessidades da população.

A distribuição de renda e riqueza é um desafio emergencial que precisa ser enfrentado. Nos quadros do que propõe o PSB, não se tratará jamais, por exemplo, de distribuí-las tomando da classe média porções de seu patrimônio, ou reduzindo seus rendimentos. A equação a ser produzida consiste em aumentar a produtividade da economia e melhorar, de forma expressiva, a qualidade de vida dos segmentos mais vulneráveis da população, ao se criar mecanismos redistributivos, apropriados a tal finalidade. Para reduzir as desigualdades é necessário tributar quem tem muito dinheiro, ou seja, os ricos, os milionários e os bilionários.

No fundamento dessa equação encontra-se um Estado capaz de planejar a longo prazo, induzir investimentos públicos e privados em setores estratégicos, e de atuar compatibilizando políticas econômicas e sociais, de forma a promover a justiça social. Um Projeto Nacional de Desenvolvimento adequado não envolve, conseqüentemente, prescrições contrárias à livre iniciativa - no sentido do estatismo que rondou algumas

práticas socialistas, como a soviética. O PSB é contra estas práticas.

Socialismo e liberdade são consignas que continuam presentes, e no plano econômico isso se traduz em igualdade de oportunidades, em coibir a atuação de oligopólios, em respeito às novas fórmulas de propriedade privada, coletivas e cooperativadas, sem prejuízo das grandes empresas produtivas.

A tarefa a que o socialismo democrático se propõe consiste em preparar o País para uma etapa pós-capitalista, na qual sejam preservadas a criatividade, inventividade, eficiência e economicidade. A concorrência inerente a esses fatores deve contribuir para a superação de cenários de miséria, de vulnerabilidade social, em um mundo no qual já predomina uma relativa abundância, que ainda não alcança a sociedade como um todo, em função de um radicalismo economicista para o qual a única realidade é o lucro.

“

**A tarefa a que o socialismo democrático se propõe consiste em preparar o País para uma etapa pós-capitalista, na qual sejam preservadas a criatividade, inventividade, eficiência e economicidade.**

Cabe considerar, ainda, que, para se alcançar o tipo de prosperidade que o socialismo democrático almeja, é necessário regular especialmente os efeitos negativos da financeirização do capital e da globalização excludente, inerentes a esse processo. A continuidade e a intensificação progressiva desse processo levam à incompatibilidade entre financeirização, democracia, civilização e sustentabilidade ambiental, impulsionando desastrosos retrocessos em todas as frentes. Refreado o peso que esse fenômeno tem imposto às contas públicas, cabe desenvolver políticas no âmbito da economia real, conforme se indica a seguir.

# | Macroeconomia

## Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil

A gestão macroeconômica brasileira, base de funcionamento do sistema econômico do País, está estruturada em três elementos, chamados de tripé macroeconômico que é composto pelo câmbio flutuante, pela meta de inflação e pela meta fiscal. A esses princípios, soma-se a Regra de Ouro, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Emenda do Teto de Gastos.

**O** tripé macroeconômico é composto por câmbio flutuante, relacionado à oferta e procura de moedas internacionais, notadamente o dólar; pela meta de inflação, que estabelece bandas-parâmetros inflacionários a serem perseguidos pela autoridade monetária; e, pela meta fiscal, com indicação de superávit primário, por meio da adoção de parâmetros para os gastos governamentais.

A Regra de Ouro, prevista no artigo 167 da Constituição Federal, proíbe a contratação de empréstimos para despesas de custeio da máquina pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. E a Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como a Emenda do Teto de Gastos Públicos que limita o aumento das despesas do governo por vinte anos.

A manutenção de tal regramento tem encontrado franco apoio da mídia e de economistas de formação liberal, que defendem garantir a geração de caixa para pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida, mesmo que isso signifique sobrepor os interesses dos rentistas aos da imensa



maioria da população, que sofre com os cortes e contingenciamentos dos gastos públicos. Para não deixar margem a dúvidas, em 2019, mais da metade do orçamento executado (a rigor, 53,29%) foi destinado para cobertura dessas despesas.

## Financeirização e Subordinação da Macroeconomia Nacional à Economia Global

**PSB40**  
QUERO PARTICIPAR



Desde a década de 1970, um Estado Nacional – os Estados Unidos da América – emite uma moeda fiduciária, em torno da qual o Sistema Mundial gravita, sem que existam instituições multilaterais que regulem e disciplinem esta emissão.

Tal anomalia gera tensões e instabilidades permanentes, pois o espaço de soberania de um único Estado passou a ser de todo o planeta. Ocupando uma posição privilegiada nas relações com o mundo, os Estados Unidos acostumaram-se a viver muito acima dos seus próprios recursos. E, com o tempo, esse novo arranjo monetário incrementou o poder de agentes econômicos que vivem desconectados da economia real.

“

**O Brasil aprofundou sua condição de País periférico e de economia reflexa, que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional”.**

Por outro lado, o Brasil aprofundou sua condição de País periférico e de economia reflexa, que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional. O País perdeu a capacidade de controlar o processo de desenvolvimento, pois a margem de manobra dos capitais voláteis ultrapassa amplamente o espaço da economia real. Criou-se um capitalismo administrador da especulação de dinheiro. À frente do sistema, não mais estão os capitães de indústria, do comércio e da agricultura, mas gestores de ativos líquidos, que vivem imersos em um ambiente de competição predatória.

Nesse cenário, o ciclo da acumulação capitalista passa a ter como

condição que os lucros sejam realizáveis em moeda estrangeira, cuja oferta é limitada e instável, ao que se associa altíssima rentabilidade pela aversão à incerteza no curto prazo.

## Perda do Valor Relativo da Indústria

O tripé macroeconômico, por sua vez, foi incapaz de evitar a tendência à sobrevalorização crônica da taxa de câmbio observada nos últimos 20 anos, e esta é uma das razões do processo de perda de competitividade da indústria nacional.

**A** série histórica, que compara a participação da indústria de transformação no PIB, entre 1947 e 2019, revela que a participação atual (11%) do setor é a mais baixa, desde o início da série histórica. Cabe ressaltar que no ano de 1985 a proporção alcançou 21,6% de participação e, desde então, observa-se um viés de queda contínuo.

Os incentivos (renúncias) fiscais concedidos pela União a setores da indústria, constituem enormes despesas com baixo - ou nenhum - benefício para a produção e o trabalho, uma vez que os recursos beneficiam apenas a algumas empresas e seus acionistas. Para que se dimensione a escala do problema, para o ano de 2019 foram destinados mais de R\$ 300 bilhões nesses incentivos, o que corresponde a mais de 4% do PIB brasileiro.

## Visão Socialista do Modelo Macroeconômico

Não é aceitável a manutenção de uma política pública que consuma mais da metade do orçamento anual da República em pagamentos de juros, amortizações e refinanciamento da dívida. Portanto, mesmo em se mantendo o tripé macroeconômico, o Brasil precisa romper com a atual lógica de gestão. É preciso dizer não a esta especulação e agiotagem financeira. É preciso dizer não, à apropriação do esforço coletivo representado pelo orçamento público.



Isso reduz drasticamente a capacidade de investimento do Estado em políticas e atividades que alterariam positivamente o perfil da economia brasileira.

Com base nos indicadores de desempenho da economia, da indústria, do emprego e em particular dos indicadores sociais, fica evidenciado que o Conselho Monetário Nacional (CMN) administra a economia com olhos e atenção voltados apenas para a proteção dos interesses dos rentistas.

É necessário mudar. E a forma de realizar essa mudança passa pela adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que determine que todas as ferramentas de gestão macroeconômicas sejam colocadas a serviço prioritário da produção, do trabalho e da redução das desigualdades sociais.

É urgente que o Conselho Monetário Nacional cumpra a missão que lhe foi atribuída na legislação que o criou, a de alcançar o progresso econômico e social do País por meio da adoção das políticas da moeda e do crédito, da coordenação das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e do controle e gestão das dívidas pública - interna e externa.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (Bacen), órgão operacionalizador das políticas estabelecidas pelo primeiro, não podem atuar de forma autônoma das definições governamentais. As políticas conduzidas pelo Conselho devem estar casadas com as estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social. A autonomia do Banco Central é um desatino e um desestímulo a quem deseja produzir e é nociva à adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. O Banco Central não pode estar a serviço dos interesses dos banqueiros e dos rentistas.

É fundamental que o CMN e o Bacen incorporem em suas decisões, posições e atitudes estratégicas em benefício do desenvolvimento nacional, onde o compromisso com o fortalecimento e o desenvolvimento da Nação deve presidir e subordinar todas as decisões.

Para mudar este quadro, o PSB defende a adoção de políticas macroeconômicas democráticas, progressistas e em benefício da produção, do trabalho e dos interesses nacionais.

Inicialmente, é necessário subordinar as regras da gestão fiscal - composta pelo câmbio flutuante, meta de inflação, meta fiscal, regra de ouro e regra do teto - à proteção do emprego e da renda, da soberania nacional, dos investimentos públicos, como estratégia de desenvolvimento nacional e da

redução das desigualdades sociais.

É necessário ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional (CMN), incorporando segmentos produtivos, tais como indústria, agronegócio, agricultura familiar e Economia Criativa. Incluir, também, representantes dos microempresários e dos trabalhadores, cuja representação seja por meio de escolha do segmento e não de ocupantes de cargos políticos. É necessário, ainda, assegurar a participação das instituições de ensino e pesquisa, e da sociedade civil, como forma de assegurar a representação da “economia real”.

A adoção de quarentena de longo prazo é um mecanismo importante a ser adotado, visando impedir que os conselheiros sejam contratados por instituições privadas, imediatamente ao saírem do Conselho, por término dos mandatos ou outro motivo.

A adoção de políticas de valorização do salário mínimo e do aumento do poder de compra dos trabalhadores, como elementos essenciais para o desenvolvimento do Brasil, devem ser perseguidas pelas autoridades monetárias brasileiras. São políticas de amplo alcance social e constituem estratégias de irrigação dos diversos setores da economia. Complementarmente, estimular a adoção de políticas de formação e qualificação contínua da mão de obra, aliadas ao estabelecimento de política industrial e de estímulo real à inovação, como estratégia para a geração de empregos qualificados.

“

**A adoção de políticas de valorização do salário mínimo e do aumento do poder de compra dos trabalhadores, como elementos essenciais para o desenvolvimento do Brasil, devem ser perseguidas pelas autoridades monetárias brasileiras”.**

A gestão das políticas macroeconômicas não pode estar descolada das demais políticas públicas. Neste sentido, o desenvolvimento de uma política industrial, acompanhada por estratégias de incentivo à educação e de estímulos à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, constitui

um primado e um dever macroeconômico.

Realizar auditoria das dívidas públicas interna e externa e adotar instrumentos de gestão transparente, que possibilitem o acompanhamento pela sociedade. Estes mecanismos são necessários para devolver ao Estado brasileiro o controle das operações financeiras, as quais influenciam diretamente os caminhos sobre o desenvolvimento nacional. Mais da metade do orçamento da União é destinada ao pagamento da dívida pública. É uma despesa que exige manejo cuidadoso e responsável. Conhecer a estrutura de custos e o seu funcionamento é tarefa imprescindível, uma das mais importantes.

É necessário e urgente realizar revisão dos critérios que o Governo Federal adota para a concessão de incentivos (renúncias) fiscais concedidos pelo Governo da União. A adoção de estímulos desta natureza deve ser reestruturada profundamente. O PSB defende que sua adoção deva ser apenas e somente quando envolver atividades estratégicas que venham a contribuir para o desenvolvimento da Nação.

O CMN e o Bacen precisam incorporar, nas estratégias de gestão, instrumentos para a adoção rápida de medidas fiscais contra cíclicas, visando o enfrentamento de crises econômicas, de origem interna ou externa, bem como seus efeitos, em particular a recessão econômica. Para tanto, é fundamental subordinar as regras de gestão fiscal aos interesses da sociedade. Isso não significa negar as regras fiscais, mas adequar a gestão do tripé macroeconômico à necessidade de manutenção-retomada do crescimento, com a fundamental defesa dos interesses e proteção do emprego e da renda dos mais pobres e vulneráveis.

Como eixo estruturante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, a adoção de um vigoroso programa de apoio à Economia Criativa constituiu-se, também, em uma tarefa estratégica e emergencial para os brasileiros.

Dado o potencial apresentado pelo Projeto Amazônia 4.0, é importante que as indústrias agroflorestais sejam consideradas como um diferencial competitivo do Brasil, e devidamente estimuladas.

A adoção de um programa de renda básica universal constituiu-se numa exigência estratégica e emergencial. São vários os motivos que o tornam essencial e emergencial. Destacam-se dois: o primeiro, foi revelado pela crise do Coronavírus. A pandemia desencadeou, corretamente, por parte das

autoridades sanitárias, a adoção de medidas de isolamento social, obrigando as pessoas a ficarem em suas casas. Tal situação revelou-se extremamente difícil para a população pobre e excluída, cuja renda tem origem no trabalho informal, temporário e precário. O segundo, de natureza estruturante, emerge dos avanços tecnológicos, cuja consequência é que cada vez mais trabalhadores estão sendo excluídos do ambiente formal das relações tradicionais de trabalho e emprego.

“

**A adoção de um programa de renda básica universal constitui-se numa exigência estratégica e emergencial”.**

Destaca-se, ainda, que a revogação da Emenda Constitucional 95 - Emenda do Teto de Gastos - é uma necessidade imperiosa para proteger vidas. Em menos de três anos de funcionamento retirou das políticas da Saúde, da Educação e da Assistência Social, aproximadamente 50 bilhões de reais. Num país com os déficits estruturais como os do Brasil, e com deficiências gritantes em todas as políticas públicas, em particular nas três acima referidas, tal Emenda Constitucional, constitui um verdadeiro atentado aos direitos fundamentais do povo brasileiro.

O Brasil precisa enfrentar urgentemente uma das maiores injustiças tributárias que está em operação desde os primórdios da formação da Nação brasileira. Trata-se da regressividade tributária, em que os pobres pagam mais impostos que os ricos. O PSB defende a adoção de uma Reforma Tributária, onde a progressividade - menos impostos para os mais pobres e para as atividades produtivas - e o aumento da tributação para os mais ricos, em particular sobre a renda, lucros e dividendos, patrimônio e grandes fortunas e heranças, seja a diretriz central da nova política tributária a ser adotada.

Outro aspecto relevante a ser tratado na modelagem macroeconômica é que toda empresa que perca, no caso de morte, seu fundador-empresário, tenha seu capital dividido entre herdeiros e funcionários mais antigos: 50% para os herdeiros tradicionais e 50% para os funcionários mais antigos, que tenham mais de 10 anos de trabalho. Caso seja adotado, tal mecanismo legal faria com que o País deixasse de perder empresas viáveis, geradoras de empregos, renda,

tributos e mercado. Empresas que, infelizmente, são dilapidadas e acabam desaparecendo quando perdem seu fundador, são assumidas e saqueadas por herdeiros sem nenhuma qualificação ou compromisso com a continuidade do negócio, deixando dívidas com o Estado e a sociedade, e desemprego para trabalhadores.

É necessário também adotar políticas tributárias e mecanismos de incidência de impostos, visando fomentar a industrialização interna. Como estratégia, deve-se atribuir índices mais elevados de tributação a produtos exportados “*in natura*” e, progressivamente, diminuir a incidência de impostos aos produtos gerados a cada etapa de processamento e de agregação de valor.

O PSB defende, ainda, que é necessário adotar modelo de gastos sociais sob a lógica do estabelecimento *per capita*, ou seja, verificando o gasto por pessoa, a exemplo do que ocorre na educação, com o Fundeb. Os *per capita assegurariam* uma maior previsibilidade orçamentária, auxiliando os gestores das políticas públicas no planejamento das ações. É necessário, entretanto, que tal mecanismo respeite os mínimos constitucionais previstos para cada política pública, adotando e subordinando as metas de gastos, investimento, cobertura, qualidade e produtividade à prestação dos serviços públicos.

## | Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento



O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em qualquer variante teórica, tem na tecnologia um ponto de inflexão. A revolução tecnológica dos últimos anos está resultando em uma nova era, em que as relações econômicas estão sofrendo profundas transformações. Os ciclos de inovação aceleram-se de forma radical e muito mais rápida do que na primeira, na segunda e na terceira revoluções industriais.

A geração de valor não é mais, predominantemente, determinada pelos bens de investimento de capital fixo. O que gera valor, hoje, não é somente a produção física de um computador, por exemplo, mas tudo o que tem embutido nele de tecnologia, *design*, logística, *software*, capital humano e marca. Uma fábrica de celulares, certamente, vale menos do que a marca da *Apple*, *Samsung* ou *Xiaomi*.

Reduzem-se, também, ou simplesmente desaparecem, as fronteiras entre indústrias e serviços e, até mesmo, entre os setores secundário e terciário da economia. E é nos serviços que estão as esperanças do emprego.

Surge, portanto, um novo paradigma de desenvolvimento. E, também, uma nova sociedade, marcada por mudanças rápidas, como as que operaram na comunicação digital predominante até o final do século XX, que passaram para a intercomunicação individual do começo do século XXI. Uma “sociedade em rede” como diz o sociólogo espanhol Manuel Castells. No Brasil, essa sociedade já está presente pelo lado do consumo. É necessário, porém, estar nela pelo lado da produção.

Nesse cenário global, o Brasil vive o momento histórico de esgotamento do seu modelo socioeconômico e político, que caracterizou a Segunda Revolução Industrial, e deixou gargalos que não serão resolvidos com a simples “reindustrialização”.

A persistente perda de participação industrial no PIB brasileiro, nos últimos anos, com um crescimento muito baixo, ou mesmo inexistente, o aumento do desemprego e a inexistência de um projeto claro e consistente de desenvolvimento nacional, caracterizam uma crise estrutural com ingredientes políticos e sociais diversos: violência, corrupção, conflitos institucionais e uma negação da atividade política.



**Tomada como eixo estratégico de desenvolvimento, a dualidade Inovação e Economia Criativa pode pavimentar mais rapidamente o caminho do Brasil para a modernidade.**

Mais do que nunca, é necessário incorporar elementos novos, estruturantes e de longo prazo, às propostas econômicas e sociais, para a superação das constantes crises do capitalismo tardio, às quais o Brasil está submetido. Em outras palavras, dar um salto criativo e revolucionário em direção ao novo paradigma da era do conhecimento.

Tomada como eixo estratégico de desenvolvimento, a dualidade Inovação e

Economia Criativa pode pavimentar mais rapidamente o caminho do Brasil para a modernidade. Essa dualidade, adotada de forma diferenciada em países como Inglaterra, Austrália, Suécia, Portugal e China, e oferecendo produtos economicamente mais significativos, como os *softwares*, o *design* de produtos e processos, da pesquisa científica e tecnológica, música, filmes, livros, *games*, turismo, entretenimento estão na linha de frente das exportações dos EUA. A Inovação e a Economia Criativa podem e devem constituir-se em alternativa de desenvolvimento para o Brasil.

## Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade



Para bem entender este tema é necessário fazer dois registros históricos.

O primeiro, envolve o projeto de desenvolvimento articulado por Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1950, onde foram implantadas as bases da industrialização do Brasil, que alcançou parcialmente seus objetivos. No entanto, o projeto se esgotou sem o cumprimento da plena inserção da maioria do povo brasileiro na cidadania econômica, social e cultural.

O segundo, permite concluir que tanto as fórmulas liberais, adotadas pelos governos sociais-democratas, a partir da última década do século XX, como os programas sociais levados a cabo pelos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores - a partir de 2003 -, pela ausência de transformações estruturais, foram insuficientes para libertar o povo brasileiro da pobreza, da desigualdade e da descrença na cidadania e na política.

A adoção da Inovação e da Economia Criativa, como eixo estratégico do desenvolvimento, não implica, obviamente, na eliminação de outros setores essenciais, como a indústria de transformação, geração de energia, infraestrutura de transporte, agricultura, e os serviços financeiros. Até porque a Inovação e a Economia Criativa estão presentes, ou deveriam estar em todos esses setores, através do *design*, dos *softwares* e da inovação tecnológica.

A inovação e a criatividade são, aliás, o DNA da nova economia do mundo e representam a possibilidade real de um renascimento criativo da indústria, da agricultura, do comércio e dos serviços, em novas estruturas tecnologicamente atualizadas no Brasil.

Uma parte do que se denomina “desindustrialização” corresponde, na

verdade, à perda de peso relativo da indústria manufatureira no conjunto da economia, na qual os serviços comuns e especializados cresceram, o comércio se transformou, o agronegócio alcançou elevados índices de produtividade, e o extrativismo mineral e a produção de grãos, por exemplo, cresceram em escala desproporcional ao crescimento da indústria. O fato é que a indústria brasileira não deixou de produzir carros, geladeiras e sapatos, mas essa produção perdeu valor relativo.

A perda de competitividade industrial do Brasil coincide com o advento da 4ª revolução industrial: em 1990, ocupávamos a 26ª posição no *ranking* de competitividade, entre 150 países e, em 2017, passamos para a 35ª posição. Ainda em 2017, o País passou a ocupar a 87ª posição nas exportações de produtos manufaturados, demonstrando, assim, o processo de reprimarização da pauta exportadora nacional, na qual se destacam *commodities* como minérios e grãos.

Assim, em lugar de uma simples reindustrialização, o PSB propõe um renascimento criativo da indústria brasileira, mediante a modernização tecnológica do parque industrial nacional a agregação a esse parque fabril dos inseparáveis serviços da indústria 4.0, nos processos produtivos e a articulação das indústrias com os novos modelos de comercialização. Esse renascimento não acontecerá sem pesados investimentos em ciência e tecnologia, elevação do nível educacional e qualificação profissional dos trabalhadores.

“

**Em lugar de uma simples reindustrialização, o PSB propõe um renascimento criativo da indústria brasileira, mediante a modernização tecnológica do parque industrial nacional a agregação a esse parque fabril dos inseparáveis serviços da indústria 4.0”.**

É fundamental, ainda, considerar a importância estratégica de complexos industriais e de serviços, já existentes, que podem ser fortemente potencializados, como os das áreas da saúde (medicamentos e equipamentos),

da defesa, do agronegócio e alimentos (incluindo a pesca), da cadeia de petróleo e gás, bem como nas áreas de informação e comunicação. É relevante, também, assegurar prioridade para as indústrias agroflorestais, tendo em vista as imensas vantagens competitivas existentes no Brasil.

Num ambiente de alta competitividade a que está submetida a indústria nacional, é importantíssimo considerar os fatores macroeconômicos relativos ao chamado custo Brasil, que onera a produção da indústria de transformação brasileira quando comparado ao custo dos principais países concorrentes. Complementarmente, a desburocratização e a simplificação da legislação são, também, importantes fatores que requerem forte atuação dos governos para fortalecer o ambiente de negócios criativos no Brasil.

As chamadas indústrias criativas, as *startups*, a cultura, o turismo, a pesquisa em ciência e tecnologia, que é uma parte da Economia Criativa, já possuem no Brasil um PIB que rivaliza com o da indústria manufatureira. Sob a ótica da produção, segundo o “Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil”, publicado em fevereiro de 2019 pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan, em parceria com o Serviço Nacional da Indústria - Senai, no ano de 2017 o PIB Criativo representou 2,61% de toda a riqueza gerada em território nacional. Com isso, a Indústria Criativa totalizou R\$ 171,5 bilhões, cifra comparável ao valor de mercado da gigante Samsung, ou a soma de quatro das maiores instituições financeiras globais (American Express, JPMorgan, Axa e Goldman Sachs). No entanto, sob a ótica do mercado de trabalho formal, a Indústria Criativa empregou, formalmente, apenas 837,2 mil profissionais, em 2017. Estimulados, adequadamente, serão o carro-chefe de um novo tipo de desenvolvimento sustentável, capaz de gerar empregos, trabalho, renda, riquezas e proporcionar a redução da desigualdade, com menor impacto ambiental.

Assim, a Economia Criativa não é apenas mais um ramo da economia que reúne uma série de atividades altamente produtivas, mas, sim, uma estratégia de desenvolvimento, que pode possibilitar ao Brasil uma inserção soberana na economia globalizada, nas novas cadeias de valor do mundo moderno.

Para isso o Brasil precisa de um projeto que democratize a economia do lado da produção e não só do consumo e que qualifique o aparato produtivo para responder às necessidades impostas pela economia do conhecimento.

Entretanto, cabe uma ressalva: o consumo somente estará democratizado quando situação análoga ocorrer com a renda, ou seja, quando toda a sociedade também tiver condições e capacidade para consumir. Portanto, para o sucesso do renascimento criativo da indústria, e da competitividade, o PSB propõe a organização de esforços em torno de pelo menos três grandes eixos estratégicos.



**A Economia Criativa não é apenas mais um ramo da economia que reúne uma série de atividades altamente produtivas, mas, sim, uma estratégia de desenvolvimento, que pode possibilitar ao Brasil uma inserção soberana na economia globalizada”.**

O primeiro eixo trata do alinhamento de inteligências já disponíveis no âmbito do Estado Nacional, que na atualidade trabalham desarticuladamente dada a ausência de um Plano Nacional de Desenvolvimento. Dentre elas, Dentre elas, - a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Serviço Nacional da Indústria (Senai), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), e os bancos de desenvolvimento. Inclui-se aqui a urgente necessidade de criação de uma empresa para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, que será fomentada no âmbito do Projeto Amazônia 4.0.

O segundo, envolve a organização de esforços estatais, no sentido de fazer parceria com a iniciativa privada com potencial de inovação, como o agronegócio, o setor energético, os complexos industriais da saúde, da defesa, da Indústria 4.0, da cadeia de petróleo e gás, e ainda toda a cadeia de produtos amazônidas. Neste ambiente será necessário desenvolver e fortalecer arranjos empresariais, que sejam inovadores e inteligentes e que permitam a reunião criativa das capacidades públicas e privadas, da inovação e da pesquisa, com a participação e o forte apoio estratégico da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), visando a obtenção do desenvolvimento, da geração de empregos, de renda, sem, no entanto, renunciar aos compromissos com a sustentabilidade.

Por fim, o terceiro eixo diz respeito à organização de uma aliança entre este novo, criativo e inovador complexo produtivo e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) para viabilizar a inserção e ampliação das exportações de produtos de maior valor agregado, nas cadeias globais.

## | Desenvolvimento da Amazônia 4.0

**PSB40**  
QUERO  
PARTICIPAR



Para que se organize um necessário projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira é fundamental estabelecer uma estratégia para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região, pois o montante e os valores dos ativos existentes nesse território possuem valor inestimável.

“

**Para que se organize um necessário projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira é fundamental estabelecer uma estratégia para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região”.**

Dados oficiais revelam que um hectare de um sistema agroflorestal amazônico, mesmo sem industrialização, produz por ano uma lucratividade que é muitas vezes maior do que a lucratividade do gado, e é pelo menos o dobro da lucratividade da soja. Já são conhecidos pela ciência, e em condições de gerar novos produtos de alto valor agregado, mais de 450 insumos de biodiversidade. Hoje, a venda do açaí, por exemplo, traz mais de 1 bilhão de dólares, por ano, para a economia da Amazônia brasileira. Já ultrapassa, portanto, a madeira, só perdendo para a carne bovina. O açaí gera cerca de 1.500 dólares por tonelada, para seus produtores, enquanto a soja rende no máximo 200 dólares. E o açaí poderia gerar ainda mais valor, se fossem produzidos no Brasil os mais de 50 produtos dele derivados, que estariam sendo desenvolvidos nos Estados Unidos.

O potencial para o desenvolvimento da indústria de fármacos, por seu

lado, a partir da multiplicidade de plantas e do conhecimento dominado pelos povos indígenas, são gigantescos. O somatório destes ativos constitui um verdadeiro tesouro ambiental cobiçado por pessoas do mundo inteiro. Não causa espanto, portanto, que são cada vez mais comuns os registros de crimes de biopirataria e das tentativas de registros de patentes no exterior, de produtos ou princípios ativos cujas origens são genuinamente amazônicas.

Essa realidade revela o potencial econômico do que se denomina “bioeconomia de floresta em pé e rios fluindo”. Rios fluindo porque toda a energia para esse modelo de industrialização pode ser obtida por meio de fontes renováveis de energia. Este é o momento perfeito para industrializar a bioeconomia da Amazônia.

Mas, o maior potencial futuro da Amazônia não está nos produtos que já existem, mas na biologia, no aproveitamento do imenso potencial da riqueza da biodiversidade. São centenas de milhares de espécies. Pode-se construir muito conhecimento e, no século XXI, conhecimento tem tanto valor quanto a transformação material. Esse é um grande potencial para o Brasil, não só para a Amazônia.

O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, liderado por um governo que tenha como objetivo inserir soberanamente o Brasil nas cadeias globais de valor, com uma produção biotecnológica genuinamente brasileira. O projeto em questão deve obrigatoriamente articular políticas públicas, agências de pesquisas e fomento, assegurando que a iniciativa converta-se em política de Estado, a exemplo do que foram os projetos exitosos da Petrobras e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ambos concebidos, criados e gestados pelo Estado brasileiro, por sucessivos governos.

Esse projeto de desenvolvimento proposto é designado de Projeto Amazônia 4.0, ou simplesmente Amazônia 4.0. Ele constitui-se em uma espécie de choque de industrialização brasileira, regionalmente localizado. Significa trazer indústrias modernas, com ferramentas do século XXI e da Economia Criativa, denominada de 4ª Revolução Industrial, para criar a industrialização desse imenso potencial econômico da biodiversidade brasileira, localizada no norte do País.

Essa iniciativa é possível e viável como uma estratégia de desenvolvimento

baseada na exploração racional dos recursos, na conservação, na inovação e na Economia Criativa. Ao invés de queimar, derrubar e transformar a floresta, primeiro em madeira clandestina e depois em pastos, é preciso preservá-la, e explorar sustentavelmente esse imenso ativo biológico e de enorme valor na era do conhecimento.

A principal tarefa consiste em verificar como a junção das modernas tecnologias digitais da 4ª Revolução Industrial, com as ciências dos materiais, a bioengenharia e a biotecnologia, pode ser utilizada para melhorar a qualidade de vida na Amazônia, além de produzir enormes resultados econômicos para a região e para o Brasil. O grande potencial econômico e competitivo brasileiro é a sua biodiversidade, e o maior desafio é levar essas novas indústrias para a Amazônia, posto que a industrialização da região ainda é pouco expressiva. É muito importante neste processo de industrialização, de um lado, a criação de um ambiente que valorize o conhecimento de forma moderna e criativa, e, de outro, que o processo respeite o meio ambiente.

“

**O grande potencial econômico e competitivo brasileiro é a sua biodiversidade, e o maior desafio é levar essas novas indústrias para a Amazônia, posto que a industrialização da região ainda é pouco expressiva”.**

Para consolidar um projeto ancorado na inovação e na Economia Criativa, na Amazônia 4.0, é necessário inverter a prioridade dos investimentos em ciência e tecnologia, em curso no Brasil, e especificamente para essa região. Atualmente, na segunda década do século XXI, as pesquisas dedicadas à Amazônia recebem somente algo entre 3% e 5% dos recursos federais destinados à área. É muito pouco, um verdadeiro desprezo, considerado o enorme potencial existente nessa região, potencial em sintonia com o desenvolvimento sustentável.

Para fazer frente ao desafio de construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, sob a égide da Amazônia 4.0, é necessário que o Estado brasileiro empreenda e lidere uma iniciativa de grande envergadura,

a exemplo do que foi a Petrobras na década de 1950 e a Embrapa na década de 1970, conforme já se fez referência acima. O acervo e os desafios existentes na Região Amazônica são únicos e exclusivos no mundo e como tal devem ser tratados. Devido à sua importância e alcance é fundamental a criação de uma empresa para o desenvolvimento da Amazônia.

A missão dessa instituição será a gestão executiva do projeto de desenvolvimento da região. E, seu objetivo central, a coordenação e consolidação do movimento e do processo que levará ao surgimento de uma nova fronteira econômica, rica, acolhedora, verde, molhada e inovadora, que sediará complexos industriais de fármacos, de madeiras oriundas do manejo sustentável e dos reflorestamentos realizados em áreas degradadas, dos minérios, dos pescados, das frutas e castanhas, – a exemplo do açaí, do cupuaçu e da castanha do Brasil –, do turismo e do ecoturismo, dentre tantos outros produtos.

A realização dessa missão exigirá a reunião de esforços financeiros estatais, a organização de uma rede de pesquisadores e cientistas, alocados e liderados por uma universidade articulada com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o sistema federal de ensino na região. O Inpa é o mais importante centro de biologia tropical. Mantê-lo, e aos demais institutos nacionais que prestam imenso serviço ao País, é um dever do Governo Federal.

Retomar os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil, subordinando-os a um projeto de desenvolvimento da “floresta em pé e rios fluindo”, com a industrialização da Amazônia com base nas assertivas da Indústria 4.0, e da Economia Criativa, deve se constituir em um modelo econômico para a Amazônia. Um modelo que utilize muito mais o gigantesco valor da floresta e que proporcione um desenvolvimento econômico, que deve ir muito além da expansão agrícola e pecuária da região, e da exploração rápida de minérios, cujos resultados econômicos, sociais e ambientais são capengas.

Este complexo deverá contar também com a participação de agências de fomento e de registro e proteção de patentes, cujo objetivo é mapear e cadastrar as riquezas existentes nessa enorme mancha territorial: diversidade do solo, da fauna, da flora e da ictiofauna.

O Projeto Amazônia 4.0 pode trazer indústrias para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e também para as cidades. Isso possibilita transformar esse potencial em produtos, em conhecimento biotecnológico,

atingindo mercados globais, portanto, transformar-se numa marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou biofábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil.

Tal iniciativa deverá articular também os investimentos públicos, em parceria com a iniciativa privada, que poderá encarregar-se da gestão dos inúmeros empreendimentos que emergirão das diversas linhas de pesquisa. A coordenação dos esforços de comunicação e *marketing* dos produtos originários desta região, com vista à exportação, compõe outra atividade a ser realizada.

## | Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento



A formulação de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento, que tenha a Inovação e Economia Criativa como eixo central estratégico, precisará vencer vários desafios.

O primeiro deles é superar a imensa barreira cultural de mais de três séculos, que liga a ideia de desenvolvimento à indústria manufatureira. Fábricas tayloristas e fordistas eram os grandes símbolos do progresso até os anos 1980. Será necessária uma forte ação de planejamento e de articulação do Estado brasileiro com a sociedade, o empresariado, a academia, e os trabalhadores, para que o novo paradigma de desenvolvimento, baseado na cultura, na ciência e na tecnologia seja assimilado.

Um esforço para a realização dessa ação deve começar na educação para o desenvolvimento de competências criativas, uma visão analítica e transdisciplinar, e de formação técnica, desde o ensino fundamental até as universidades. Não é fácil, para os velhos mestres, reconhecerem que a nova economia se baseia na abundância infinita do talento, da criatividade e da cultura. E que o valor das mercadorias passou a ser determinado não apenas pelo capital fixo (máquinas) e pela quantidade de matéria-prima utilizada, mas pelo *design*, pelos *softwares* e investimentos em *brand* (*marketing*, publicidade). Por isso, o esforço educacional para a nova era do conhecimento precisará

alcançar mestres, alunos, familiares, dirigentes públicos e privados.

Um Plano Estratégico de Economia Criativa, no âmbito de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, precisa estimular fortemente o *Design* Nacional, baseado na imensa diversidade cultural do povo brasileiro, para assim fortalecer a identidade cultural brasileira, bem como afirmá-la como produto global, única fórmula de mantê-la viva e pujante. Não se pode esquecer que o samba, o carnaval e a música brasileira são fortes, no Brasil, também porque se afirmaram globalmente. Em menor escala, o cinema brasileiro apareceu para o mundo com o Cinema Novo. Brasília, representa o País no mundo, inclusive, por causa do seu *design* original.

“

**Um Plano Estratégico de Economia Criativa,  
no âmbito de um Projeto Nacional de  
Desenvolvimento, precisa estimular fortemente  
o *Design* Nacional, baseado na imensa  
diversidade cultural do povo brasileiro”.**

Mas o *design* não é só de arquitetura, de produtos de consumo nas áreas do audiovisual, moda e editorial. Há também o *design* de processos, e até de plantas técnicas para serviços, como os hospitais, por exemplo. O desenvolvimento de um *design* nacional, baseado na identidade brasileira, é fundamental, inclusive para a modernização das indústrias tradicionais, pois é um imperativo cultural e tecnológico.

As estratégias para o fortalecimento da Economia Criativa deverão considerar em sua formulação um conjunto de aspectos que serão identificados nos próximos parágrafos.

Superar o desafio do fomento financeiro e a desoneração tributária para empreendimentos criativos é um dos importantes aspectos que o Plano deverá abordar. Embora gerem mais empregos e riqueza do que muitas das atividades tradicionais, que dispõem de desonerações fiscais e estímulos financeiros, os setores ligados à tecnologia, cultura, criatividade e turismo têm na atualidade poucos mecanismos de desoneração fiscal e de financiamento.

Outro tema relevante a ser tratado envolve a estruturação de um Fundo

de Desenvolvimento para a Economia Criativa, dedicado exclusivamente a viabilizar a participação financeira e o apoio tecnológico ao desenvolvimento de empreendimentos inovadores de pequeno, médio e grande portes, visando torná-los mais competitivos nos mercados nacional e global.

No Plano Estratégico da Economia Criativa deve constar também a articulação do turismo com a cultura e o entretenimento, tendo em vista a sua alta capacidade indutora para a economia tradicional, o que ajudará a adensar as cadeias produtivas agrícolas e industriais. Exemplo disso é o que já acontece com as festas juninas e carnavalescas que, em muitas cidades e estados ativam a gastronomia, a moda, o comércio, as indústrias de alimentos e bebidas, a publicidade, a montagem de estruturas de palcos, com som e iluminação, propiciando milhares de postos de trabalho.

“

**No Plano Estratégico da Economia Criativa deve constar também a articulação do turismo com a cultura e o entretenimento, tendo em vista a sua alta capacidade indutora para a economia tradicional, o que ajudará a adensar as cadeias produtivas agrícolas e industriais”.**

O papel das mulheres, dos negros e dos jovens é outro elemento especial a ser observado e fortalecido. Cabe destacar que, na atualidade, ao atuarem em atividades ligadas ao empreendedorismo e à Economia Criativa, estes segmentos têm mais oportunidade de desenvolvimento e emancipação do que nas atividades tradicionais vinculadas ao comércio, indústria e agricultura.

A gestão pública, sob a lógica do desenvolvimento criativo de uma cidade, de um estado ou do país é outro elemento fundamental. Inicialmente, é necessário compreender que a Economia Criativa, com eixo estratégico de desenvolvimento, só pode se materializar plenamente num ambiente institucional em que o poder público seja exercido em sintonia com a ideia da criatividade e com o envolvimento da sociedade. A participação da sociedade civil é um elemento indispensável de uma gestão inovadora e criativa. Além

de propiciar um ecossistema legal e institucional que estimule a criatividade, é preciso que o poder público se organize interna e externamente para planejar, propor políticas públicas, abastecer-se de informações econômicas e tecnológicas atualizadas, sendo capaz de atuação transversal, posto que a Economia Criativa está presente em vários setores da economia.

O Plano Estratégico deverá prever e estimular a organização de Comitês Gestores Interdisciplinares, coordenados pelo chefe do poder executivo municipal, que deverá atuar em consonância com Fórum de Economia Criativa, composto por representantes da sociedade civil e de membros do governo. As estruturas destes comitês devem ser leves e abertas, permeadas com forte e rápida capacidade de decisão.

Complementarmente, será necessário o investimento em estratégias de desburocratização do sistema tributário para as atividades que envolvam a Economia Criativa, os micro e pequenos empreendedores, bem como para obtenção de licenças de instalação, funcionamento e registros de marcas e patentes. Uma das possibilidades é de que os fluxos para a obtenção das licenças estejam organizados de forma centralizada, em plataformas virtuais, como ferramentas de agilização dos processos.

Por fim, o Plano necessitará desenvolver e adotar um marco legal para a Economia Criativa, na esfera nacional. Este instrumental normativo deverá abranger e regulamentar, por meio de estímulos e simplificações, os aspectos pertinentes às áreas tributária, previdenciária, alfandegária e de propriedade intelectual, mediante o reconhecimento das especificidades dos empreendimentos criativos. Importante assegurar, ainda, que a regulação do uso de bens criativos terá normas que facilitem a expansão dessas atividades e não as aprisionem aos monopólios da mídia e do transporte de dados.

As cidades possuem enorme importância para a operacionalização das atividades da Economia Criativa, para o empreendedorismo e a construção de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Essas atividades econômicas articulam inúmeros setores, que vão do artesanato à produção de *softwares*, da agroindústria à publicidade, das artes cênicas ao turismo cultural, do *design* de moda à confecção do vestuário, da produção mineral à produção de gemas e ao *design* de joias. A Economia Criativa pode também atuar como um vetor de recuperação de áreas degradadas das zonas urbanas. Ao destinar e estimular o uso dessas áreas à cultura, à produção tecnológica, ao entretenimento ou ao

*coworking*, reunidas e articuladas em APLs, associações, cooperativas ou ainda outros modelos cooperativos, o poder público local dará um enorme passo à (re)ocupação inteligente de espaços outrora degradados e precarizados.

## | O Futuro do Trabalho

PSB40  
QUERO  
PARTICIPAR



Uma das mais importantes revoluções tecnológicas está em curso neste início do século XXI, consubstanciando-se na chamada Quarta Revolução Industrial, ou no advento da Indústria 4.0. Os processos produtivos e comerciais têm se utilizado de forma crescente de novas tecnologias, que somente são possíveis em razão dos avanços proporcionados pela chamada inteligência artificial. Tecnologias como a internet das coisas, computação nas nuvens, aprendizagem de máquina, *big data*, robótica compartilhada, gêmeos digitais e realidade aumentada, entre outras, fazem parte, agora, do dia a dia dos processos produtivos e de consumo.

Nos últimos anos, as capacidades de produção e gestão foram transformadas radicalmente, em razão dos descobrimentos científicos e tecnológicos. O aumento da participação da robótica na vida das pessoas e empresas, como se previu na ficção científica, há algum tempo, de fato se concretizou, mas não propriamente na forma física imaginada. Ela se deu muito mais pelos elementos lógicos, a partir da programação de computadores e do desenvolvimento de *chips*.

As mudanças que têm ocorrido em áreas como as de telecomunicações, engenharia genética, biotecnologia, tecnologias de informação e comunicação (TICs), novas fontes de energia limpas e renováveis, para falar somente de alguns campos mais proeminentes, mostram que o grau de transformação tecnológica que envolve a sociedade atual, e os níveis que serão alcançados em breve, constituem-se em um movimento irreversível.

A capacidade criativa envolvida nesses processos está relacionada a interesses dos agentes dos poderes econômico, social e cultural. Cabe lutar para que o desenvolvimento das novas tecnologias esteja a serviço da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento social.

As características que o novo quadro tecnológico apresenta tem significado o fim de algumas profissões e o surgimento de outras. E mais,

tem colocado em cheque a noção mesma de trabalho como conhecida até recentemente. As máquinas “inteligentes” tendem cada vez mais a substituir a mão de obra humana, em especial naquelas tarefas repetitivas, bem como em atividades altamente especializadas. Nesse contexto, o setor fabril vai sendo amparado e substituído pelo setor de serviços, notadamente aqueles serviços relacionados ao auxílio que as novas tecnologias de informação, pelos novos *designers* de processos, enfim, pelos componentes da Economia Criativa, proporcionam aos processos produtivos e de gerenciamento.

“

**As características que o novo quadro tecnológico apresenta tem significado o fim de algumas profissões e o surgimento de outras. E mais, tem colocado em cheque a noção mesma de trabalho como conhecida até recentemente”.**

Dessa forma, ao excedente de mão de obra, resultante da implementação desses novos processos, que permitirão produzir mais, trabalhando menos, restará uma, de duas alternativas: ou a desocupação e a marginalização, ou a sua adaptação a novas formas de concepção do trabalho, desenvolvendo sua dimensão criativa.

Para a Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho, da OIT: “temos que aproveitar as oportunidades que estas mudanças transformadoras nos oferecem para criar um futuro melhor e alcançar segurança econômica, igualdade de oportunidades e justiça social – e, em última instância, reforçar o tecido social das nossas sociedades”. A Comissão constata, em seu documento, que, atualmente, 47% dos trabalhadores nos Estados Unidos correm o risco de vir a ser substituídos pela automação, e que 56% dos empregos asiáticos poderão ser automatizados nos próximos 20 anos. Também há a constatação de que parte substancial dos empregos não será totalmente substituída em pouco tempo, mas grande parte das tarefas será automatizada, transformando a forma como esses trabalhos serão realizados. Ainda assim, projeta-se que dois terços dos empregos no mundo em desenvolvimento são suscetíveis de automatização e que cerca de 50% das empresas preveem que a automação

leve a uma redução de sua força de trabalho em tempo completo, em poucos anos.

Diante dessa disjuntiva histórica, o PSB propõe outro caminho para o desenvolvimento. Opta pelo combate às desigualdades, pela Economia Criativa e pela educação como os pilares centrais de seu projeto de desenvolvimento para o Brasil. A Agenda destes três pilares deve estar vigorosamente articulada para promover, de modo acelerado e contínuo, a redução da brutal desigualdade entre os que vivem do trabalho intelectual, criativo e artístico e aqueles que, ainda hoje, são obrigados a viver do trabalho manual, brutalizado, mecânico e precarizado, sem saber até quando poderão continuar a fazê-lo.

Assim, o PSB não teme a revolução científica e tecnológica e tampouco teme a sociedade do conhecimento e da informação, que resulta dessa revolução. Antes, e ao contrário, propõe que o País use, resolutamente, grande parte dos ganhos de produtividade que ela propicia, para estimulá-la, acelerá-la e generalizá-la, retroalimentando-a num ciclo ininterrupto, até que não haja mais obsoletos ou excluídos. Que surjam, em seu lugar, seres humanos capazes de criar, intelectualmente, e de realizar, criativamente, uma nova realidade, em que as pessoas, de modo geral e predominante, se relacionem entre si e com a natureza, a partir do conhecimento e das potencialidades criativas. Trilhar este caminho significa abandonar no passado o tempo em que os indivíduos, para sobreviver, ainda seriam obrigados a fazer coisas que uma máquina pode fazer.

Diante disso, o PSB se pauta pela compreensão de que a qualificação permanente para o mundo do trabalho exige grande incorporação - na vida social e nos indivíduos - da riqueza científica e cultural produzida pela humanidade. Isso impõe, obrigatoriamente, que os trabalhadores em permanente processo de aperfeiçoamento intelectual, sejam os principais beneficiários dos ganhos de produtividade, que eles, cada vez mais qualificados, tornaram crescentes e de modo permanente.

Essas mudanças fundamentais e disruptivas na vida profissional afetam todas as sociedades, em um mundo globalizado. Os avanços tecnológicos proporcionados pela inteligência artificial, pela automação e robotização estão criando novos postos de trabalho, mas aqueles que perderem os seus empregos nessa transição poderão ser os menos preparados para aproveitar as novas oportunidades. As competências de hoje não terão correspondência no

trabalho de amanhã e as novas competências adquiridas podem rapidamente tornar-se obsoletas. Ao deixar que siga o seu curso atual, a economia digital provavelmente ampliará tanto as diferenças regionais, como as de gênero, raça e idade. Segundo, ainda, documento da OIT “[...] os *sites de crowdworking* (busca de soluções tecnológicas articuladas coletivamente) e o trabalho mediado por aplicações que compõem a economia de plataformas digitais poderão recriar as práticas de trabalho do século XIX, às futuras gerações de ‘trabalhadores digitais’”.

Os poderes de decisão econômico e tecnológico estão concentrando-se cada vez mais em grandes grupos financeiros e industriais, transnacionais, cujas estratégias não estão sujeitas a nenhum controle democrático. Ao mesmo tempo, as empresas estão adotando formas mais flexíveis de produção, afastando-se da grande fábrica e das linhas de montagem-padrão como formas predominantes de trabalho.

É necessário aproveitar o momento e conhecer as inúmeras oportunidades que essas mudanças proporcionam, construindo programas que melhorem a vida de todas as pessoas, encerrando um longo ciclo de desigualdades que reforçam a exclusão.

Os socialistas reconhecem a gravidade da situação em torno do seu principal valor, o trabalho. Não há nenhuma possibilidade de o capital, ou mercado, resolver, de forma humana, as contradições inerentes às transformações em curso no mundo do trabalho. Somente o Estado e a mobilização da sociedade poderão conduzir estratégias que evitem a barbárie.

Por meio da moderação e regulação do Estado, por exemplo, é possível e necessário garantir, por meio de políticas públicas, a constante requalificação e recolocação dos trabalhadores, a garantia de renda básica universal, possibilitando o seu sustento durante o período de transição e-ou requalificação, assegurando para todos, em igualdade de condições, acesso e permanência nas políticas de educação, de saúde, de assistência, de habitação, entre outras. Este acesso deve garantir direitos fundamentais: a redução da jornada de trabalho em função do aumento da produtividade das empresas, resultante do uso intensivo das inovações tecnológicas e da robotização dos meios de produção, a atualização das pautas sindicais, e a realização de estudos sobre as adequadas formas de representação dos novos trabalhadores.

# | Superar as Desigualdades Regionais



“No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas caracterizações e novas definições. Os atores mais poderosos se reservam os melhores lugares do território e deixam o resto para os outros”. O geógrafo Milton Santos registrou, ainda no ano 2000, esta característica da histórica da compartimentação dos territórios no planeta, continentes e países.

No Brasil as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm sido os pacientes mais fracos deste cenário. A essas regiões estiveram destinadas as atividades de menor valor agregado e com menor poder competitivo nos mercados nacional e internacional. A participação do Nordeste, por exemplo, no PIB de 2010, foi equivalente à aquela do início da década de 1960 apesar de todo esforço de desconcentração realizado nas décadas seguintes do século XX e do início do século XXI. Esforços nos quais a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foram de certa forma protagonistas. Entretanto, depois do ano de 2010 tanto a SUDENE como a SUDAM foram profundamente esvaziadas. O Centro-Oeste, graças ao agronegócio, ainda conseguiu índices comparativos um pouco maiores de crescimento.

Não há dúvida que a construção de um Brasil mais justo “passa pelas reduções das desigualdades regionais e que a distribuição menos desigual da produção pelos territórios é um dos seus elementos” como afirma a economista Tania Bacelar. Segundo ela, o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste voltaram-se majoritariamente para mercados externos e intensivos em recursos naturais e trabalho, como a pecuária e as indústrias extrativas, têxtil, celulose, petroquímica, alimentos e bebidas, sem o encadeamento produtivo capaz de gerar ciclos robustos e sustentáveis de desenvolvimento.

Mas o desenvolvimento extrapola a noção de crescimento e implica sempre na perspectiva de redução das desigualdades sociais, econômicas e regionais. Essas desigualdades se revelam, entre outros índices, no rendimento médio mensal real domiciliar per capita: enquanto na Região Norte este valor foi de R\$ 872,00 no ano de 2019, segundo dados do IBGE e no Nordeste de R\$ 884,00 este valor foi de R\$ 1.720,00 no Sudeste.

A força dos mercados e o capitalismo brasileiro foram incapazes de criar

um modelo de desenvolvimento menos desigual social e regionalmente.

Somente a intervenção do Estado brasileiro com ações coordenadas e simultâneas nos âmbitos da educação, da saúde, da cultura, da ciência e tecnologia e utilizando-se dos instrumentos existentes como o BNDES, os bancos e agências de desenvolvimentos regionais as instituições de pesquisa a exemplo da EMBRAPA e as universidades, pode-se reduzir as desigualdades espaciais e possibilitar um verdadeiro desenvolvimento regional no Brasil.

As regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste participaram fracamente da segunda revolução industrial. As riquezas naturais e culturais dessas regiões mostram um grande potencial para o aproveitamento do novo ciclo econômico que se abre no mundo.

Portanto as chances de um novo tipo de desenvolvimento para as regiões menos favorecidas residem, hoje, na revolução tecnológica, na nova economia do conhecimento, nas novas atividades ligadas à economia criativa, que partindo das vocações naturais e culturais de cada região possam:

Realizar uma reestruturação produtiva mais competitiva no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste a exemplo da proposta abraçada pelo PSB da Amazônia 4.0;

Aumentar a geração de valor agregado na produção regional;

Desenvolver empreendimentos produtivos dentro dos parâmetros da sustentabilidade ambiental; e

Inserir as economias regionais nas cadeias de valor nacionais e internacionais.

Eixo Temático III  
Desenvolvimento  
Sustentável e  
Economia Verde





**O Eixo Temático III - Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde** - é integrado pelos temas: Economia Verde, Empregos Verdes, Biomas Brasileiros, Ecossocialismo, Mineração e Energias Renováveis. Norteia a construção deste eixo a ideia de que as políticas de desenvolvimento para o País, sob a ótica do socialismo, devem ter como centro o homem e sua relação com o ambiente em que vive e com aqueles com quem divide o território e a sua cultura. Dessa forma, estas relações devem ser assentadas na lógica do desenvolvimento sustentável, conforme proposto pelo Relatório Brundtland - no livro “O Nosso Futuro Comum”, na década de 1980 -, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. No documento, o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que provê as condições de vida atual, garantindo pelo menos as mesmas condições para as gerações futuras. Esse desenvolvimento tem como seus três pilares constituintes: uma economia inclusiva, a proteção social e a conservação ambiental.

“

**O desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que provê as condições de vida atual, garantindo pelo menos as mesmas condições para as gerações futuras”.**

O PSB entende que esse é o desenvolvimento que deve ser perseguido na condução das políticas para o Brasil, em todos os setores, no campo e nas cidades. Assim, a defesa da Amazônia, um dos principais biomas nacionais, deve contemplar o espírito do desenvolvimento sustentável, proporcionando aos estados da região e às suas populações condições de terem uma economia inclusiva, com proteção social e respeito às características culturais próprias dos habitantes da região e com o necessário cuidado com a floresta. Essas preocupações devem ser estendidas para os outros biomas brasileiros e também para todas as cidades.

## | Economia Verde, uma Possibilidade

**PSB 40**  
QUERO  
PARTICIPAR



O PSB entende que é possível a construção de uma economia que resulte em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo que reduza os riscos ambientais e a escassez ecológica, tal economia é chamada de economia verde. Os socialistas compreendem que é possível a construção de uma economia verde criativa que maximize o potencial dos ativos ambientais e reduza a emissão dos gases de efeito estufa.

“

**O PSB entende que é possível a construção de uma economia que resulte em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo que reduza os riscos ambientais e a escassez ecológica”.**

A premissa da agenda da sustentabilidade é de que a Economia Verde apresenta potencial muito maior para a inclusão social e para a geração de renda e empregos do que o atual modelo de política econômica praticado, baseado nos princípios de liberalização radical e da minimização extrema do papel do Estado, bem como na inserção subalterna internacional da economia brasileira como exportadora de matérias-primas. Acrescente-se a isso, a necessidade de se fazer uma ruptura com o atual modelo de asfixia dos gastos públicos, equivocadamente associado à austeridade, buscando-se um modelo

alternativo, no qual a inclusão social e a conservação ambiental atuem como motores, e não como obstáculos para o desenvolvimento econômico.

Embora nos limites do capitalismo o setor privado seja o principal vetor das atividades produtivas, é crucial entender que a transição para uma economia verde não acontecerá de forma espontânea. Deve ser induzida pelo Estado, como parte da política econômica. Caso contrário, será aprofundada a atual trajetória do País como um espaço para a expansão predatória da fronteira agrícola e o estímulo ao garimpo de recursos naturais, com nítida retração em produtos de maior conteúdo tecnológico, sem prover empregos qualificados e estáveis. O acirramento de conflitos ambientais será inevitável, caso haja continuidade desse modelo, e o problema do desemprego tampouco será solucionado: a indústria extrativa mineral possui baixa demanda de mão de obra por unidade de valor gerado e, a despeito do crescimento acima da média do Produto Interno Bruto (PIB), o setor agropecuário brasileiro emprega cada vez menos.

“

**Embora nos limites do capitalismo o setor privado seja o principal vetor das atividades produtivas, é crucial entender que a transição para uma economia verde não acontecerá de forma espontânea”.**

Também é muito arriscada a aposta na exploração de petróleo como alavancadora da economia brasileira, em um momento em que governos e empresas das principais economias mundiais são cada vez mais pressionados para consumir cada vez menos combustíveis fósseis. Tais pressões já deixaram, há muito, de ser exclusivas de grupos ambientalistas, e o próprio mercado financeiro começa a alertar investidores de longo prazo sobre o risco do excesso de valorização das reservas de petróleo, conhecido como “bolha de carbono”.

Existe uma opção verde que requer o redirecionamento dos incentivos governamentais para setores identificados como de transição para o baixo carbono, e a adoção de princípios tributários que onerem os responsáveis pelo uso predatório dos recursos naturais e do meio ambiente.

Do ponto de vista tributário, deve-se adotar, em larga escala, a prática de cobrança das externalidades negativas, baseada no princípio do poluidor–usuário pagador. Além de fonte de financiamento para atividades limpas, essa é uma forma de justiça social, pois impede a apropriação dos recursos do meio ambiente, por poucos, em detrimento das populações mais pobres, que sofrem com os problemas de saúde, mobilidade, desastres climáticos e outros indicadores de baixa qualidade de vida, resultantes da poluição e demais formas predatórias de uso do meio ambiente.

Essa transição também passa pela mudança das políticas setoriais, em todas as áreas, incluindo a ênfase nas energias renováveis (biocombustíveis, bioeletricidade, eólica e fotovoltaica), o redimensionamento em todos os projetos hidrelétricos, para empreendimentos de menor impacto socioambiental e eficiência energética, e, no caso dos hidrocarbonetos, privilegiar o gás natural como combustível de transição para uma economia de baixo carbono. Essa economia de baixo carbono é, inclusive, mais eficaz na geração de empregos.

Através do uso intensivo de recursos tecnológicos buscar o incremento da produtividade por unidade de área, com especial ênfase em agropecuária, produção familiar e agricultura de baixo carbono, que são muito mais intensivas em mão de obra e permitem a expansão do valor adicionado do setor em um contexto de desmatamento zero.

A pecuária bovina extensiva, quando não integrada com a lavoura e a floresta, caso recorrente no Brasil, é altamente impactante do meio ambiente, tanto no que diz respeito ao solo quanto à emissão de gases de efeito estufa, sem falar na destruição das florestas. Portanto, faz-se necessário impedir que ela continue avançando em áreas de floresta, caso da Amazônia, bioma importante no equilíbrio do clima do País e do mundo e do Cerrado que tem uma cobertura bem específica e é um bioma com várias nascentes de rios que atravessam grande parte do território nacional e são importantes, também, para a economia do País.

Por outro lado, é fundamental que as políticas de desenvolvimento agrário tenham como prioridade a aceleração da garantia de direitos fundiários e da extensão rural, para pequenos produtores e comunidades tradicionais, com sólido investimento para o fomento de práticas sustentáveis de agricultura e de extrativismo (incentivo ao associativismo, à assistência

técnica, ao crédito, aos preços mínimos e às políticas de compras garantidas pelo poder público), bem como pagamento aos produtores e às comunidades por serviços ambientais que atendem aos princípios de sustentabilidade.

Já os investimentos públicos em infraestrutura urbana devem ter como prioridade a reconstrução de espaços, por meio de soluções sustentáveis no que diz respeito a moradias e também ao equipamento urbano, principalmente transporte público, saneamento e disposição de resíduos. Esses projetos devem ser inclusivos, tanto pelo alto poder de geração de empregos e renda quanto pela melhoria na qualidade de vida das populações urbanas e periurbanas.

Na política industrial deve-se realizar mudanças de prioridades, em particular, na ação do BNDES e demais financiadores públicos, direcionando recursos financeiros para setores e atividades com mais conteúdo tecnológico, potencial de emprego e renda e controlado impacto ambiental.

É claro que essas mudanças exigem das fontes de financiamento uma alteração na ênfase que tem sido dada para alguns megaprojetos de resultados econômicos e socioambientais extremamente controversos. O financiamento público deve priorizar projetos que efetivamente estejam comprometidos com os princípios do Protocolo Verde.

**O Protocolo Verde é uma carta de princípios, assinada em 1995, na qual instituições bancárias públicas e privadas assumiram o compromisso de cumprir com um conjunto de medidas socioambientais, que estabelecem políticas e práticas bancárias que estejam em harmonia com um desenvolvimento justo e sustentável.**

A seletividade sugerida pelo Protocolo Verde é essencial para que os beneficiários do crédito público sejam agentes econômicos de transformação para um País mais sustentável. Deve-se, também, parar com a sangria de recursos públicos para subsidiar atividades que geram grandes externalidades negativas, como automóveis particulares, produtos que geram alto consumo de energia e o crédito agrícola para produtores resistentes a se adequar à legislação ambiental.

# | Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental



O relatório da OIT que apresenta os empregos verdes os define como aqueles que contribuem para preservar ou restaurar a qualidade ambiental. Ou seja, são empregos que contribuem para a redução do uso de energia, matérias-primas e consumo de água, por meio de estratégias altamente eficazes que descarbonizem e reduzam as emissões de gases de efeito estufa. Tais estratégias minimizam ou evitam completamente todas as formas de desperdício e poluição, protegendo e restaurando os ecossistemas e a biodiversidade.

“  
**Empregos verdes são aqueles que contribuem para preservar ou restaurar a qualidade ambiental”.**

O conceito de emprego verde não se restringe àquelas profissões diretamente relacionadas com a natureza, como a agricultura, a pesca, o saneamento e a conservação ambiental. A plataforma dos empregos verdes diz respeito a todo e qualquer ofício. Um caminhoneiro, mesmo que militante da causa ambiental, terá o seu emprego classificado como não verde (ou marrom) se ele conduz um veículo movido a óleo diesel, derivado de combustível fóssil e, portanto, altamente poluidor e emissor de gases de efeito estufa, que tem como consequência forte contribuição para o efeito estufa artificial.

Além de não favorecer a criação geral de empregos, a política econômica neoliberal exacerba a desigualdade da distribuição de renda, não se mostrando capaz de corrigir as principais falhas do sistema econômico. Outra falha desse tipo de política é sua incompatibilidade com a sustentabilidade ambiental. Assim, as discussões sobre o emprego devem estar associadas a preocupações relacionadas a sistemas sociais e ambientais mais amplos.

Na formulação das políticas públicas de geração de trabalho e renda deve se incorporar a perspectiva dos empregos verdes referidos pela OIT. Frentes de trabalho verde, por exemplo, constituem alternativas para aliviar o desemprego e o desalento, ao mesmo tempo em que concorrem para a construção de uma economia verde.

## | Biomas Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento



O PSB entende que a formulação de políticas públicas estratégicas, a comporem um Projeto Nacional de Desenvolvimento, necessita levar em conta a territorialidade, uma vez que os desequilíbrios regionais nacionais também se manifestam, pelo menos de forma aproximada, em razão das características das localidades em seus diferentes biomas.

**O**s biomas são conjuntos de ecossistemas, vegetal e animal, com uma diversidade biológica própria. O Brasil tem seis grandes biomas continentais e um bioma marinho. Os biomas terrestres brasileiros são a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal, a Mata Atlântica e o Pampa. O bioma marinho ou aquático corresponde à área oceânica ao longo da costa brasileira e é denominado de Amazônia Azul.

A manutenção de serviços ecossistêmicos de relevância global de cada bioma, como a regulação do clima, a conservação da biodiversidade, a provisão da água e a oferta de alimentos, revela a posição estratégica de cada um deles para a economia brasileira. A despeito de a expansão do agronegócio ter contribuído para a emergência do Brasil na produção de *commodities* agrícolas, a conversão das áreas dos biomas em áreas de plantio ou de pecuária tem levado à degradação dos diferentes tipos de vegetação e do solo e à invasão biológica de pragas, ameaçando o bom funcionamento das funções ecossistêmicas dos biomas.

A supressão de vegetações nativas tem afetado o regime pluviométrico que é fundamental para a vida das populações e para o setor agrícola. A diminuição da vazão de rios e as alterações do ciclo de chuvas provocam crises de disponibilidade de água para a geração de energia, aquicultura, turismo, abastecimento humano e animal, entre outras consequências, além de implicar em diminuição da produtividade agrícola.

Ressalte-se o fato de que os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária, os povos indígenas e de comunidades tradicionais, que têm em cada bioma a sua casa, são os principais protagonistas da conservação da agrobiodiversidade e da promoção da soberania e segurança alimentar. Apesar da importância que esses povos exercem na conservação dos biomas, eles sofrem as consequências da falta de regularização fundiária de seus territórios e de políticas públicas de apoio às suas atividades, o que tem sido fonte inesgotável de conflitos em relação ao acesso e posse dos territórios e à disponibilidade e usos da água.

Por outro lado, a redução de requisitos de licenciamento ambiental tem facilitado a ação da grilagem, do garimpo ilegal e da substituição da mata por atividades pecuárias, que tem resultado em intenso desmatamento, tendo como consequência a enorme contribuição para as mudanças climáticas com o aumento das emissões de gases de efeito estufa.

O PSB entende que urge defender os serviços ecossistêmicos prestados pelos biomas, empreendendo ações políticas que visem o fortalecimento e a ampliação do sistema de áreas protegidas, de proteção integral e de uso sustentável, além de medidas que tenham por objetivo recuperar as políticas que garantam a homologação de terras indígenas, da reforma agrária e da regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais.

É preciso desenvolver uma política de compromissos com a sociedade e com os diversos setores dos segmentos produtivos, para estabelecer acordos essenciais para a conservação dos Biomas. A base para essa construção é a emergência do estabelecimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que absorva e incorpore o conceito de desenvolvimento sustentável e da Economia Criativa. Esse Projeto precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre este enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas.

“

**Um Projeto Nacional de Desenvolvimento precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre este enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas”.**

Cada um dos biomas terrestres (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa) e do bioma marinho (Amazônia Azul) tem suas peculiaridades. Em cada um deles existem articulações políticas, assentadas em diálogos sociais e políticos, que precisam ser apoiadas para que se fortaleça o seu papel protagonista na direção da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável implica necessariamente em uma economia inclusiva, com proteção social e que garanta a conservação ambiental.

## | O PSB e o Ecosocialismo



A urgência da luta contra as mudanças climáticas decorre do fato de que as consequências do aquecimento global podem tornar a vida na Terra insuportável para os seres vivos, em particular para os seres humanos. O aquecimento global deriva basicamente das atividades econômicas que, na lógica do capitalismo, exigem aumentar a produção e a acumulação de capital de forma desenfreada. Assim, esse modo de produção destrói a natureza pela busca inesgotável de lucro, em um sistema infinito de acumulação.

O aquecimento global é hoje o fenômeno que melhor denuncia a problemática ecológica que, há mais de cinquenta anos, vem se impondo como questão principal nas esferas ambiental, social, política, econômica e cultural. A ecologia apresenta-se como o campo da revolução que a humanidade tem que realizar. É necessário proteger a Terra mudando a cultura do consumo excessivo e da produção de resíduos sólidos. Para tanto, deve-se estimular a reutilização, a reciclagem e a diminuição da produção e do consumo de produtos com embalagens descartáveis, com a redução da dependência dos

combustíveis fósseis e da utilização do plástico e com a mudança dos hábitos alimentares - excesso de consumo de carnes, por exemplo. Urge, também, procurar alternativas sustentáveis na agricultura, na produção de energia, na mobilidade e promover a educação em ecologia integral, pois a presente ação humana coloca em sério risco a existência de todas as formas de vida no planeta.

Segundo a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), o aquecimento climático é inequivocamente decorrente da atividade humana relacionada à produção, que tem implicado na emissão crescente dos gases de efeito estufa lançados na atmosfera, em especial do gás carbônico e do metano. O gás carbônico - pelo uso crescente dos combustíveis fósseis - e o metano - em razão da forma de organização da agropecuária e outros usos da terra com o consequente desmatamento. Estas últimas atividades são responsáveis por cerca de 44% de toda emissão de metano.

O socialismo não pode comungar com o excesso de consumo e de desperdício, e deve ser radicalmente crítico sobre o que produzir, como produzir, quanto produzir e onde produzir, pois refuta radicalmente o princípio capitalista de que a felicidade se dá na insaciável satisfação do possuir e do consumir.

“

**O socialismo não pode comungar com o excesso de consumo e de desperdício”.**

A opção do PSB é a de se aproximar do movimento do Ecosocialismo, que há décadas atua em vários países, desenvolvendo um trabalho de engajamento na luta ecológica, propondo que se avance no caminho construído ao longo de mais de meio século, por partidos ecológicos, por organizações não governamentais e instituições culturais. Para o PSB, a luta ecológica tem também o significado da contradição do capitalismo com a própria vida no planeta.

Para o socialismo, é fundamental unir sistematicamente as lutas sociais por justiça, equidade, bem-estar econômico, desenvolvimento social e direitos humanos, com as lutas pela conservação ambiental e a boa utilização dos

bens que a natureza coloca à disposição de todos os seres vivos. A harmonia entre todos os seres vivos deve se tornar a forma cultural, portanto, política, econômica e estética do agir, prioridade da perspectiva política do socialismo. Com tais premissas, o PSB, em seu processo de Autorreforma, deve assumir propostas de diretrizes políticas e programáticas que assegurem uma convivência harmoniosa do homem com a natureza.

## | A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável



A atividade mineradora no Brasil foi parte integrante de sua história desde o descobrimento, passando pela Colônia e pelo Império até alcançar a República em 1889, com atividades inicialmente centradas no ouro e no diamante.

O Brasil republicano mantém uma atividade de mineração de baixa produtividade. Na Primeira República, até 1930, a instalação de um processo de desenvolvimento econômico centrado na cafeicultura tinha como objetivo, na área mineral, a importação de produtos siderúrgicos. Essa dinâmica obrigou o governo brasileiro a um esforço para encontrar outros minérios, tendo sido identificadas abundantes reservas de ferro e manganês.

Nos primeiros anos do período da Segunda República, a partir de 1930, vai se firmar o processo de industrialização, quando se cria a grande siderurgia nacional (CSN) em 1941, fábricas de cimento, metalurgia de alumínio, cobre, chumbo, tungstênio, além da grande mineradora de ferro, a Vale do Rio Doce, em 1942.

No pós-Guerra, amplia-se e diversifica-se a cadeia industrial, incluindo novos setores. Neste período, merece destaque a criação da empresa Petrobras, pelo presidente Getúlio Vargas, em 1954, como operadora do monopólio do petróleo e do gás.

Nos anos 1970, ocorrem grandes investimentos na área de energia com a construção das hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, e das usinas nucleares de Angra dos Reis. O setor mineral brasileiro, intensivo no uso de energia elétrica, torna-se cada vez mais internacionalizado e voltado ao atendimento da demanda externa. A Vale do Rio Doce consolida-se como um dos grandes produtores

e exportadores mundiais de minério de ferro. Merecem destaques ainda, os projetos de não ferrosos como alumínio, cobre, zinco, além de outros projetos como o do ferro de Carajás, da bauxita do Vale do Trombetas - ambos no estado do Pará, da cassiterita de Pitinga - no Amazonas, e do manganês da Serra do Navio, no Amapá.

Pode-se considerar que a mineração brasileira, dada a sua importância econômica e social, sempre foi tratada como uma “atividade de interesse público” e, por isso, condicionada a impositivos legais que incluem todo o ordenamento jurídico sobre a matéria, a partir mesmo de vários artigos na Constituição Federal de 1988.

O Brasil é um dos cinco maiores exportadores de substâncias minerais do mundo. Cerca de 85% de tudo o que se produz é exportado, constituindo-se em importante fonte de divisas, sendo um dos setores estratégicos para o equilíbrio financeiro do País. Apesar de sua importância, os minérios são exportados com baixíssimo valor agregado, pois a maior parte do que é comercializado externamente é o minério de ferro (89%). O principal mercado das exportações brasileiras da Indústria Extrativa Mineral continua sendo a China. Quanto ao mercado de trabalho, o setor de extração mineral finalizou o ano de 2018 com estoque de 164.796 empregos formais.

“

**O Brasil é um dos cinco maiores exportadores de substâncias minerais do mundo. Apesar disso os minérios são exportados com baixíssimo valor agregado”.**

## Políticas para a Construção da Sustentabilidade da Mineração

A sociedade mundial, nas primeiras décadas do Século XXI, já deu cabais manifestações de não admitir posturas ou operações corporativas de serviços, comerciais e-ou industriais, dentre outras, que negligenciem as responsabilidades ambientais. Sem dúvida, a sobrevivência empresarial desses e de outros ramos

econômicos depende de adequação com os procedimentos que legitimam a intervenção no meio físico. Neste sentido, algumas propostas de ações são elencadas a seguir.

Em muitas situações, os resíduos, rejeitos e efluentes são mal acondicionados e maculam a paisagem, tornando-se fontes de dispersão de plumas químicas nocivas às águas subterrâneas e superficiais, prejudicando o solo, a flora e a fauna, ocasionando problemas à saúde das pessoas e dos animais, podendo ainda constituir-se em riscos geotécnicos por deslizamento de taludes mal estabilizados – casos de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais.

O PSB propõe a adoção de legislação que organize a produção mineral, de forma que as áreas indígenas e quilombolas sejam totalmente respeitadas. Com relação à mineração e aos impactos no patrimônio histórico, cultural, paisagístico e turístico, trata-se de equacionar o conflito de uso do espaço entre as atividades econômicas e os interesses difusos da sociedade, que cabe ao Estado arbitrar em razão de verificação de valores tangíveis e intangíveis.

Para perenizar o desenvolvimento após a mineração, há que se considerar que os recursos minerais passíveis de uso pela sociedade são bens finitos no tempo e no espaço. Mesmo aquelas gigantescas jazidas formadas pela generosidade dos processos geológicos devem ser aproveitadas com parcimônia, evitando-se a lavra ambiciosa ou predatória.

Mas, o grande desafio da atividade mineradora no Brasil é a agregação de valor, possível através de uma industrialização moderna e criativa, que possibilite sua inserção nas cadeias globais de valor, mantendo a soberania do País.

## | A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia

Sem calor e eletricidade a atividade econômica seria limitada e restrita. O uso de energia vem crescendo a cada ano, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, pois a sociedade moderna usa cada vez mais energia para a indústria, serviços, comércio, habitação e transporte.



A fonte de energia mais amplamente utilizada tem sido o petróleo e seus derivados, de modo que o petróleo tornou-se a *commodity* comercial mais importante, e grande parte do crescimento econômico está ligado à sua disponibilidade e preço. Ocorre, no entanto, que o petróleo e outros combustíveis fósseis, como carvão e gás natural, além de não serem recursos ilimitados, contribuem significativamente para a emissão de gases de efeito estufa, responsável pelo aquecimento global. Ainda, a capacidade de absorção desses gases pela atmosfera e oceanos parece se tornar um limite ainda mais importante ao uso de petróleo e de gás, do que sua disponibilidade física.

“

**O petróleo e outros combustíveis fósseis, como carvão e gás natural, além de não serem recursos ilimitados, contribuem significativamente para a emissão de gases de efeito estufa, responsável pelo aquecimento global.”**

O efeito combinado da demanda crescente e do esgotamento dos recursos, requer uma solução melhor para o uso de fontes de energia, em particular o desenvolvimento de tecnologias que permitam o uso das chamadas fontes de energia renováveis. Portanto, é imprescindível o aumento de estudos sobre demanda de energia, incluindo dependência, segurança e eficiência energética, além de questões sociais e ambientais.

A

**Agência Internacional de Energia (AIE), define as energias renováveis como “fontes de energia continuamente renovadas pela natureza e derivadas diretamente do sol (como térmicas, fotoquímicas e fotoelétricas), indiretamente do sol (como energia eólica, hidrelétrica e energia fotossintética armazenada em biomassa) ou de outros movimentos e mecanismos naturais do ambiente (como energia geotérmica e maré)”.**

A parcela de energia renovável no suprimento total de energia está se expandindo e pode contribuir para o crescimento da renda, do emprego e do acesso dos pobres à energia limpa, o que poderia ser um vetor para se atingir de forma mais rápida as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

O PSB propõe uma mudança no suprimento de energia de combustíveis fósseis para energia renovável que pode contribuir para alcançar metas ambiciosas de redução de emissões, juntamente com melhorias significativas na eficiência energética. Para reduzir as emissões da linha de base a um nível que mantenha a concentração de gases de efeito estufa em 450 ppm até 2050, os projetos de energia renovável da AIE indicam que seria necessário realizar reduções imediatas de CO<sub>2</sub> de cerca de 27%. Tal ação exigiria também aprofundar mecanismos que resultem em maior eficiência energética e opções alternativas de mitigação, como captura e sequestro de carbono.

O Brasil possui a quarta maior produção de energia renovável do mundo e a quarta maior participação de fontes renováveis em sua matriz energética. Dados do último Balanço Energético Brasileiro - Relatório Anual 2019 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) - do Ministério de Minas e Energia, indicam a participação percentual das principais fontes de energia doméstica. As fontes renováveis de energia representaram 41,1% do total (biomassa, hidrelétrica, lenha e carvão vegetal e outras fontes, como eólica e solar). Embora a energia solar e eólica tenham juntas um percentual ainda baixo (4,2%). As fontes não renováveis somam 58,9% (petróleo e derivados, gás natural, carvão e urânio).

“

**A matriz energética brasileira difere com vantagem da mundial. Enquanto as fontes de energia renováveis brasileiras representaram 41,1%, no mesmo período, a média mundial de renováveis foi de cerca de 9,3%”.**

O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética de longo prazo, visando um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade por meio do aumento das fontes de energias renováveis em sua matriz energética.

Eixo Temático IV  
Políticas Sociais e  
Cidades Criativas



**O Eixo Temático IV - Políticas Sociais e Cidades Criativas** - é integrado pelos temas: Seguridade Social, Saúde Pública, Educação Pública, Liberdade e Igualdade, Direitos Humanos e Movimentos Sociais, Segurança Pública, Reforma Agrária, Reforma Urbana, Cidades Criativas e Cultura e tem como objetivo apresentar propostas do PSB em todas essas áreas. As Políticas Sociais são destinadas a garantir o acesso universal e a permanência da população em serviços providos pelo Estado, visando ao bem-estar, à dignidade e à coesão social, provendo os bens e serviços necessários à garantia de vida plena e digna de todos os cidadãos.

## | Políticas Sociais para Igualdade

O PSB defende enfaticamente que as políticas sociais devem ser articuladas e estruturadas enquanto políticas de Estado, alinhadas à política macroeconômica. Essas políticas devem se estruturar por meio da formação de uma forte rede de proteção social, articulada inteligentemente entre as três esferas de governo da Federação (União, Estados e Municípios). Devem, ainda, estar orientadas para o atendimento das necessidades da população, de modo a desempenhar ação e papel distributivos, contribuindo, assim, para o enfrentamento da pobreza, para a redução de desigualdades e para a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

A principal meta defendida pelo PSB, por meio das políticas sociais, é assegurar o acesso universal e a permanência em serviços públicos de qualidade, que garantam a mobilidade social e a emancipação do cidadão. O modelo de desenvolvimento excludente, vigente no Brasil até a segunda década do século XXI, determina a adoção de estratégias radicais e criativas no combate às desigualdades e suas causas.

O dramático quadro social do Brasil tem na desigualdade a sua estrutura nuclear. Enquanto se situa entre os dez maiores PIBs do mundo, o Brasil está entre os dez países mais desiguais. Essa desigualdade, agravada nas suas dimensões de raça, gênero e idade, tem sua raiz na enorme concentração de riqueza e renda e não terá solução nos marcos do capitalismo vigente. Exige, portanto, reformas estruturais, a partir da reforma do próprio Estado.

“

**O dramático quadro social do Brasil tem na desigualdade a sua estrutura nuclear. Enquanto se situa entre os dez maiores PIBs do mundo, o Brasil está entre os dez países mais desiguais.”**

Essas reformas, aliadas a uma reestruturação econômica, devem assegurar a distribuição de renda, serviços públicos universais de qualidade e garantir os direitos sociais já estabelecidos pela Constituição de 1988, que propugna como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância e a assistência aos desamparados.

O rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi, em 2018, quase 34 vezes maior do que o da metade mais pobre. Isso significa que a parcela de maior renda teve ganho médio mensal de R\$ 27.744,00 enquanto os 50% menos favorecidos ganharam, em média, R\$ 820,00.

A desigualdade no Brasil é tão profunda e estrutural que não pode ser enfrentada com as medidas paliativas tradicionais corriqueiras, mas, sim, com providências criativas e inovadoras capazes de alterar essa estrutura da desigualdade, começando pela saúde e pela educação.

# | A Seguridade Social como Instrumento de Redução da Desigualdade

PSB40  
QUERO  
PARTICIPAR



A Pandemia Covid-19 que se alastrou pelo Brasil em 2020 realçou, entre outras coisas, as marcas da imensa desigualdade social e o papel fundamental de um sistema público de saúde eficiente, no caso do Brasil a importância do Sistema Único de Saúde – SUS.

A Constituição Federal define a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social. A Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social. E, tem por objetivos a proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice, o amparo às crianças e aos adolescentes carentes, a integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência. Deve, ainda, garantir com um salário mínimo de benefício mensal as pessoas com deficiência, e o idoso que não tenha meios de prover a própria manutenção.

O PSB defende a adoção de políticas de Estado que assegurem uma Renda Básica universal.

## Avançar com o SUS

PSB40  
QUERO  
PARTICIPAR



A dificuldade de acesso à saúde de qualidade, por grande parcela da população, é ainda uma lacuna a ser preenchida com políticas públicas que aperfeiçoem o SUS, cuja concepção é oriunda do aprofundamento de discussões e lutas do movimento sanitário, capitaneado pelos profissionais progressistas da saúde no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, dentre eles muitos comunistas e socialistas, liderados pelo sanitário Sérgio Arouca. A sua base, enfim abraçada pelo texto constitucional, era de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantidos mediante políticas sociais e econômicas. Políticas que devem visar a redução do risco de doença e de outros agravos, e o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação de qualquer cidadão. Apesar das deficiências do sistema, é preciso defendê-lo e torná-lo mais eficaz. O PSB

defende, assim, a criação e adoção de fonte exclusiva para o financiamento complementar da saúde pública.

O constituinte de 1988, ao criar o SUS, estabeleceu também as fontes de receitas necessárias ao seu pleno financiamento. Porém, os sucessivos governos esvaziaram os recursos da Seguridade Social - que inclui evidentemente a saúde -, via criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

O SUS, com a sua visão socializante de acesso e de cobertura, ousou sair de um modelo de saúde centralizado e restrito a poucos, para um sistema descentralizado e universal: descentralizado em seus fazeres, único em seus conceitos e diretrizes organizativas, integral na assistência e universal em seu acesso. Em menos de uma década, todos os mais de cinco mil e quinhentos municípios do Brasil, os Estados Federados e o Distrito Federal passaram a cuidar da saúde das pessoas, abandonando a retrógrada exigência de serem contribuintes do regime previdenciário para o acesso a serviços de saúde, que se configuravam como benefício previdenciário.

“

**O SUS, com a sua visão socializante de acesso e de cobertura, ousou sair de um modelo de saúde centralizado e restrito a poucos, para um sistema descentralizado e universal”.**

Esse SUS que deu certo produziu, em 2018, na atenção de média e alta complexidade, 3,74 bilhões de procedimentos ambulatoriais e 11,94 milhões de procedimentos hospitalares. A pujança do SUS é visível. Em 2020, além do Conselho e Fundo Nacional, identificaram-se 5.570 conselhos e fundos de saúde municipais e 27 estaduais. Assim, a sociedade fez-se presente nas discussões das políticas de saúde em todo o País e o SUS foi a principal trincheira na luta contra a Pandemia do Covid-19.

É esse caráter democrático e igualitário do SUS que o coloca na berlinda quando se trata de seu financiamento. As políticas neoliberais opõem-se frontalmente às políticas públicas sob o argumento de que investimento no bem-estar social são gasto que prejudicam a economia e o orçamento público.

O SUS é uma das poucas instituições que propiciam ao povo brasileiro

o sentimento de pertencimento, pois é um empreendimento social e humanístico, realizado pelo Estado com a participação da sociedade. O que se impõe para a Saúde no Brasil é o enfrentamento de três macroproblemas: mais recursos para a saúde, melhoria da gestão pública e políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida.

O PSB propõe que o espírito universalizante do SUS deva se espalhar a todas as demais áreas sociais como a educação e a segurança pública, bem como o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

## | Educação para a Emancipação

### A Educação no Brasil

Compreender a função do Estado como provedor de educação pública universal, gratuita e de qualidade é o elemento central para definir uma agenda efetiva e de longo prazo. A educação é elemento fundante do processo de construção da autonomia dos sujeitos, pois é por meio de seu desenvolvimento educacional que cada cidadão cria capacidade de interpretação do mundo ao seu redor, de sociabilidade, de obtenção de qualificações para o exercício de funções econômicas, enfim, de exercício da cidadania, que significa sua emancipação. O Estado, garantidor de direitos e promotor da qualidade de vida de seus cidadãos, deve ter como diretriz a criação de uma sociedade mais justa, ética e produtiva, por meio da garantia da educação pública universal, gratuita e de qualidade.

“

**A educação é elemento fundante do processo de construção da autonomia dos sujeitos, do exercício da cidadania, que significa sua emancipação”.**

Adicionalmente, é fundamental assegurar que a educação seja vista como estratégia central na execução de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que organize e realize os desejos de construção de uma sociedade justa,



fraterna e inclusiva, em que todos possam viver, trabalhar e ser felizes, numa economia que valorize e privilegie o conhecimento. É também imperativo em tal projeto a união de todos os esforços e energias da sociedade civil, das organizações sociais, das empresas e do Estado para superar o analfabetismo. São 14 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever.

Embora se registrem avanços quantitativos, os resultados que a educação pública vem alcançando nas últimas décadas demonstram a incapacidade do Estado brasileiro em garantir o processo de aprendizagem e de permanência na escola, dos brasileiros mais pobres. Sem uma educação de qualidade os segmentos menos favorecidos da população serão excluídos do mercado de trabalho e dos processos produtivos da economia do conhecimento, e precisarão continuar - como o fazem na atualidade -, recorrendo a subempregos para sobreviver cotidianamente.

Excluir grandes parcelas da população pobre do acesso à educação qualificada, sucatear a estrutura de ensino público, possibilitar o avanço do setor privado na oferta de educação paga direcionada à elite, e investir cada vez menos recursos na área, em todos os níveis de ensino, corroboram com a afirmação de Darcy Ribeiro de que “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”.

O espaço público da educação necessita ser fortalecido e ampliado no Brasil, por meio do aumento de aporte de recursos, que permita o aprimoramento na formação de professores e a construção de ambientes escolares compatíveis com as exigências da atual realidade imposta pelo desenvolvimento das novas tecnologias. Pior que a distância que separa o grupo que teve acesso à educação, daquele que não teve, principalmente da camada da população que ainda convive com o analfabetismo, será o profundo abismo que separará, no futuro, a parte da população que teve acesso às novas tecnologias, daquela a quem este acesso foi inviabilizado.

## Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira

O PSB propõe que se resgatem as pactuações e que se organizem esforços para que sejam cumpridos os princípios norteadores do projeto de educação brasileira. Tais princípios estão contidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano Nacional de Educação (PNE). A BNCC é



um documento normativo, que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica. O PNE determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, no período de 2014 a 2024 - muitas ainda longe de serem cumpridas.

Importante destacar que, no nível de Educação Infantil (creche e pré-escola), é fundamental que as ações sejam coordenadas e realizadas pela esfera cuja competência lhe foi atribuída, ou seja, os Municípios. Não faz sentido o governo federal, desde Brasília, estabelecer regras de como devem ser realizadas essas ações pelo País afora. Ao Ministério da Educação (MEC) compete cumprir as diretrizes estabelecidas por lei e aportar os recursos necessários. Mas, a decisão de como fazer, qual processo construtivo adotar, que tipo de materiais utilizar, dentre outros tantos detalhes, compete aos gestores locais.

## Financiamento e Gestão da Educação Brasileira



O PSB propõe como fundamental no financiamento da educação o estabelecimento de ações que reforcem o modelo de federalismo cooperativo, a ser sedimentado por meio do regime de colaboração, com funções exclusivas, e funções compartilhadas entre a União, os Estados e os Municípios. Foi nessa perspectiva que a Constituição Federal estabeleceu a vinculação de recursos para o setor, estabelecendo que o percentual mínimo que a União deve aplicar em educação fosse de 18% dos recursos arrecadados com impostos. Estados e municípios devem aplicar, pelo menos, 25%.

O cenário de queda de investimentos nas políticas sociais, em especial na educação e saúde, engrenado a partir da aprovação da PEC do Teto, em 2016 com validade para vinte anos, tem se agravado de forma contundente e por isto essa PEC deve ser revogada. Não há perspectivas de intensificar os investimentos na Educação, além da adoção de medidas extremas, como o ensino à distância, militarização dos colégios e cobrança de mensalidades no Ensino Superior. Os municípios, responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental, sofrem consequências diretas desses cortes. Os repasses da União para municípios seguem em queda, como os registrados de 2016 para 2017, de apenas 4,8%.

Outro aspecto relevante na gestão da educação e das demais políticas

públicas, envolve a qualidade dos gastos. É fundamental a adoção de mecanismos que qualifiquem os gastos, de modo que se faça muito mais com o mesmo orçamento. As proposições do PSB pela transparência e por programas de gestão compartilhada vêm ao encontro da construção de mecanismos de controle social dos orçamentos e dos gastos públicos.

Há que se registrar que o Fundeb, como obra de engenharia educacional e financeira fundamental à vida nacional, é uma importante conquista democrática e civilizatória. Embora necessite de ajustes, o Fundo tem capilaridade para identificar e tratar os graves problemas de desigualdades regionais. Falta-lhe a alocação de recursos na medida adequada para fazer mais. O Fundeb é, hoje, o maior mecanismo de financiamento da Educação Básica, pois sua participação reduz a amplitude da desigualdade de investimento, em até 71%, entre os entes da Federação. Ou seja, permite que territórios com capacidades reduzidas de investimento na educação alcancem em cerca de 71% o valor investido por entes federados com maior capacidade de investimento. Constitui-se, portanto, em um instrumento fundamental para a garantia da redução das desigualdades educacionais.

“

**Os socialistas defendem que o Fundeb deva ser transformado em política pública de caráter permanente, ou seja, uma política de Estado e não de Governo”.**

## O Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

O setor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil nunca recebeu o tratamento necessário a um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento. Em 2018, a situação alcançou níveis de calamidade quando o orçamento para pesquisas em Ciência e Tecnologia foi de R\$ 1,4 bilhão, contra R\$ 10 bilhões, em 2010.

Quanto aos recursos destinados à educação, observa-se uma redução contínua a partir de 2015. De R\$ 126,64 bilhões em 2014 para R\$ 100,68



bilhões em 2019, representando 20,5% de queda no padrão de financiamento. Como resultado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vêm enfrentando graves restrições orçamentárias nos últimos anos.

A Capes, uma das responsáveis pelo desenvolvimento e financiamento da pesquisa e inovação no País, aponta que o setor de incentivo à pesquisa será profundamente prejudicado, com a suspensão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, tendo atingido, em 2019, cerca de 93 mil estudantes e pesquisadores, devido aos cortes de orçamento realizados pelos governos de orientação neoliberal.

As verbas para o CNPq foram reduzidas em 13,36%, quando comparadas às situações de 2019 com as de 2003 (redução de R\$ 1,66 bilhões para R\$ 1,44 bilhões).

Os projetos do Ministério da Educação procuram liquidar o sentido público das instituições federais de ensino. As diretrizes alteram os eixos históricos que sustentam o caráter público e socialmente referenciado das instituições. O principal programa do MEC propõe garantir a “autonomia financeira” das instituições públicas de ensino, proposta em que a gestão fica a cargo de Organizações Sociais, de caráter privado. Neste modelo o orçamento de manutenção e investimento das instituições deve ser desvinculado da União e substituído pelo financiamento privado.

“

**As diretrizes do MEC no Governo Bolsonaro alteram os eixos históricos que sustentam o caráter público e socialmente referenciado das instituições”.**

Sob o falso pretexto de estimular a competitividade, a captação de recursos próprios e o empreendedorismo individual, este modelo submete as instituições públicas de ensino aos interesses do mercado e não mais voltadas às necessidades da sociedade. Essas medidas ignoram as atividades de extensão, desmontando o tripé - ensino, pesquisa e extensão -, que sustenta a lógica da

produção de conhecimento socialmente referenciado, colocando em risco diversos projetos que atendem à população, em especial, as parcelas mais vulneráveis da sociedade.

Por outro lado, no Brasil, o grande capital está mais interessado na exploração predatória dos recursos naturais, na grande oferta de mão de obra barata e nos subsídios do fundo público. Em decorrência disso, e do lugar que o País ocupa na divisão internacional do trabalho, as grandes corporações que operam no território nacional não se veem obrigadas a investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D), como fazem nos países centrais.

O PSB entende que somente o fortalecimento do sistema nacional de produção de C&T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), através de forte aporte de recursos financeiros no setor, pode resultar em fortalecimento do desenvolvimento autônomo e soberano da nação brasileira. Só este sistema poderá viabilizar pesquisas básicas, bem como pesquisas voltadas à superação dos graves problemas que afetam a maioria da população brasileira, como é o caso dos problemas na área de saúde, e em muitas outras áreas.

Vale a pena lembrar que a pesquisa em ciência e tecnologia é parte indissociável da Economia Criativa. Restringir o fortalecimento desse sistema à ampliação dos recursos orçamentários públicos não é suficiente. Sua consolidação implica na inserção da ciência e tecnologia na construção de um projeto genuíno de desenvolvimento nacional, fortalecendo as instituições públicas de ensino e pesquisa do País e criando canais de interlocução com o setor produtivo comprometido com o desenvolvimento autônomo do Brasil.

## Revolução Criativa na Educação

O PSB defende que a educação é o principal instrumento de combate às desigualdades presentes na sociedade brasileira. Para ser efetiva, deve se inspirar nos princípios democratizantes, únicos capazes de proporcionar o acesso e a permanência universal das pessoas a todas as esferas da vida - seja o Estado, o mercado ou a sociabilização em comunidade – e, ainda, de criar sujeitos autônomos, democráticos, criativos, emancipados e tolerantes com todas as formas de expressão humana. O desenvolvimento educacional deve ser, portanto, a base dos desenvolvimentos econômico e social.



Sendo a educação pública de qualidade a principal política social, pois permite à criança, ao adolescente e ao jovem ter uma formação para a vida em geral, inclusive para o mundo do trabalho, é somente como política social de Estado, como educação crítica e criativa, que poderá assegurar e promover a emancipação do indivíduo.



**O PSB defende que a educação é o principal instrumento de combate às desigualdades presentes na sociedade brasileira”.**

A qualificação e a valorização dos professores são requisitos imprescindíveis para alcançar a educação defendida pelo PSB. O professor da escola pública passa por desgastes constantes no exercício da profissão, sofre com as dificuldades de financiamento do setor, que leva, em alguns casos, ao sucateamento da estrutura educacional. Além dos baixos salários, os professores convivem com estruturas físicas deficitárias e desequipadas, incompatíveis com os desafios impostos pela economia do conhecimento. Somam-se, a essas dificuldades, os cerceamentos à liberdade de expressão e de cátedra, praticados pelo Governo Bolsonaro, uma vez que, em várias regiões do País, professores são acusados de doutrinadores. Ainda, os episódios de esgotamento mental, que comprometem parte significativa da força de trabalho docente, devem ser objeto de atenção especial.

Os avanços realizados na expansão da cobertura de ensino, nas últimas décadas, não foram suficientes para superar a imensa desigualdade educacional brasileira. Apesar da evidente expansão do ensino fundamental, a qualidade e a capacidade de retenção dos alunos na escola tem sido muito baixa. Além de não aprenderem, 24,1% das crianças não concluem o Ensino Fundamental. A distorção idade-ano-série também preocupa. Nos anos finais do Ensino Fundamental, 26% dos estudantes têm atraso escolar de dois anos ou mais.

Para ser plenamente efetiva, a igualdade de oportunidades implicaria tornar o Ensino Fundamental totalmente público e acessível a todas as camadas da sociedade, a exemplo do que já ocorre em diversos países como, por exemplo, os Estados Unidos e algumas sociais-democracias europeias. Os filhos dos trabalhadores pobres precisam ter o mesmo espaço escolar que os filhos das classes média e abastadas.

Na construção de propostas de uma nova educação confirmam-se as máximas de Anísio Teixeira de que a educação antes de ser um privilégio é um bem que tem por base ser humanista. Seu caráter universal aponta para a necessidade de ela ser realizada em tempo integral e ser de acesso gratuito.

“

**O PSB entende que embora radical a proposta de educação pública e gratuita do Ensino Fundamental constitui-se numa estratégia cuja radicalidade corresponde à dimensão da desigualdade no País”.**

Segundo Anísio Teixeira “o dever do governo, - dever democrático, dever constitucional e dever imprescritível -, é o de oferecer ao brasileiro uma escola primária capaz de lhe dar a formação fundamental indispensável ao seu trabalho comum, uma escola média capaz de atender à variedade de suas aptidões e das ocupações diversificadas de nível médio e uma escola superior capaz de lhe dar a mais alta cultura e, ao mesmo tempo, a mais delicada especialização”.

A prática pedagógica dominante baseia-se em concepções mecanicistas da educação, que acabam por diminuir os espaços de criação ao tentar “domesticar” as aspirações das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Ao acreditar que a transmissão de uma coleção padronizada de conhecimentos é suficiente para a formação, em qualquer nível de ensino, interrompem os processos criativos.

Essa prática centra-se em uma profissionalização que não corresponde ao espaço real de ocupações disponíveis na sociedade. Baseia-se em privilegiar os conteúdos formais da matemática, das ciências e do domínio gramatical da língua. O conteúdo das humanidades é oferecido de forma secundária e as artes são totalmente negligenciadas.

Os sistemas tradicionais de ensino baseiam-se na reprodução da elaboração de conhecimentos por parte do professor. Nesses sistemas os erros são estigmatizados, considerados a pior coisa que o aluno pode fazer. O resultado é uma educação que não atende às capacidades criativas dos alunos.

O PSB entende que uma radical transformação deve se processar na educação, no sentido dado por Paulo Freire, que afirma que ela deve se basear no fortalecimento de práticas criativas, que tenham foco em características como a personalização das atividades, o desenvolvimento de conhecimentos próximos às comunidades onde vivem os alunos, e através de um currículo abrangente em programas que envolvam os estudantes, tanto fora como dentro da escola.

Assim, uma revolução criativa na educação, que corresponda à nova era do conhecimento e à rápida transformação tecnológica, precisa alterar radicalmente a própria formação de professores e alunos para a construção de homens e mulheres libertários, tolerantes e criativos.

## | Direito Social ao Trabalho



A defesa da Constituição Federal de 1988, especialmente do artigo 7º ao artigo 11, representa o principal elemento da posição do PSB em seu programa.

Previsto como Direito Social na Constituição, o direito ao trabalho tem como pedra de toque o princípio da igualdade e da dignidade.

O artigo 7º da Constituição estabelece dispositivos como a proteção contra a despedida arbitrária, o seguro desemprego, o salário mínimo, as jornadas de 8h (normal) e 6h para trabalho ininterrupto, a criminalização da retenção dolosa do salário, e muitas outras garantias que o capitalismo brasileiro, até a segunda década do século XXI, está longe de atender. Aliás, o artigo 7º da Constituição vale como um verdadeiro manifesto para qualquer partido ou organização social que tenha o trabalho como seu valor central.

Os socialistas brasileiros lutarão para concretizar as conquistas constitucionais através de legislação reguladora e medidas administrativas que transformem a letra da lei em efetiva prática social.

Diferentemente de outros direitos sociais, como saúde e educação, o direito ao trabalho não conta com instrumentos jurídicos e administrativos que garanta seu cumprimento pelo Estado como, por exemplo, a aquisição de um emprego ou atividade rentável. Conta, sim, com políticas públicas, favoráveis

ou não à proteção do emprego e da renda do trabalhador. Delas fazem parte a intermediação do emprego, a qualificação social e profissional e o seguro-desemprego. Essa tríade compõe o cerne da Política de Trabalho, no País. Deve-se acrescentar, ainda, que, a despeito das enormes taxas de desemprego e de desalento, muito especialmente para os jovens, e particularmente para aqueles que ainda não tiveram acesso ao primeiro emprego, a promoção do trabalho deve se dar como Trabalho Decente, segundo apregoa a OIT em sua plataforma.

Já, a reforma trabalhista, apresentada pelo governo Michel Temer e aprovada pelo Congresso Nacional em 2018, contra a posição e o voto do PSB, foi o mais profundo ataque ao trabalho como um direito social. Apesar de abordar vários aspectos inevitáveis ao tema como, por exemplo, o trabalho intermitente e os contratos temporários, essa reforma agrediu a Constituição e a razoabilidade quando estabeleceu a prevalência do contratado sobre a lei, constituindo-se este no seu mais violento dispositivo neoliberal contra o trabalho como Direito Social.

“

**A reforma trabalhista, apresentada pelo governo Michel Temer e aprovada pelo Congresso Nacional em 2018, contra a posição e o voto do PSB, foi o mais profundo ataque ao trabalho como um direito social”.**

Assim, cabe aos socialistas brasileiros a defesa da Constituição de 1988 e a luta pela revogação dessa emenda constitucional, bem como a formulação de uma verdadeira reforma trabalhista capaz de defender novos direitos para os trabalhadores, numa sociedade em que o modelo de produção se modifica rapidamente com a revolução tecnológica.



As questões relacionadas à segurança pública e à violência passam a compor, de forma mais sistemática, a agenda política do País, no final dos anos 1990. Com o aumento da criminalidade urbana o debate ganha novas proporções e, paulatinamente, deixa de ser tema afeto tão somente às corporações policiais. Como consequência, a pauta adquire contornos nacionais, com diversas tentativas de implementação de um plano nacional de segurança que fosse além do brevíssimo traçado constitucional sobre a área. Esse silêncio, aliás, é considerado uma das causas do cenário atual da segurança, já que não se tem claramente estabelecido um desenho organizacional e, muito menos, um sistema de governança para esta área.

O aumento da criminalidade violenta e a estruturação e fortalecimento do crime organizado e das facções prisionais fazem com que a segurança pública seja uma das preocupações atuais de todos os brasileiros. Os impactos são cada vez mais sentidos na economia e na vida cotidiana dos cidadãos. Os custos do combate à violência chegam a 5,4% do PIB, a indústria já gasta mais com segurança do que com pesquisa e desenvolvimento, e os elevados índices de criminalidade afetam o turismo e o investimento em várias áreas.

Se, do ponto de vista objetivo, as grandes questões atuais da segurança dizem respeito à criminalidade violenta, ao crime organizado, ao caos do sistema penitenciário e a um modelo organizacional disfuncional, o pano de fundo da área diz respeito à necessidade de se (re)pensar a política de combate à criminalidade que o País necessita.

As velhas propostas do Congresso Nacional, que se restringem à tipificação de novos crimes, ao aumento das penas e do endurecimento do regime de seu cumprimento, têm se mostrado não somente ineficazes, mas agravantes dos problemas. No cenário político mais amplo, há claras dificuldades em se conjugar medidas preventivas e repressivas e em acabar com o falso antagonismo entre segurança pública e direitos humanos.

Apesar de todas as dificuldades surgidas nessa área, o PSB conta com um legado de experiências de sucesso, em segurança pública e no controle da violência. Essas experiências foram efetivadas durante o exercício de governo nos estados de Pernambuco (Pacto pela Vida), do Espírito Santo, da Paraíba

e do Distrito Federal. Não há nenhum outro partido no País que tenha, atualmente, esse conjunto de resultados, com potencial para se transformar em uma política pública eficaz na área da Segurança e em um ativo eleitoral importante num cenário em que o tema vem cada vez mais pautando as eleições. O que foi feito nesses Estados deve ser mais bem compreendido e internalizado pelo Partido. É fundamental identificar os fatores de sucesso dessas experiências e transformá-los em aprendizados que sustentem a modelagem de uma nova concertação federativa para a área. A prática nas gestões estaduais mostrou que é possível inovar na gestão e desenhar políticas de segurança comprometidas com a redução da violência em um cenário de respeito aos direitos humanos.

“

**Apesar de todas as dificuldades surgidas nessa área, o PSB conta com um legado de experiências de sucesso, em segurança pública e no controle da violência”.**

A proteção dos direitos humanos como valor fundamental e a inovação na conjugação de políticas de prevenção, com programas e ações de prevenção qualificada, devem ser o ponto de partida para se pensar em novas estratégias para a redução da violência e a promoção da Segurança Pública. Tais estratégias exigem apropriar-se de temas mais técnicos, compreender e se relacionar com as polícias, lidar com iniciativas de repressão qualificada e desenvolver políticas públicas estruturadas. Em síntese, ampliar o repertório para além dos temas de proteção dos direitos humanos e implementação de políticas sociais é um desafio que não pode ser desprezado.

A segurança é uma política pública e como tal deve ser gerida. Há que se desenvolver, para a área, mecanismos de governança, inclusive orçamentária, e aproveitar as experiências de gestão com resultados bem sucedidos, como as implementadas nos governos do PSB, que se utilizam de mecanismos de gestão sofisticados, mas de implantação relativamente simples. Esses mecanismos são: o estabelecimento de objetivos e prioridades específicos, a definição de metas baseadas em indicadores de desempenho, a especificação de planos de ação direcionados a áreas territoriais integradas, e o fortalecimento da produção das estatísticas e análise criminal.

Não é possível que, em pleno Século XXI, ainda não existam estatísticas criminais e penitenciárias confiáveis, em âmbito nacional, e com produção uniforme e periódica. Não é razoável, também, que não se tenha mecanismos claros de financiamento das políticas de segurança e o desempenho da área continue sujeito aos graves contingenciamentos que impossibilitam a continuidade de programas e ações. O modelo do Sus deve ser um ponto de partida relevante para a estruturação de um modelo de governança da segurança pública. Ainda, o estímulo à cultura de monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações de segurança deve ser contínuo e contar com mecanismos efetivos de participação social.

## | Mais Mulheres no Poder



Para os socialistas, a igualdade de gênero é uma base absolutamente necessária para a construção e afirmação de um Brasil próspero, sustentável e justo. Essa base tem efeitos multiplicadores para o desenvolvimento de uma democracia econômica, social e política substantiva.

Enquanto persistir o modelo de discriminação contra mulheres, negros, população LGBT e indígenas, em forma de violência, desigualdade salarial e oportunidades, não se pode considerar a vigência de um Estado democrático e de direito.

Representando, hoje, 52% da população brasileira, do eleitorado, e de mais de 43% da população economicamente ativa, as mulheres são subrepresentadas nos espaços de poder e no parlamento federal, com apenas 15% da representação na Câmara dos Deputados e no Senado. Só esses dados são suficientes para revelar a precariedade da democracia brasileira, que compromete a sua própria estrutura.

Parece que, no Brasil, o capitalismo não foi capaz de superar a milenar opressão patriarcal que Karl Marx identificou na “concentração das grandes riquezas nas mesmas mãos – as dos homens – e do desejo de transmiti-la por herança aos filhos destes mesmos homens”. Marx ainda diz que a primeira opressão de classe “coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino”.

O capitalismo, ao longo dos séculos, tem reciclado a discriminação para separar os trabalhadores em grupos desiguais, que permitem a superexploração

dos “desiguais”: mulheres, negros e jovens. São muito intrincadas, portanto, as interrelações sociais, econômicas e políticas, entre classe, gênero e raça.

A luta pela emancipação das mulheres, no Brasil, remonta ao Século XIX, quando Nísia Floresta traduziu o texto escrito pela inglesa Mary Wollstonecraft, intitulado *Reivindicação dos Direitos da Mulher*.

No começo do Século XX, Bertha Lutz fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Desde então, as lutas feministas têm alcançado vitórias cada vez mais significativas, e crescido sua influência nos partidos. A Lei 9.504/1997 determina que os partidos estão obrigados a destinar uma cota mínima de 30% das vagas, por sexo, em suas chapas de candidatos ao Poder Legislativo.

Para o PSB, cujo Movimento de Mulheres Socialistas já tem duas décadas de existência, o protagonismo feminino é um imperativo: “igualdade de condições, nem mais, nem menos”. Essa luta tem como lema Mais Mulheres no Poder, e é travada em várias frentes. O essencial e elementar é o enfrentamento e a não aceitação de qualquer forma de violência contra a mulher, desde a exploração sexual até o assédio no local de trabalho. O PSB exige a garantia da aplicabilidade plena da Lei Maria da Penha e a ampliação e o fortalecimento da rede de serviços de atenção e cuidados às mulheres em situação de violência.

No plano econômico, além de salário igual, para trabalho igual, reivindica-se a qualificação profissional nas áreas tecnológicas e programas de emprego e renda para as mulheres chefes de família.

“

**Mas é no plano político que residem os principais desafios. É preciso superar a sub-representação da mulher nos espaços de poder e de decisão”.**

Mas é no plano político que residem os principais desafios. É preciso superar a sub-representação da mulher nos espaços de poder e de decisão. Para isso, são necessárias ações na cultura e socialização da política do País, nas famílias, escolas, instituições estatais e também nos partidos.

Se a cota de 30% nas candidaturas partidárias já representa um avanço, o PSB aspira por uma igualdade de meio a meio da representação política do poder legislativo. Os socialistas entendem que a melhor forma para concretizar o alcance da igualdade é a adoção do Voto em Lista, para que se alternem mulheres e homens na ocupação das vagas.

Também na representação interna do Partido propõe-se que, para a composição do Diretório Nacional, a representação feminina de 30% seja obrigatória, em cada estado. Caso um estado não cumpra essa determinação, suas vagas serão substituídas por ocupantes de outros estados.

O PSB garante a bandeira do fortalecimento da cidadania das mulheres nas suas múltiplas identidades que compõem o ser mulher: Cis, LBTs - lésbicas, bissexuais e transexuais -, idosas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, ciganas em situação de rua, jovens e adolescentes, mulheres privadas de liberdade, com deficiência, e mães de crianças com doenças raras. Essas identidades expressam-se através da autonomia e do respeito ao corpo da mulher e, se confirmam, também, através de políticas afirmativas e das bandeiras de lutas feministas, como a garantia do aborto legal previsto em lei. Para garantir a autonomia da mulher, afastando-a dos ambientes de dependência, o PSB defende firmemente as creches públicas como instrumento de emancipação.

As gestões socialistas devem criar organismos de política de gênero, realizar conferências específicas e criar ou fortalecer os mecanismos legais de controle social, tais como o Conselho de Direitos da Mulher e fundos de enfrentamento à violência contra as mulheres. O PSB reafirma que, dentro do contexto da Autorreforma, deve-se contemplar a necessidade cotidiana de enfrentamento ao machismo e ao patriarcado, em defesa da radicalização da democracia.

## | Emancipação e Empoderamento dos Negros



O Brasil, último País a abolir oficialmente a escravidão, é o primeiro em população afrodescendente fora do continente africano. De acordo com dados do IBGE, 54% dos brasileiros são negros ou pardos, ficando atrás, em quantidade, somente da população da Nigéria.

A despeito dessa constatação demográfica, o Brasil ainda está longe de ser uma democracia racial. Ao contrário, os dados do Mapa da Violência de 2019 e uma série de estudos da Unesco, que analisa as taxas de mortalidade dos municípios brasileiros, demonstram que ter a pele escura, no Brasil é sinônimo de redução da expectativa de vida. O referido estudo revela que mais de 75% das vítimas de homicídio eram de pessoas negras. Nos últimos dez anos, o número de homicídios de negros cresceu 30% em relação ao de não negros.

Essas mortes são o reflexo dos conflitos sociais existentes no Brasil, o que torna o racismo e a discriminação racial dois fenômenos constantes na sociedade. Essa relação da população negra com a violência se dá por meio dos estereótipos criados sobre o lugar onde esses indivíduos vivem e suas condições socioeconômicas.

A falta de representatividade negra, nos espaços de poder, é um fator que contribui fortemente para manter essa população na base da pirâmide social, com os piores postos de trabalho, a média salarial mais baixa, e vivendo sob as condições mais vulneráveis no que se refere à saúde, segurança e educação.

Então, apontar a necessidade do aumento da representação dos negros e negras nos poderes executivo, legislativo e judiciário, e também nos demais espaços de poder, deve superar a afirmação meramente casual e se converter em ações concretas.

No pleito eleitoral de 2018, apenas 4% dos eleitos eram negros. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das 1.626 vagas para deputados distritais, estaduais, federais e senadores, apenas 65 vagas foram preenchidas por candidatos autodeclarados negros. São apenas três senadores, 21 deputados federais e 39 deputados estaduais, distribuídos em 27 unidades da Federação. Quando se observa o cenário geral, esse incremento é muito restrito, notadamente nas assembleias legislativas e para os cargos do executivo.

Em contraposição às práticas ocorridas nos EUA, na França e na Inglaterra, no Brasil tributa-se mais o consumo do que a renda e o patrimônio. Quem ganha menos consome tudo o que recebe. O estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) vai além, destrinchando essas injustiças fiscais também por raça-cor e gênero. Ao fazer um recorte de gênero, na estrutura do sistema tributário vigente, percebe-se facilmente que são as mulheres negras pobres que mais pagam impostos e as que recebem os menores salários.

Portanto, reconhecer a deformação que acomete a democracia representativa brasileira é o primeiro passo para identificar a profundidade das injustiças que se materializam na representatividade dos negros. À luta pela superação dessa crise, na qual o PSB é combatente de primeira hora, soma-se outra mais antiga que é o combate a todas as formas de discriminação, que violaram, por séculos, os direitos da população negra no Brasil.

“

**Ao fazer um recorte de gênero, na estrutura do sistema tributário vigente, percebe-se facilmente que são as mulheres negras pobres que mais pagam impostos e as que recebem os menores salários”.**

O PSB é solidário e copartícipe, - através de suas instâncias partidárias e que tem na Negritude Socialista seu principal porta-voz -, das demandas dos movimentos negros que não se restringem à questão racial, mas também se relacionam com problemas sociais, econômicos e culturais que incidem sobre a população negra.

Essas demandas devem implicar na reparação, através de meios legais, que resgate e supere a injustiça histórica herdada do período escravista brasileiro e carregada através de gerações, ainda com reflexos na atualidade. Assim, a inclusão do racismo como crime inafiançável e imprescritível, no artigo 5º da Constituição de 1988, abre a oportunidade do regramento de estatutos que, além de superar a tese da democracia racial, possibilite a construção de normativas afirmativas para os negros no Brasil.

Ao adotar as políticas de ação afirmativa, como a lei de cotas para o ingresso nas universidades públicas e nos institutos de educação tecnológica, o Estado tenta promover uma justiça compensatória, tendo em vista os erros do passado, suportados pelo próprio Estado, e também uma justiça distributiva, com o olhar no presente. No entanto, o PSB entende que esse estatuto precisa ser aprimorado de forma a garantir a permanência dessa população nas instituições públicas de ensino, através de programas de

acompanhamento social e apoio à alimentação, moradia, acesso a livros e transporte, para que a lei de cotas seja efetiva.

O espírito compensatório prevaleceu em uma série de leis: a lei das cotas que garantiria 20% das vagas para concursos públicos, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 10.603/2003 que determina o ensino da história afro-brasileira nas escolas, o decreto que regulamenta o reconhecimento e demarcação de terras ocupadas por descendentes de quilombolas, e a proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de raça, conforme texto constitucional. Apesar de aprovadas, o PSB entende que são necessários ajustes para sua plena aplicação.

São ainda demandas dos movimentos negros a correta observação da Lei Complementar 150. Essa lei regula o emprego doméstico, a proteção da liberdade de prática religiosa no que concerne às religiões de matrizes africanas, a eliminação do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão, a redução da violência obstétrica - uma violência de gênero contra a grávida, sofrida no pré-natal, no parto ou no pós-parto, incluindo também situações de aborto. E ainda, o fim dos autos de resistência, no qual a morte de um suspeito é justificada pela sua resistência ao ser preso, sem que a necessária autópsia seja feita no caso de morte envolvendo agentes de Estado.

“

**Por fim, o PSB compreende que a luta antirracista está indissolavelmente ligada a uma estratégia civilizatória de igualdade social pela qual o Partido luta”.**

Embora essas demandas devessem ser de toda a sociedade, o fato de a grande maioria dos envolvidos ser de negros faz com que elas sejam capitaneadas pelos movimentos negros. O extermínio da juventude negra traz consigo uma outra patologia social, que é a impossibilidade de seguimento do projeto de vida das mulheres negras, com a perda de seus filhos.

O PSB reconhece que o movimento negro no Brasil continua a viver momentos de resistência, onde o principal objetivo do negro é continuar

a existir, pois são os corpos, o trabalho e a vida dos negros que estão sendo primeiramente expostos nas periferias e comunidades, em razão da lógica de o capitalismo brasileiro se sustentar e operar a partir das estruturas de racismo e patriarcado. A luta constante deve, então, ser complementada com a busca incessante de impedir o retrocesso e a ineficácia das políticas públicas afirmativas e da reparação histórica, conquistadas pelo povo negro nos últimos períodos após a democratização do País.

## | Idosos, uma Nova Realidade



As consequências do envelhecimento populacional para a vida das pessoas é um dos principais desafios que as nações desenvolvidas, e em desenvolvimento, têm encontrado já neste início do Século XXI, incluído aí o Brasil. Os fatores que têm provocado esse envelhecimento são diversos e conhecidos e têm sido tratados com bastante cuidado por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Até 2030, o Brasil será um “País idoso”. Isso ocorre quando a população acima de 60 anos supera a de jovens com idades até 15 anos. Um pouco mais adiante, em 2050, estima-se que esse contingente alcance 68 milhões de pessoas. Considerando-se que as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira refletem-se mais severamente entre os idosos, e que essa população é vítima de uma série de exclusões agravadas pelo fator idade, as debilidades históricas da rede de proteção e de acolhimento a esses idosos vêm acrescidas de elementos de novas exclusões, notadamente as que envolvem as tecnologias digitais.

Ressalte-se que um dos instrumentos importantes para a implementação de programas e políticas públicas para o idoso são os Conselhos (nacional, estaduais e municipais), que devem ser estimulados e multiplicados por todo o Brasil. Da mesma forma, os Fundos dos Idosos são mecanismos que permitem aos Estados e Municípios captarem recursos incentivados e previstos na Lei do Idoso, o que permitiria investir em projetos de interesse da comunidade.

O PSB propugna uma agenda de políticas públicas que, diminuindo as agruras da vida dos idosos, respeite e valorize a própria condição humana de todos os brasileiros. Desta forma, são necessárias a manutenção e a ampliação

de programas de apoio à saúde, como o fornecimento gratuito ou subsidiado de remédios para doenças crônico-degenerativas e a ampliação dos espaços de atendimento geriátrico no Sus, de forma a dar maior assistência a uma população que envelhece rapidamente. Neste mister é premente o aumento dos investimentos em pesquisas médicas, odontológicas e psicológicas para superação de enfermidades físicas, neurológicas e mentais, características da velhice. Ou, pelo menos encontrar métodos e mecanismos que melhorem a qualidade de vida das pessoas idosas.

O PSB recusa a ideia de que a velhice seja um ciclo da vida de abandono, desocupação e esquecimento. Por isso, a inclusão dos idosos em novas realidades, resultantes de mudanças constantes e rápidas devido à modernização da vida, exige ações específicas que devem constar dos programas para a senescência. A qualificação digital, por exemplo, é uma das ações que pode evitar e eliminar a exclusão. Ela constitui-se, também, na possibilidade de retorno ao trabalho para aqueles que assim o desejarem, sendo parte importante de programas de requalificação profissional a serem oferecidos pelo Estado. Outras atividades que signifiquem acolhimento e valorização do idoso também devem ser ofertadas.

“

**O PSB recusa a ideia de que a velhice seja um ciclo da vida de abandono, desocupação e esquecimento”.**

Os socialistas compreendem que os cidadãos têm o direito a uma velhice digna, desfrutando de condições de moradia que garantam anos tranquilos de vida junto a suas famílias, ou alternativamente em ambientes sociais que respeitem suas limitações e lhes garantam conforto e saúde. Opções como casas de apoio ou condomínios de idosos, sob responsabilidade do Estado, com plena acessibilidade, devem ser concretizados.

É importante, ainda, garantir aos idosos uma renda justa, que possa lhes propiciar o acesso a bens disponibilizados à sociedade, possibilitando-lhes uma vida ativa e feliz, com acesso à cultura, às artes e a outras atividades que lhes assegure uma vida decente e plena.

# | Por uma Reforma Agrária que se Conecte ao Brasil do Futuro



A reforma agrária, presente na história da imensa maioria dos países capitalistas, ainda está, em sentido estrito, por se realizar no Brasil. Esse atraso histórico requer, no entanto, que o tema seja pensado em termos contemporâneos, compreendendo as mudanças de larga escala que ocorreram na atividade agropecuária. Neste sentido, quais seriam os vetores de uma política de reforma agrária condizente com o Brasil do Século XXI?

“

**A reforma agrária, presente na história da imensa maioria dos países capitalistas, ainda está, em sentido estrito, por se realizar no Brasil”.**

O primeiro deles é atender a uma demanda emergencial de famílias pobres e envolvidas em conflitos fundiários. O segundo, é fazer da reforma agrária um vetor de desenvolvimento, visto que várias regiões do Brasil interiorano apresentam baixo dinamismo e estão fortemente dependentes de transferências de receitas aos Municípios ou de renda às famílias pobres. O terceiro, é favorecer a emergência de novas formas de uso dos recursos naturais, por meio da regularização fundiária e de uma política de valorização dos produtos da biodiversidade, e ou uso de novas fontes de energia. Esses vetores são especialmente importantes em certas áreas da Amazônia, nas áreas das fronteiras do Cerrado e nas do Semiárido nordestino, regiões nas quais a expansão do corrente modelo agropecuário brasileiro é inviável, sob os ângulos social e ambiental.

Essas três razões sugerem, então, que uma política de reforma agrária não deve apoiar-se na mera e simples distribuição de terras – embora isso seja um elemento fundamental - e na dotação de infraestrutura, mas, em pelo menos três modalidades de política fundiária, associadas às demais políticas do governo federal (acesso a mercados, meio ambiente, ciência e tecnologia, entre outras), convertendo-se em uma política de desenvolvimento e ordenamento territorial, como segue.

Reforma Agrária como uma Política Emergencial. Consiste na continuidade, melhorada, da atual política de assentamentos. Esse eixo da política fundiária buscaria atender às demandas imediatas de famílias sem-terra envolvidas em conflitos e ocupações.

Reforma Agrária como uma Política de Desenvolvimento. Consiste no planejamento estratégico de áreas reformadas. Esse eixo da política fundiária buscaria atender aos requisitos de dinamização econômica de regiões interioranas, para as quais o agronegócio não estabeleceu uma agricultura comercial pujante e os minifúndios são sufocados por uma estrutura agrária concentradora. Para que isso funcione será preciso atuar em duas frentes: a reorganização fundiária, em si, e a criação de circuitos dinâmicos para conectar esses agricultores aos mercados consumidores.

Reforma Agrária como uma Política de Conservação Ambiental. Consiste em fazer da política fundiária um instrumento para o uso sustentável dos recursos naturais, sobretudo naquelas regiões onde há maior fragilidade ambiental.

No Brasil, o amplo universo de Municípios com população inferior a vinte mil habitantes, encontra-se em um vácuo de legislação que regulamente as diferentes políticas públicas, em especial aquelas de atribuição direta do Município, como o ordenamento territorial, o saneamento básico, a tributação de IPTU e o Imposto Territorial Urbano (ITU), além daquelas realizadas em parceria com os Estados, como educação e saúde.

Na política de ordenamento territorial, por exemplo, para os municípios com mais de 20 mil habitantes o Estatuto das Cidades coloca uma série de diretrizes e normatizações, mas, para os que estão abaixo desse limite, simplesmente não há marco legal que regule a atuação do poder público para essa política. O único dispositivo que serve de orientação é o Estatuto da Terra, editado há mais de meio século.

A proposta de adoção de um marco legal – Estatuto do Brasil Rural -, concebido a partir de amplo e democrático pacto socioambiental, deve estabelecer diretrizes e metas de médio a longo prazos acerca de um conjunto de indicadores sociais e ambientais, que permitam concretizar um cenário desejado para o Brasil rural, no intervalo de uma geração, garantindo as peculiaridades de regiões e municípios brasileiros.

As metas propostas e seus respectivos indicadores socioambientais seriam cumpridos progressivamente, pelos Municípios, Estados e União, naquilo que lhes compete, com implicações jurídicas para mandatários de cargos executivos, tal como hoje ocorre com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

## | O Direito à Cidade e a Reforma Urbana



A partir de meados do Século XX, o Brasil empreendeu sua transformação de país agrário e rural para o de urbano-industrial. A concentração, no meio urbano, dos principais interesses econômicos e da maior parte da força de trabalho, transformou as cidades – e o campo, por consequência. Paulatinamente, algumas cidades polarizaram interesses e atividades e cresceram em população. Este crescimento ocorreu sem planejamento urbano ou quando ocorreu, esse se deu em bases precárias e socialmente injustas em relação às possibilidades de acesso a bens e serviços, gerando grupos muito distantes entre si no tocante à renda, à escolaridade, às condições de moradia, à mobilidade e ao acesso a lazer.

O País possui mais de seis dezenas de grandes aglomerados urbanos, dos quais quinze apresentam características de tamanho, concentração de atividades econômicas e capacidade de interconexão, próprias das metrópoles, que têm papel relevante na “economia em rede”, emergente com a globalização e a reestruturação produtiva. Segundo dados do Censo de 2010, os quinze aglomerados, referidos acima, já detinham 39% da população economicamente ativa (PEA), 37% do total das pessoas ocupadas (PO) do Brasil e 43% das pessoas ocupadas na indústria de transformação.

Nos anos 1990 e 2000, os dados do Censo mostraram que os municípios-polo tiveram as menores taxas médias anuais de crescimento demográfico, em relação às suas periferias. Disso resultou a criação de favelas e habitações subnormais próximas aos bairros mais ricos das cidades, onde vive predominantemente uma população branca. Essa situação gerou fenômenos como o auto isolamento de famílias e grupos mais abastados, em bairros e condomínios, e o agravamento da questão racial.

Complementarmente, os pobres e os excluídos, em particular a população negra, foram empurrados para as periferias, em habitações precárias ou subnormais - característica de grande parte das periferias das cidades brasileiras, onde falta tudo: água, coleta de esgoto e de lixo, cultura e lazer, segurança pública, saúde e educação.

A falta de interação entre os diferentes grupos que se formaram com o processo de urbanização-metropolização gerou um forte empobrecimento relacional nas cidades, uma falta de consciência de comunidade, de pertencimento, com tendência ao aumento de conflitos e ao abandono dos espaços e coisas públicas, incluindo o exercício da política.

Os anos dos Governos Lula e Dilma, por sua vez, caracterizam-se pelo modelo de inclusão social pelo consumo. Os projetos foram desenhados para acolher demandas sociais relevantes, como acesso à moradia, por meio de subsídios ao setor privado, reiterando o valor privado da terra e dos imóveis, o poder da indústria automobilística, a matriz rodoviária e o uso de energias fósseis.

Esse modelo instalou-se com um aparato governamental segmentado por setores. Foi criado o Ministério das Cidades, que, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), deveria fazer a articulação e a agregação de uma série de projetos, em princípio, de interesse da Reforma Urbana. Tal objetivo não foi alcançado, pois os mesmos continuaram fragmentados, na concepção e na prática.

O financiamento às construtoras, de forma desarticulada com as políticas territoriais urbanas locais, e com a metropolização, alimentou com subsídios públicos o valor privado da terra e dos imóveis, reforçando a especulação imobiliária.

A Política de Habitação desenhada e implementada, neste período, pretendia ser um elemento de dinamização econômica, considerando, inclusive, a possibilidade de gerar empregos num ambiente de crise.

A Política de Saneamento teve desempenho pífio, durante o período, não alcançando as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

A Política de Mobilidade também foi direcionada pela questão econômica, mas mantendo a visão tradicional.

Este processo teve por características: (i) desenvolvimento urbano marcado pela dinâmica do capital; (ii) crescimento demográfico metropolitano

marcado pelo inchaço das periferias; (iii) modelo de mobilidade definido pela matriz rodoviária e relativo desprezo pelo investimento em transporte coletivo; (iv) organização sócio espacial caracterizada, por um lado, pelo isolamento das pessoas cuja ocupação exige baixa qualificação e das pessoas cuja ocupação exige alta qualificação; e, por outro, pela baixa interação entre esses dois grupos; (v) déficit habitacional elevado; (vi) falta de saneamento adequado para os bolsões de favelas e cortiços; (vii) alto consumo e (viii) fortes desigualdades na distribuição dos recursos naturais, como, por exemplo, a água.

Uma política urbana consistente, inclusive prevista na Constituição de 1988, é fundamental nos marcos de um projeto civilizatório, como o que o PSB propõe ao Brasil, no contexto de sua Autorreforma. O País tem um índice de urbanização que já supera os 85%, o que significa dizer que o bem-estar geral da sociedade depende do adequado equacionamento da questão urbana.



**Uma política urbana consistente, inclusive prevista na Constituição de 1988, é fundamental nos marcos de um projeto civilizatório, como o que o PSB propõe ao Brasil, no contexto de sua Autorreforma”.**

O PSB defende que é necessário ainda aproximar a reforma urbana da agenda da sustentabilidade. A cidade sustentável deve operar de forma equilibrada e eficiente os recursos necessários para o seu funcionamento, seja nos insumos de entrada (terra urbana, recursos naturais, água, energia e alimento), seja nos recursos de saída (resíduos, esgoto e poluição), para alcançar os objetivos da sociedade urbana de forma igualitária e saudável.

As questões ambientais influenciam diretamente na qualidade de vida e na subsistência da população nas cidades. A sustentabilidade urbana deve se preocupar em minimizar os impactos das atividades e processos das cidades no ambiente natural, cuidando para que as atividades humanas não comprometam os ecossistemas ligados às cidades, afetando a oferta de recursos naturais. Sendo assim, é essencial cuidar da qualidade do ar, da água e da impermeabilização do solo causada pelas pavimentações, bem como promover o aumento do uso de energias limpas e renováveis.

É necessário elaborar um conjunto de diretrizes para enfrentar a lógica e o interesse do capital quando este se sobrepõe ao interesse público. O embate está entre interesses do capital *versus* interesse social, o que transparece na encruzilhada do direito à cidade *versus* interesses do mercado.

“

**A sustentabilidade urbana deve se preocupar em minimizar os impactos das atividades e processos das cidades no ambiente natural, cuidando para que as atividades humanas não comprometam os ecossistemas ligados às cidades”.**

É importante quebrar a dinâmica da espoliação urbana, da qual uma das principais causas é a especulação imobiliária que encarece a terra e a moradia, levando à segregação residencial dos mais pobres. Tal dinâmica cria padrões de exclusão da infraestrutura urbana. O caminho para a superação desta exclusão, causada pelo avanço do sistema capitalista, se dá pela recuperação do poder público em sobrepor os interesses coletivos em contrapartida aos interesses do mercado.

Torna-se fundamental enfrentar a coalisão histórica dos interesses do mercado capitalista, tais como os das empreiteiras e do mercado imobiliário. É necessário, priorizar as políticas sociais por parte do poder político em detrimento daquelas de sustentação dos mecanismos de especulação do capital na cidade. É preciso garantir a função social da propriedade, por meio da sobretaxa de grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, além de obrigar a urbanização de terrenos ociosos.

Para frear o crescimento desordenado das cidades, se faz necessário proibir aprovações de loteamento habitacionais, sobretudo aqueles localizados em zonas afastadas dos grandes centros urbanos e sem infraestrutura. O gestor público tem que ter ao seu dispor instrumentos institucionais e marcos legais para dar suporte à sua atuação de efetivação da reforma urbana.

Constata-se, então, uma luta política em que se digladiam atores sociais com visões e interesses diferentes - e mesmo dicotômicos -, diante das ações a serem empreendidas para uma verdadeira transformação do meio urbano.

Para que uma Reforma Urbana possa de fato ser implementada, é necessária uma revolução criativa na articulação dos atores sociais, em que emerge o papel da liderança política, para que os interesses e os direitos da maioria empobrecida das periferias das cidades prevaleçam sobre o do capital, principalmente os do capital imobiliário. A garantia da predominância do interesse público pressupõe, portanto, a existência de um Estado forte.

A infraestrutura existente nas cidades brasileiras não é apropriada de forma igual por todos os seus moradores. É nos territórios urbanos onde se materializam, se reproduzem e se perpetuam inúmeras desigualdades, como espelho de um modelo de capitalismo que sobrevive às custas da exploração e da apropriação, por poucos, do esforço da imensa maioria dos trabalhadores que foi obrigada a se urbanizar ao longo das últimas cinco décadas. As cidades, portanto, não são para todos.

As decisões políticas de onde instalar as infraestruturas e os serviços estão orientadas para o atendimento prioritário dos bairros onde residem os ricos, e como regra geral, somente após o atendimento desta parcela da população é que será considerada a possibilidade de atendimento dos direitos e interesses dos moradores pobres e excluídos. Essa situação está presente na pavimentação das ruas, na rede de água e esgoto, na energia elétrica e nos serviços de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, recreação e lazer. Pode-se concluir que as cidades não acolhem a todos da mesma forma.

A garantia de acesso e permanência a todos os direitos humanos é a premissa básica defendida pelo PSB. Sendo o direito à cidade uma haste do guarda-chuva dos direitos humanos, uma cidade socialista, criativa e acolhedora deve garantir o acesso e a permanência de todos os serviços: saneamento (água potável, coleta e disposição final adequada do lixo e do esgoto), habitação adequada e segura, energia elétrica e iluminação pública, pavimentação e drenagem urbana adequadas, praças e espaços para atividades esportivas, lazer e recreação, transportes coletivos funcionando ininterruptamente, especialmente nos finais de semana e feriados, bens e serviços culturais, e segurança para ir e voltar a qualquer hora do dia ou da noite.

É fundamental assegurar também que o acesso e permanência aos serviços de saúde, educação e assistência social, sejam ofertados de forma a permitir que as cidades se constituam em um território de paz, capaz de acolher a todos em suas diversidades, gerando um ambiente de tolerância e fraternidade, uma

comunidade justa e solidária.

O direito à mobilidade urbana constitui outro desafio prioritário na agenda das políticas públicas. O PSB entende que os espaços das vias públicas devem ser destinados com ênfase para o transporte público. Defende a inversão de prioridade quanto aos usos de tráfego. As faixas de rolamento devem ser destinadas em sua maioria aos veículos de transporte coletivo e de massa. Para o transporte individual privado devem ser adotadas “faixas e corredores”, invertendo, portanto, a situação atual em que o transporte coletivo fica em segunda ou terceira prioridade.

A implementação dos projetos para o transporte público coletivo e individual requer planejamento de curto, médio e longo prazos e aportes significativos de recursos. A alocação dos recursos públicos deverá ser orientada prioritariamente para o financiamento das infraestruturas dos modais de transportes de massa, tais como trens, metrô e veículos leves sobre trilhos, bem como para o transporte individual público. A política industrial também deverá estar alinhada com essa proposta e realizar esforços no sentido de apoiar o desenvolvimento da indústria brasileira, atendendo prioritariamente a demanda dos projetos de transporte de massa.

O PSB defende, ainda, que os indicadores de saúde pública, observados nas cidades, devem constituir-se em ferramentas que reorientem as estratégias de investimentos nos meios de transportes. Em muitas cidades brasileiras a poluição está acima dos níveis considerados aceitáveis pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Inúmeros problemas de saúde decorrem a partir da queima de combustíveis fósseis em veículos como ônibus, carros e caminhões.

O enfrentamento a estes problemas requer a adoção de políticas públicas que obriguem que todos os novos veículos dos modais de transporte de massa a serem criados, ao entrarem em operação, estejam obrigados ao uso de combustíveis não poluentes. E os veículos em circulação, que ainda utilizam combustíveis fósseis, sejam obrigados, num prazo de até cinco anos, a substituírem os motores, passando a utilizar combustíveis oriundos de matrizes limpas, renováveis e de baixo carbono, como o biodiesel, a energia elétrica de origem hidráulica e na biomassa, as energias solar e eólica, todos possuídos de potenciais disponíveis em larga escala no Brasil.

As políticas relacionadas ao planejamento urbano, cujos parâmetros estão estabelecidos no Estatuto das Cidades e na legislação dele decorrente como

o Plano Diretor de Desenvolvimento, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras das cidades, deverão adotar, valorizar e privilegiar a destinação de espaços para a instalação de ciclovias e pistas para outras modalidades de transporte público individual.

O PSB entende como de fundamental importância conceber estratégias consistentes na definição das políticas relacionadas à execução dos serviços de mobilidade urbana nos territórios das Regiões Metropolitanas brasileiras. Os limites dos municípios não podem e não devem ser os limites para o planejamento, a construção da infraestrutura e prestação dos serviços. É preciso conceber instituições que tenham capacidade de gestão, a participação obrigatória do Estado e de todos os municípios que integram a Região Metropolitana.

O direito à habitação está profundamente relacionado à função social da propriedade urbana. O PSB entende que a definição do conceito de função social da propriedade é um tema a ser constitucionalizado mediante adoção de parâmetros básicos, que todos os municípios brasileiros estariam obrigados a colocar em prática.

A função social da propriedade é um conceito jurídico que não elimina o direito à propriedade privada, tão pouco faz com que se perca o caráter individual de liberdade de adquirir e vender, segundo regras capitalistas. Entretanto, o mesmo deve ser subordinado aos interesses coletivos. Ou seja, todo imóvel (terreno, prédio, casa, galpão, entre outros) localizado na zona urbana, que não tenha uso social e produtivo, deverá receber tributação progressiva anual, para que no prazo máximo de 10 anos, se o mesmo não teve destinação adequada, conforme preceito constitucional, seu domínio e posse sejam transferidas para um fundo público imobiliário municipal, que o transformará imediatamente em ativo de financiamento da política local de habitação popular, cultura ou lazer.

## | Cidades Criativas

O direito à cidade precisa ser traduzido em planejamento que conduza a uma reforma urbana sustentável e igualitária na era do conhecimento. Neste sentido é atualíssima a definição de Celso Furtado para quem “o desenvolvimento é a capacidade de criar soluções originais para os problemas de uma sociedade”. E no Brasil o primeiro desafio de uma cidade criativa é enfrentar a brutal desigualdade social.



Assim, uma cidade criativa não é necessariamente aquela onde predominam as atividades da Economia Criativa, mas a que é capaz de buscar através da inovação, da criatividade e do talento, as soluções para sua prosperidade econômica, a sua coesão social e o maior bem estar dos seus cidadãos. E, para isso, a cidade criativa une os interesses particulares aos interesses coletivos, o local ao global e o privado ao público, em torno de um sonho coletivo vinculado às suas vocações econômicas e culturais e à suas necessidades.

“

**Uma cidade criativa não é necessariamente aquela onde predominam as atividades da Economia Criativa, mas a que é capaz de buscar através da inovação, da criatividade e do talento, as soluções para sua prosperidade econômica, a sua coesão social e o maior bem estar dos seus cidadãos”.**

É preciso, portanto, avançar para um conceito brasileiro de Cidades Criativas. O conceito geral parte dos elementos da Economia Criativa – cultura, tecnologia, inovação, design, arquitetura, urbanismo, artesanato, patrimônio histórico, publicidade, moda, gastronomia, turismo – mas vai mais adiante. Organiza políticas públicas e formata planos e eixos de desenvolvimento urbano baseados na criatividade, na inovação, na sustentabilidade, e na participação da sociedade. Vincula, por exemplo, intervenções urbanas físicas a atividades culturais, sociais e educacionais, como fez, por exemplo, a cidade de Medellín na Colômbia.

A Cidade Criativa – sem prejuízo da saudável competitividade com outras cidades – privilegia a cultura da colaboração em lugar da competição selvagem, do consumo responsável em lugar do consumismo exacerbado, da valorização da estética e da ética urbanísticas coletivas no lugar do lucro. E tem, no caso do Brasil um compromisso essencial com a redução da desigualdade presente em quase todas as cidades brasileiras.

A partir de um plano estratégico de inovação e criatividade, mecanismos

institucionais de uma cidade criativa buscarão articular, sempre a partir de um objetivo e de um sonho coletivo, o privado ao público.

Em primeiro lugar é preciso assegurar a ampla mobilização criativa dos talentos de trabalhadores, artistas, intelectuais, cientistas, empresários e empreendedores coletivos e individuais em estruturas capazes de garantir soluções criativas para a economia e para a vida social dos municípios. A reunião desses talentos nos moldes de um fórum público-privado devem se conectar a comitês de gestão interdisciplinares que incluam os organismos, ou as secretarias municipais, de planejamento, cultura, educação, trabalho, assistência social, turismo e fazenda, preferencialmente dirigidos pelo próprio prefeito.

A criação, ainda, de Observatórios Municipais proporcionará à administração municipal e ao fórum acima referido, inteligência estratégica com informação atualizada, diagnósticos, formulação de projetos, propostas e parâmetros para monitoramento das políticas públicas.

Coincidindo com a criação das estruturas institucionais é preciso que a cidade descubra-se a si mesma realizando um levantamento de recursos humanos, culturais, naturais e tecnológicos que devem resultar num mapa de talentos. Esse mapa em grande parte vai corresponder a uma definição mais precisa das principais vocações da cidade, induzindo a organização de *Clusters* ou de Arranjos Produtivos Locais.

Articulando a cultura, a tecnologia e a mobilização democrática, uma cidade criativa inova também os modelos de organização econômica, social e política. Recupera áreas degradadas com a criação de Distritos Criativos onde se desenvolvem atividades que vão do artesanato à criação de *softwares*. Os distritos podem se especializar em determinadas atividades estruturantes da Economia Criativa, como o Centro Metropolitano de Desenho em Buenos Aires que a partir do design abriga incubadoras tecnológicas, cursos de formação em novas profissões, *fab-labs* e áreas de comercialização. Ou como o Sapiens Parques em Florianópolis voltado para inovação, tecnologia, arte e cultura, sustentabilidade ambiental, qualificação profissional, *clusters* tecnológicos e turismos, numa grande áreas de 431 hectares. Ou ainda o Porto Digital do Recife-PE, que transformou uma região degradada e deprimida numa dos maiores APLS de *softwares*, culturas, artes e qualificação, constituindo-se numa referência global do Brasil.

As atividades da Economia Criativa têm muito menor impacto

ambiental. Também propiciam menor produção de resíduos sólidos e uma maior utilização de energias renováveis. Na medida em que preservam as florestas, áreas verdes, lagos, rios e os seus patrimônios culturais, constituem-se em fatores de competitividade nacional e global convertendo-se em verdadeiros ativos turísticos e culturais das Cidades Criativas.

Uma cidade criativa também inova na mobilidade urbana combinado transportes públicos coletivos e individuais e transformando estações de transbordo em áreas de atividade econômica.

A cidade criativa investe pesadamente em educação fundamental e contribui significativamente para a qualificação profissional. Estabelece estímulos tributários e até isenções para setores e atividades criativas, sejam elas culturais ou tecnológicas. E o poder de compra das prefeituras deve ser utilizado para estimular a produção local, principalmente de micro, pequenas e médias empresas localizadas na cidade ou na região.

E como as cidades não são ilhas isoladas, mas parte de arquipélagos regionais ou metropolitanos, a formação de consórcios criativos devem ser pensados como forma de fortalecer as economias criativas locais, o turismo, o saneamento e o manejo de resíduos sólidos.

## Cidades Criativas x Pandemia

A pandemia do Coronavírus, que marcou o ano de 2020, fez com que as cidades brasileiras passassem a sentir, mais do que nunca, a necessidade de se reinventar criativamente.

A pandemia revelou tanto a profundidade das desigualdades sociais, raciais e econômicas, como o papel imprescindível do Estado nas suas dimensões nacional, estadual e municipal, desmentindo cabalmente o pensamento neoliberal quanto à política do Estado Mínimo.

Antes mesmo da pandemia, inúmeras cidades brasileiras, neste início do século XXI, já haviam estabelecido em suas administrações estruturas institucionais (secretarias ou departamentos) para a Economia Criativa, no mais das vezes ligadas à cultura.



Os produtos e serviços da Economia Criativa, ganharam importância ainda maior com as exigências do isolamento social. A comunicação digital, as redes sociais, a internet, o *e-commerce* e os serviços de entrega solicitados por *WhatsApp* resolveram antigos e criaram novos problemas.

“

**A pandemia do Coronavírus, que marcou o ano de 2020, fez com que as cidades brasileiras passassem a sentir, mais do que nunca, a necessidade de se reinventar criativamente”.**

O período de isolamento social - único remédio eficaz contra o Coronavírus antes da vacina - só foi possível ser suportado com os recursos da tecnologia de comunicação em suas várias formas e da tecnologia digital para intercomunicação individual, inclusive na política. As sessões da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembleias Legislativas Estaduais e dos Tribunais de Justiça realizaram-se virtualmente.

As tecnologias relacionadas à saúde, às pesquisas em ciência, aos big-datas, aos sistemas de pagamento e transferências financeiras e as alternativas sociais e econômicas desde as pequenas indústrias de alimentos e serviços pessoais até o artesanato, todas ligadas à Economia Criativa, também foram reconhecidas como essenciais.

Por sua vez, o poder local foi extremamente valorizado e as prefeituras ganharam uma enorme importância mesmo na defeituosa organização federativa do Brasil.

A pandemia do Corona-vírus constituiu-se assim num grande acelerador da criatividade e também dos valores socialistas nas cidades brasileiras marcadas pela brutal desigualdade. A solidariedade, a importância do meio ambiente, os sentimentos antirracistas e a igualdade de gênero tiveram sua relevância extremamente realçada.

Consolidou-se o conceito expresso pelo sociólogo Richard Florida de que mais do que economias criativas precisa-se pensar em “sociedades criativas”.

O PSB tem, nas ações do Partido e em suas administrações municipais, a determinação de aprofundar a prática de políticas que contribuam para tornar as cidades brasileiras locais apropriados para a aplicação de sua concepção sobre cidades criativas. Acredita, assim, estar contribuindo para a construção de ambientes economicamente mais adaptados às demandas da atualidade, cidades socialmente mais justas, ecologicamente conservadas e geridas democraticamente com a efetiva participação da população nas decisões que devem orientar a construção das perspectivas de futuro para as cidades brasileiras.

## | Cultura, Desenvolvimento e Criatividade



A cultura, em suas três grandes dimensões – a simbólica, a cidadã e a econômica -, é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil. Segundo Celso Furtado, esse projeto teria que ser formulado a partir do “reencontro com o gênio criativo da nossa cultura e como realização das potencialidades humanas” e ainda “o objetivo último de uma política cultural deve ser fortalecer todas as formas criativas da sociedade”. A cultura permite, portanto, pensar o desenvolvimento dando nitidez ao sonho.

“

**A cultura, em suas três grandes dimensões – a simbólica, a cidadã e a econômica -, é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil”.**

Na era do conhecimento, em que as novas tecnologias de informação e comunicação tendem a disseminar em escala global as manifestações artísticas culturais e políticas, é preciso refletir, o mais profundamente possível, sobre os fatores que podem configurar a cultura brasileira e a identidade nacional.

Identidade que não é estática, monocromática ou exclusivamente nacional ou local. Ao contrário, ela é múltipla, móvel e diversificada.

A cultura brasileira e a identidade nacional serão tão mais universais quanto mais brasileiras puderem ser, pois é no mundo e, em certa medida, para o mundo, que as identidades nacionais e culturais se afirmam. O jazz, o samba, as pinturas de Picasso, o desenho de Brasília ou de Barcelona, as obras de Tchaikovsky, Beethoven e Shakespeare, o Louvre, o Coliseu, são tão mais norte-americanos, brasileiros, espanhóis, russos, alemães, ingleses, franceses e italianos quanto mais universais se tornaram.

O traço intelectual e criativo brasileiro mais distintivo é a diversidade cultural e sua plasticidade na resistência às pressões homogeneizadoras. A diversidade seria, assim, o princípio organizador da identidade cultural brasileira.

**E** m todas as linguagens artísticas e culturais sente-se a força dessa diversidade. A herança cultural africana com seus criôs e pais e mães de santo, a presença religiosa da igreja católica nos sermões de Antônio Vieira, as marcas culturais indígenas nas denominações das ruas de São Paulo, a presença germânica na Oktoberfest e, de Portugal nas festas juninas, somam-se às nossas próprias invenções, ou reinvenções: o futebol, o trio elétrico, o Boi de Parintins, o Bumba-meu-boi, o Boi de Mamão, e as riquíssimas escolas de sambas do Rio de Janeiro e agora também de São Paulo.

O ideal seria que a riqueza cultural, literária e artística, fosse transferida para o *design* nacional, para os games, para os softwares brasileiros. Não só para se conectarem com o mercado mundial, mas para alcançar a própria juventude brasileira, majoritariamente plugada na tecnologia da informação e comunicação. Enfim, é preciso marcar a cultura tecnológica com as digitais da diversidade cultural do País.

Assim, o conjunto da Economia Criativa, que vai além da produção simbólica, teria uma marca cultural brasileira. E a cultura brasileira na sua dimensão econômica se utilizaria mais dos recursos tecnológicos e dos circuitos mercadológicos (produção, distribuição e comercialização) da Economia Criativa.

## Políticas Culturais



Até o advento do capitalismo, com sua formidável força socializante, o conhecimento e a cultura eram quase exclusivamente domínio privativo dos príncipes, sacerdotes e generais. A partir da estruturação dos Estados nacionais, os bens culturais se viram libertos das “imposições históricas dos mecenas e dos ditames religiosos”. No século XIX surgem, então, as primeiras ações dos Estados na área cultural, voltadas para a população, com a criação de escolas públicas, bibliotecas e gráficas para imprimir as produções oficiais e também as literárias. Essas foram as primeiras políticas culturais.

Com os avanços tecnológicos na reprodução de textos, imagens e sons, são criadas as condições para o desenvolvimento de um mercado de bens e serviços culturais de proporções crescentes. E assim, historicamente, vamos da “mercantilização da cultura para a fase mais recente da culturalização das mercadorias”: móveis, aviões, automóveis e vestuários, desenhados a partir de uma vertente cultural.

“

**Embora integre a Economia Criativa, da qual é o eixo central, a cultura tem uma dimensão própria no terreno do simbólico, que vai além de qualquer variante econômica”.**

Embora integre a Economia Criativa, da qual é o eixo central, a cultura tem uma dimensão própria no terreno do simbólico, que vai além de qualquer variante econômica. Há um terreno cultural específico das produções artísticas e literárias, que necessariamente não se transformam em mercadorias.

A Constituição de 1988, em seu artigo 215, estabelece que o “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. No artigo seguinte, além da proteção às manifestações culturais populares, a Constituição Cidadã indica uma verdadeira arquitetura institucional para a cultura, com o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional da Cultura, que, embora definidos nas últimas décadas do século XX, são absolutamente válidos para o século XXI.

Os socialistas brasileiros assumem como seu primeiro compromisso levar à prática o estabelecido na Constituição Federal de 1988. E complementá-la com políticas culturais nas três linhas de definição, a seguir:

Democratizar a cultura consagrada, garantindo à maioria o acesso mais amplo aos bens culturais clássicos e tradicionais. Ligada à essa primeira linha está também a consolidação da cultura como identidade nacional, como a manutenção de museus históricos, monumentos físicos, missões folclóricas de resgate da cultura nacional.

A cultura na educação é também um aspecto fundamental, não apenas para assegurar a compreensibilidade dos elementos culturais que compõem a história, como também para garantir o acesso à cultura digital que caracteriza o século XXI. Neste sentido, principalmente no ensino fundamental, a educação precisaria ser capaz de comunicar a diversidade cultural, a transdisciplinaridade, o juízo crítico e a criatividade libertária. Uma educação moderna, diversificada, e transdisciplinar formará também os profissionais criativos necessários à nova economia do conhecimento.

A segunda linha de definição está relacionada a proporcionar uma democracia cultural, apoiando a produção simbólica e a opção pela profissionalização nos diversos segmentos sociais.

Para que a produção cultural possa se transformar em um modo de vida, e mesmo numa profissão, é preciso que o Estado assegure a todas as pessoas - mas especialmente às camadas populares - os meios materiais, institucionais e econômicos, através de atividades individuais ou coletivas. Neste quesito entram desde linhas de financiamento subsidiado, programas de qualificação técnica e profissional, organização de arranjos produtivos locais, diagnósticos setoriais, e o estabelecimento de um marco legal que ampare a propriedade intelectual coletiva ou assegure a regulamentação de atividades como, por exemplo, o artesanato.

Finalmente, a terceira linha de definição é referente à economia da cultura e ao fomento aos setores criativos. Os socialistas brasileiros já defendem a Economia Criativa como eixo estratégico do Projeto Nacional de Desenvolvimento, desde o seu XIV Congresso Nacional realizado em março de 2018. Mas os socialistas reconhecem que no âmbito da Economia Criativa, onde a cultura desempenha um papel central, existem especificidades da economia da cultura enquanto fator de desenvolvimento na criação de emprego, geração de renda e riqueza. É nos espaços da diversidade cultural que se tem a oportunidade de opor-se ao surgimento de uma cultura homogênea global. É nestes espaços, ainda, que estão colocadas as chances de uma economia da cultura brasileira.

Por isso, o Estado precisa estimular os talentos individuais e coletivos, financiando sem burocracia e com os riscos naturais, os coletivos culturais, as *startups*, os inventores individuais, os profissionais criativos, em todas os setores da economia e da cultura. Precisa também estimular “*joint ventures*”, associações e empresas nacionais com grandes investimentos nas indústrias criativas, de modo a torná-las competitivas nacional e internacionalmente - áreas da música, cinema, dança, teatro e games, com design nacional. Esses investimentos não podem ser apenas nas áreas de produção cultural, mas também na distribuição, na comercialização, bem como na modernização das leis de *Copyright*, ou seja, aquelas que envolvem direitos autorais.

Para a plena concretização dessas três linhas, a cultura brasileira precisa também de dados confiáveis que deem suporte a um planejamento eficiente, e para isso é fundamental que o IBGE produza uma “Conta Satélite da Cultura”, atualizada anualmente.

Eixo Temático V  
Socialismo Criativo,  
Democracia e  
Partido



**O Eixo Temático V - Socialismo Criativo, Democracia e Partido** - é integrado pelos temas: Socialismo Criativo, Socialismo Criativo e Democracia, Igualdade, Liberdade e Felicidade, Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido, Um Partido Laico e Acolhedor, O Partido e a Comunicação em Rede e a Autorreforma e o Partido que Queremos. O eixo tem como objetivo organizar propostas orientadoras para o reordenamento do PSB de forma a apresentar para a sociedade brasileira um partido capaz de responder aos desafios frente às novas emergências do Século XXI.

## | Socialismo Criativo

Nos últimos cem anos, o capitalismo demonstrou sua criatividade, desenvolvendo produtos de valor universal, exportando cultura e até mesmo modos de vida. O socialismo, supostamente seu sucedâneo histórico, precisará demonstrar um potencial criativo pelo menos igual. Caso contrário, quedará vencido, como o socialismo soviético, que se revelou incapaz de criar desejos, marcas e produtos aptos a disputar com os produtos do capitalismo, especialmente na área da Economia Criativa, intensiva em *design*.

Em outras palavras, o capitalismo moderno, sem dúvida criativo, só será efetivamente superado por um Socialismo Criativo.

Essa perspectiva de médio e longo prazos, consta da pauta da sociedade socialista economicamente mais avançada do mundo, a China, que já incorporou estrategicamente ao seu planejamento a inovação e a criatividade. Natural, portanto, que a criatividade seja incorporada como um novo valor na agenda dos partidos que lutam pelo socialismo democrático no mundo, especialmente nos países emergentes e desenvolvidos, nos quais as forças

produtivas já alcançaram um certo grau de complexidade e amadurecimento.

O Socialismo Criativo não inclui apenas a Economia Criativa, mas a inovação no seu sentido mais amplo, a sustentabilidade ambiental e o empreendedorismo, como uma das novas formas de organização do trabalho, e as novas formas e metodologias de organização social e política. Nessas novas formas de organização social e política incluem-se os movimentos sociais e os partidos, especialmente os partidos de esquerda.

“

**O Socialismo Criativo não inclui apenas a Economia Criativa, mas a inovação no seu sentido mais amplo, a sustentabilidade ambiental e o empreendedorismo, como uma das novas formas de organização do trabalho, e as novas formas e metodologias de organização social e política”.**

Se a criatividade capitalista tem como objetivo principal a ampliação do mercado e do lucro, a criatividade socialista deve ter como objetivos a ampliação, na sociedade, dos espaços de liberdade, o atendimento das necessidades básicas e fundamentais, o bem-estar e a felicidade das pessoas.

O capitalismo vê a evolução tecnológica apenas como forma de aumentar o consumo e seus lucros, pouco se importando com o que ficou para trás, as formas de produção superadas pela tecnologia. Já a luta dos socialistas deverá levar em conta que é preciso repensar os padrões de consumo, a relação com o meio ambiente, e também recolocar e requalificar os trabalhadores, cujo ofício foi superado pelas novas formas de produção.

O capitalismo tem na força de inovação tecnológica e no desenvolvimento da Economia Criativa um modo de se reproduzir e de se perpetuar. O Socialismo Criativo tem, nessa mesma força, uma forma de alcançar uma sociedade em que o trabalho é libertado da exploração. Ou seja, o Socialismo Criativo deverá se constituir na dimensão humana do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução tecnológica. Melhor dizendo, a dimensão humanista, pois, segundo o pensador israelense Yuval Noah Harari, o humanismo é um “novo

e revolucionário credo que conquistou o mundo no século mais recente”, um processo que ele denominou de Revolução Humanista.

“

**O Socialismo Criativo deverá se constituir na dimensão humana do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução tecnológica”.**

O Socialismo Criativo pretende constituir-se em uma visão crítica da Economia Criativa, no que ela tem de concentradora de capital, monopolista e geradora de desigualdade. Como um novo conceito, o Socialismo Criativo deverá ter todos os seus aspectos teóricos e práticos discutidos e aprofundados no âmbito do PSB e fora dele.

Assim, os socialistas modernos veem a Economia Criativa não apenas como o conjunto das atividades nas quais o talento humano é a principal matéria-prima, mas também como estratégia de desenvolvimento, a orientar políticas públicas de incentivos, e apoiar a inovação tecnológica e a cultura, componentes básicos da referida economia, em sociedades ainda capitalistas e nas futuras sociedades socialistas.

## | Socialismo Criativo e Democracia



A questão da convergência entre a liberdade e o socialismo está no DNA do PSB.

Fundado no turbilhão do pós-guerra (1947), quando das primeiras escaramuças daquilo que se chamou “Guerra Fria”, o PSB procurou, desde os seus fundamentos originais, abraçar a liberdade e a democracia como valores universais a pavimentar os alicerces do seu caminho para o socialismo. Naquela época, tal posição já revelava ousadia e criatividade.

Para o PSB, a democracia é uma premissa para alcançar o socialismo e seu fundamento ético e humanista.

Essa ideia apoia-se nos conceitos de Antônio Gramsci: trata-se de

contrapor, ao conceito ortodoxo socialista de “assalto ao poder”, a visão de construção de uma nova hegemonia, processo mais lento, amplo e complexo, a partir dos valores liberais democráticos, alargando a consciência e mobilização da sociedade, na construção mais avançada de uma democracia socialista.

“

**Em vez da visão de ruptura insurrecional, uma revolução democrática processual. Um movimento político que articule a ampliação da democracia formal representativa com uma crescente participação direta da sociedade nos assuntos da República.**

Com o movimento da Autorreforma, o PSB reencontra sua história e seus compromissos originais, construindo uma atualização de seu ideário, coerente e inspirado sempre em seu passado. Com os pés firmes no presente e um olhar que descortina os desafios futuros.

Defender a democracia não pode ser um desafio restrito às esquerdas, mas deve encontrar nelas seus combatentes mais aguerridos.

A reinvenção e o fortalecimento da política é a única via contra a barbárie ultraliberal e o individualismo.

## | Igualdade, Liberdade e Felicidade

**PSB40**  
QUERO  
PARTICIPAR



Para os socialistas, a igualdade e o direito à felicidade devem ter como correlatos a garantia de que, nas interações sociais, todos sejam acolhidos, respeitados e valorizados com fundamento em suas diferenças. É necessário portanto, que os indivíduos sejam iguais em direitos, dignidade, oportunidades, em acolhimento, em remuneração – ao menos até o limite mínimo de uma vida adequada aos padrões sociais médios –, sem que isso dependa de gênero, raça, idade, origem social ou orientação sexual.

A igualdade socialista deve preservar e valorizar as diferenças, sem

expectativa de que elas se reduzam, desapareçam ou conduzam a um padrão homogêneo. O socialismo democrático supera, nesses termos, o conceito liberal de liberdade, pois incorpora o direito de resistir ao arbítrio exercido por poderes ilegítimos. Valoriza o direito de empreender livremente e incorpora a perspectiva do direito à emancipação, que possibilita a todos existir como diferentes e serem acolhidos nessa diferença.

“

**Para os socialistas, a igualdade e o direito à felicidade devem ter como correlatos a garantia de que, nas interações sociais, todos sejam acolhidos, respeitados e valorizados com fundamento em suas diferenças.**

A liberdade e a igualdade perseguidas pelos socialistas referem-se, portanto, ao termo omitido do pensamento político burguês, ou seja, a construção da fraternidade em suas bases estritamente terrenas. Trata-se, portanto, de inventar criativamente a cidade e a sociedade política. Trata-se, também, do acolhimento, da hospitalidade, do respeito recíproco, que unifica, por conseguinte, em uma causa, todas as diferentes lutas libertárias. Trata-se, enfim, do direito à felicidade coletiva e individual. Segundo Eleanor Marx, filha de Karl Marx, “a revolução não significa apenas a busca pela vida e pela liberdade, mas a busca da felicidade”.

Embora seja mais fácil definir a infelicidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) introduziu um novo indicador, o FIB - Felicidade Interna Bruta -, para medir a qualidade do desenvolvimento de um país. O FIB é baseado na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural, o espiritual e o ambiental - em harmonia com a Terra.

O FIB foi criado em 1972, pelo rei Jigme Singye Wangchuck, do Butão, pequeno país do Himalaia, com o intuito de medir a riqueza nacional com outros indicadores, além do PIB – Produto Interno Bruto. A partir de estudos de intelectuais e pesquisadores de instituições, como o Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a ONU recriou o indicador, que já é usado em vários países do mundo, com adequações às suas realidades, inclusive em vários municípios do Brasil. O representante do Butão na Conferência Rio+20, em 2012, ao se referir ao FIB, afirmou que, do ponto de vista do desempenho, “as pessoas felizes são também trabalhadores mais produtivos e mais atuantes em equipe”. E concluiu: “O PIB mede tudo, menos aquilo que faz a vida valer a pena”.

## | Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido



O PSB reconhece a importância fundamental de seus segmentos organizados. Eles devem representar as reivindicações da sociedade civil e expressar, no interior do Partido, a pluralidade e diversidade de que ela se compõe. O respeito a essa diversidade anima a democracia - interna e externamente ao Partido - e institui o elemento central do debate sobre a igualdade, pensada sob a perspectiva socialista.

É sob essa perspectiva que o PSB deseja estabelecer a relação partido-movimentos sociais organizados. É preciso que a instituição partidária seja permeável a eles, que ajude a organizar suas bandeiras a partir das vozes que emergem da sociedade civil. Os movimentos sociais não podem ser compreendidos como extensões do Partido, mesmo tendo com ele uma

afinidade ideológica e programática, pois não são aparelhos partidários. É sob este aspecto que as lutas libertárias de mulheres, negros, trabalhadores, LGBTs, jovens e movimentos populares devem ser compreendidas: como uma das linhas prioritárias da atuação partidária.

“

**O PSB reconhece a importância fundamental de seus segmentos organizados. Eles devem representar as reivindicações da sociedade civil e expressar, no interior do Partido, a pluralidade e diversidade de que ela se compõe.**

Por fim, cabe realçar a importância da orientação partidária para os seus segmentos organizados - Mulheres Socialistas, Negritude Socialista, Socialismo Sindical Brasileiro, LGBT Socialista, Juventude Socialista Brasileira e Movimento Popular Socialista - que, na sua atuação como movimentos sociais e populares, não devem tentar se transformar em “correia de transmissão” do Partido.

Em vez de partidarizar ou aparelhar esses movimentos, os socialistas devem buscar uma politização universalizante para cada um desses setores, superando a visão estritamente corporativista. Deve-se incorporar todas essas manifestações no Projeto Nacional de Desenvolvimento, já abordado em outros capítulos deste documento.

## | Um Partido Laico e Acolhedor

As mudanças culturais, políticas e religiosas fazem parte da história dos povos. No Brasil, no entanto, observa-se uma rápida e de certa forma, inesperada mudança na cultura e na religião.

Da evolução das religiões, avalia-se, com base em dados do Censo, que o Brasil, que se declarava católico em 1970 (91,8% da população) tenderá, nos próximos anos, a ser majoritariamente protestante (evangélicos, pentecostais e neopentecostais).



Este quadro, ao influenciar o comportamento e os costumes da grande maioria da população brasileira, fortemente religiosa, alcança de forma muito importante, o pensar e o fazer político nacional.

Em que pese o crescimento do componente pentecostal, continuam muito presentes, na sociedade brasileira, o catolicismo, as religiões de matriz africana, o espiritismo, o judaísmo, e, em menor escala, o budismo e o islamismo. Não se pode desprezar também os contingentes não religiosos, como os agnósticos e os ateus.

Nesse contexto, o desafio de um partido laico - que tem no ideário socialista a base de suas concepções e ações - é dialogar com todas as correntes religiosas, atentando para o crescimento dos ideais protestantes e neopentecostais, que, historicamente, se baseiam na superação individual dos desafios cotidianos, por meio de esforços pessoais, ancorando-se na fé de um Deus provedor.

“

**O desafio de um partido laico - que tem no ideário socialista a base de suas concepções e ações - é dialogar com todas as correntes religiosas”.**

Embora cada vez mais a opção religiosa tenha sido fator importante na ação política, e, principalmente, na opção de voto dos eleitores, não cabe ao PSB empreender ações nas definições religiosas da população e sequer de seus militantes e aliados. Mesmo porque, desde a sua fundação, o Partido afirma “não ter concepção filosófica nem credo religioso, reservando a seus membros o direito de seguir sua própria consciência”. Mas duas tarefas são primordiais nesse terreno. Em primeiro lugar, defender que as pautas religiosas e as pautas políticas sejam distintas, apesar de suas interconexões. E, em segundo, que o Partido consiga compreender que os anseios da população, mesmo que carregados do querer religioso, são legítimos e devem ser respeitados dentro da diversidade e tolerância democráticas.

Mas é na ação política que podem ser estruturadas as mudanças tão necessárias em uma sociedade muito desigual, com severos desequilíbrios

entre segmentos da população, aprofundados pelas desigualdades regionais.

O caráter laico do PSB não se traduz em neutralidade ou aversão às religiões e filosofias, mas, sim, no máximo aproveitamento dos componentes de humanização, generosidade e igualdade, em todas elas. Assim, o PSB dispõe-se a acolher em suas fileiras e organizar politicamente homens, mulheres, jovens e idosos de todas as etnias, respeitando as suas convicções religiosas, filosóficas e de orientação sexual.

“

**O caráter laico do PSB não se traduz em neutralidade ou aversão às religiões e filosofias, mas, sim, no máximo aproveitamento dos componentes de humanização, generosidade e igualdade, em todas elas.**

## | O Partido e a Comunicação em Rede



Há uma falsa ideia corrente de que os aparatos tecnológicos, e as TICs neles embutidas, são a solução para o planeta porque promoveriam uma comunicação em rede, equalizada, horizontal, acessível a todas as pessoas.

É preciso introduzir a política e a economia no debate sobre redes que envolvem os ambientes digitais, pois aplicativos, necessariamente não combatem a pobreza, nem a misoginia e nem a discriminação racial. Difíceis de quantificar, os valores da democracia não cabem em uma fórmula. A premissa básica da democracia está em garantir o direito de discordar, debater e buscar arranjos possíveis na diversidade da vida social. A democracia sobrevive por ser imperfeita.

O PSB é uma rede política que mantém relações internas definidas em normas aprovadas coletivamente e que devem dar coesão a esse grupo que comunga de um mesmo programa.

A complexidade das relações em rede cria a necessidade de aprender a trabalhar com os sistemas de informação e os aparatos tecnológicos e a lidar

com a informação como ela se apresenta hoje em ambientes digitais.



**É preciso introduzir a política e a economia no debate sobre redes que envolvem os ambientes digitais, pois aplicativos, necessariamente não combatem a pobreza, nem a misoginia e nem a discriminação racial.**

Os dados sobre filiados aos partidos, disponíveis no *site* do TSE, mostram um crescimento regular do PSB desde o ano de 2002, quando contava com pouco mais de 350 mil filiados, até o ano de 2020 em que superou 641 mil.

É uma rede significativa e bem distribuída pelo País, que pode servir à ação via mídias digitais, capaz de atrair engajamento às ideias do Partido. No entanto, a cibermilitância deve fugir da armadilha de que a rede digital se basta, é preciso reconhecer que a estrutura da internet conta com múltiplas intermediações, muitas à revelia dos usuários.

Compreendendo a importância das novas formas de comunicação, somente possíveis em razão do fortalecimento das chamadas redes sociais, o PSB insiste na necessidade de seu uso responsável e ético. Os processos democráticos não admitem a produção de notícias falsas, as *fake news*, que têm sido utilizadas como instrumento de manipulação da opinião pública, seguindo a estratégia e o ideário fascista da propagação do ódio e da destruição de reputações, a segmentos da sociedade e adversários políticos. É, portanto, crucial o respeito à legislação em vigor no combate a esta prática que tem se alastrado de forma vil nos meios políticos.

# | A Autorreforma e o Partido que Queremos



Um movimento criativo, como o Processo de Autorreforma que o PSB realiza, implica na construção de uma estrutura partidária também criativa. Se necessitamos dar a nossa contribuição para uma hipotética reinvenção da política, é necessário que também reinventemos o nosso Partido.

“

**Se necessitamos dar a nossa contribuição para uma hipotética reinvenção da política, é necessário que também reinventemos o nosso Partido.**

Se desde a invenção da roda a criatividade é uma força propulsora do desenvolvimento, mais importante se torna agora com a revolução tecnológica e o advento da era do conhecimento.

Claro que as ideias contidas na Autorreforma, tais como Inovação e Economia Criativa, estratégias de desenvolvimento sustentável, uma profunda reforma política, uma democracia mais participativa, a Amazônia 4.0 e mesmo uma concepção mais atualizada do socialismo democrático, denominamos de Socialismo Criativo, vão necessitar de um partido democraticamente mais participativo, ideologicamente mais fortalecido e politicamente mais unificado. São ideias criativas para um partido criativo.

A diversidade de ideias e a pluralidade de visões terão sempre, no PSB, os mais amplos espaços de debate, sem que isso prejudique a unidade política necessária a que o Partido cumpra os seus compromissos com a sociedade.

Por isso, a unidade política se dará a partir dos princípios gerais e valores a que todos os militantes aderem ao ingressar no PSB, sendo que alguns fazem parte do ideário socialista desde a sua fundação.

Um desses princípios, ainda do primeiro programa de 1947, é que o Partido não tem concepção filosófica de vida ou credo religioso, mas reconhece a “influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram eficazmente para despertar no operariado

uma consciência política necessária ao progresso social”.

Assim, o PSB considera-se herdeiro das melhores tradições teóricas, socialistas e democráticas, avesso a dogmatismos e consciente da necessidade de se modernizar permanentemente.

E para inovar-se, criativamente, o PSB precisa criar mecanismos que assegurem à sua militância o exercício de sua verdadeira soberania, destacando-se:

Fortalecer sua democracia interna por meios digitais e presenciais, assegurando aos militantes a certeza de seu poder de decisão sobre as questões fundamentais para o Partido. Para isso é necessário:

Estabelecer uma plataforma digital que permita às direções municipais, estaduais e nacional, consultar os filiados sobre questões importantes e polêmicas, em caráter consultivo ou deliberativo, a critério de cada instância;

Propiciar a elevação dos níveis cultural, intelectual e ideológico da militância, por meio da leitura dos documentos básicos do Partido, a começar pelo da Autorreforma;

Utilizar os meios já existentes e criar novos mecanismos tecnológicos para possibilitar uma efetiva participação dos militantes e propiciar aos mesmos a justa sensação de pertencimento;

Estudar a promoção do voto direto para as eleições de direções partidárias;

Estabelecer critérios para a escolha de candidatos a cargos eletivos, em todas as esferas da Federação. Entre os critérios que devem ser verificados aos pretendentes a cargos eletivos pelo PSB, deverá ser observado o compromisso do pré-candidato com o Programa, o Estatuto do Partido e as decisões do Diretório Nacional. Todos esses valores deverão estar contidos numa carta-compromisso do candidato para com o Partido, de modo a permitir ao PSB e seus militantes acompanhar o exercício do mandato e cobrar os compromissos estabelecidos na referida carta;

Realizar cursos de formação política e profissional-administrativa para que os eleitos exerçam, com parâmetros e critérios administrativos, as atribuições pertinentes ao mandato;

Valorizar o mecanismo de ouvidoria e a função de *ombudsman*, com o

objetivo de assegurar ao filiado de qualquer lugar do País, que apresente críticas, sugestões ou denúncias, as quais serão recebidas e analisadas, e deverão ser apuradas pelo Diretório Nacional.

Revigorado o poder da militância, reorganizar as estruturas de base do Partido, por meio de núcleos de base ou células vivas, não apenas por local de moradia, mas também por local de trabalho, atividade profissional, atividade cultural, religiosa, e por setor (saúde, educação, segurança, entre outros). Os núcleos poderão reportar-se diretamente a qualquer instância do Partido, oferecendo sugestões, críticas ou iniciativas. Para tanto o PSB deve:

Priorizar a formação de militantes, especialmente da juventude, com a oferta de cursos, seminários, educação à distância e material educativo, com os recursos da Fundação João Mangabeira e do Diretório Nacional.

Restabelecer a contribuição financeira obrigatória, pessoal e intransferível, visando não só à manutenção do Partido, mas também a sensação de poder de cada militante.

Estabelecer um clima democrático para os debates de ideias, estimulando a prática sistemática da crítica e da autocrítica.

Estimular as relações ética e solidária, dentro de uma cultura de tolerância, para fortalecer a noção de companheirismo e a sensação de pertencimento ao Partido.

O Partido deve se envolver e liderar iniciativas solidárias e criativas no campo da economia, como os coletivos culturais e tecnológicos, cooperativas de microcrédito, cooperativas de trabalho e autogestão de trabalhadores.

As direções partidárias municipais, estaduais e nacional devem se esforçar para se expressarem publicamente sobre os fatos relevantes do Brasil, e do mundo, com o objetivo de orientar a militância, fazendo com que se sinta representada.

Enquanto perdurar o presidencialismo, o PSB deverá fazer todo o possível para lançar candidaturas à Presidência da República que sejam capazes de vocalizar os principais pontos do programa partidário, bem como as experiências dos governos estaduais e municipais socialistas, e as propostas de transparência e gestão compartilhada.

Finalmente o PSB decidiu, depois da Conferência Nacional da

Autorreforma, propor a adoção do método de luta política conhecido como Não Violência Ativa. Esse método que nada tem a ver com passividade, ao contrário, foi de grande eficácia, na libertação da Índia com Mahatma Gandhi, no fim do Apartheid na África do Sul com Nelson Mandela e na luta antirracista nos EUA com Martin Luther King. Ele se traduz em mobilizações populares, pressão democrática e ações das organizações e dos movimentos da sociedade civil e no caso do PSB a luta pelo Socialismo Criativo.

# Lista dos Participantes da Conferência Nacional da Autorreforma

*Conferência realizada nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2019,  
na cidade do Rio de Janeiro (RJ).*

1. Acilino José Ribeiro de Almeida
2. Adalberto Souza Galvão (Bebeto)
3. Adenor Luiz Simões Coelho
4. Adilson Gomes da Silva
5. Adineide Lima de Souza
6. Adir Cardoso Gentil
7. Adriana Silva
8. Adriano Zucolotto Martins
9. Agamenon Ferreira da Silva
10. Alan Kardec Martins Barbiero
11. Alba Lygia Araújo de Oliveira
12. Alberto Farias Gavini Filho
13. Alcenir Maria da Cruz Rocha
14. Alessandro Lucciola Molon
15. Alex Sandro Nazaré
16. Alexandre Dias Barbosa
17. Alexandre Navarro Garcia
18. Alfredo Pereira de Figueiredo Júnior
19. Aliel Machado Bark
20. Almezinda Moreno de Moura
21. Aluízio Cometki São José
22. Álvaro Cabral
23. Amanda Araujo Rodrigues

24. Amaro Jorge da Silva
25. Amélia Lima Rosa
26. Ana Callou Matos
27. Ana Yasmim Camargo
28. Analucia Viana Cabral
29. Anderson Filipi Maia de Menezes
30. André Alves
31. Andre Ancelmo Araujo
32. André Avelino da Silva
33. Ângelo Rafael Ferreira dos Santos
34. Anselmo Piovesan
35. Antonieta Mónica Xavier Yelpe
36. Antonio Carlos dos Santos Junior
37. Antonio Carlos Valadares
38. Antonio Carlos Valadares Filho
39. Aparecido Alves de Oliveira
40. Arenilda Duque da Silva
41. Aristótelis Gonçalves
42. Arthur da Silva
43. Arthur Moreira Lima Júnior
44. Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
45. Bruna da Rosa Alves
46. Caio Isacksson Santana
47. Carlindo Klug
48. Carlos André Lobato Mendes
49. Carlos Camilo Góes Capiberibe
50. Carlos César Correia de Messias
51. Carlos Enrique Franco Amastha
52. Carlos Roberto Siqueira de Barros
53. Cassandra Figueiredo Dias

54. Cássio Coelho Andrade
55. Claudemir Nonato de Santana
56. Cláudio Valverde Santos
57. Cleiton Roque
58. Cleuza Pereira do Nascimento
59. Cristiane Ferreira da Silva
60. Dalva Helena Nunes de Souza
61. Dalvino Troccoli Franca
62. Daniel da Cunha Lima Ribeiro
63. Daniel do Nascimento Lopes
64. Daniel Lindoso Mota
65. Danilo Jorge de Barros Cabral
66. Denis Anderson da Rocha Bezerra
67. Dileuza Marins Del Caro
68. Diogo Casé Moraes
69. Diogo Vasconcelos
70. Domingos Albuquerque Paz
71. Domingos Leonelli Netto
72. Ed Wilson Lino da Silva
73. Edem Ferreira dos Santos
74. Edevande Pinto França
75. Édio Elói Frizzo
76. Elber Andrade Batalha de Goes
77. Elgiane Lago
78. Eliane Silva de Oliveira
79. Elias Vaz de Andrade
80. Elisangela Vieira Macedo
81. Eliseu Gabriel de Pieri
82. Ely da Silva Almeida
83. Enesia Oliveira da Silva

84. Enio Moura Brochado
85. Estelizabel Bezerra de Souza
86. Evilásio Cavalcante Farias
87. Fabiano Rodrigo Dupont
88. Fabio Henrique Matos
89. Fabio Luciano de Araújo Maia
90. Fabíola Mansur de Carvalho
91. Felipe Rocha Martins
92. Fernando Eduardo Cândido Mousinho
93. Flávio de Sousa Silva (Brébis)
94. Francileide Fontinelle Passos
95. Francisco de Assis Cortêz Gomes
96. Francisco de Assis Silva
97. Francisco Pereira Melo
98. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar
99. Gabriel Leitão
100. Gabriel Maia Gelpke
101. Gelson Luiz de Albuquerque
102. Georgina Reis e Silva
103. Geralda Lopes de Resende
104. Geraldo Julio de Mello Filho
105. Gervásio Agripino Maia
106. Gilson Batista de Lima
107. Giuseppe Gazzinelli Silva de Barros
108. Givanildo Pereira dos Anjos
109. Glauce Jane Cordeiro
110. Godinho José da Silva Santos
111. Guilherme Wanderley Ribeiro
112. Heitor José Schuch
113. Hugo Alexandre Pulido Pires

114. Hugo Cabieses
115. Humberto Felipe Barnachea Vasquez
116. Iago Sarinho de Oliveira
117. Iara Cristina Vidal Mendes
118. Igor Belchior
119. Igor Frederico de Oliveira
120. Iradilson Sampaio de Souza
121. Isaltino José do Nascimento Filho
122. Israel Rocha Borba
123. Ivan Vasconcelos de Carvalho
124. Ivanilda Matias Gentle
125. Izete Santos do Nascimento
126. Jackson Bueno da Conceição
127. Jacqueline Moraes da Silva Avelina
128. Jailson Souza e Silva
129. James Figueiredo
130. James Lewis Gorman Júnior
131. Janete Maria Góes Capiberibe
132. Jânio Francisco Benith
133. Jaqueline Viana de Mesquita
134. Jenifer Cardoso
135. Jeová Vieira Campos
136. Jiberlandio Miranda
137. João Alberto Rodrigues Capiberibe
138. João Batista Conti (Ted Conti)
139. João de Andrade Arraes
140. João Dias Ferreira
141. João Henrique de Andrade Lima Campos
142. João Leonel Bertolin
143. João Marcos Grossi Lobo Martins

144. João Paulo Moreira Correia
145. Johny Araújo Sousa
146. Joilson Antonio Cardoso do Nascimento
147. Jorge José Gomes
148. José Adilson Nunes Bezerra
149. José Alves Pereira Filho
150. José Antonio Figueiredo de Almeida da Silva
151. José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes
152. José Evaldo Costa
153. José Luis Stédile
154. José Marcelo do Nascimento Nilo
155. José Marcelo Mota
156. José Renato Casagrande
157. Juliana Araújo Vicente Roque
158. Juliana Nunes Lima
159. Júlio César Delgado
160. Júlio Gomes de Oliveira
161. Jumariana Oliveira
162. Karina Delfino Mussa
163. Karina Drummond Pinto
164. Kassiano Lucas Lopes de Andrade
165. Kátia Gomes Gaivoto
166. Katyene Susy Vieira
167. Laudiniz Gabriel de Oliveira Júnior
168. Laura Mota Gomes
169. Leandro José Pontes Costa
170. Leila Gomes de Barros Rêgo
171. Lídice da Mata e Souza
172. Lissauer Vieira
173. Luciana Trindade de Macedo

174. Luciano Ducci
175. Luciano Ferreira de Souza (Luciano Leitoa)
176. Luciano Vasquez Mendez
177. Luigi Rodrigues Longo
178. Luiz Batista Bruno
179. Luiz Cláudio Romanelli
180. Luiz Gonzaga Patriota
181. Luiz Odorico Monteiro de Andrade
182. Luiz Roberto de Albuquerque (Beto Albuquerque)
183. Lutero Henriques de Menezes Junior
184. Magda Suely Rosa Oyo Valentim
185. Manoel Almeida da Silva
186. Manoel Furtado
187. Marcelo Mota Gomes
188. Márcia de Figueiredo Lucena de Lira
189. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg
190. Márcio Luiz França Gomes
191. Marco Antônio da Silva
192. Marcos de Alencar Dantas
193. Mardelene de Jesus
194. Margarida Luiza de Matos Vieira
195. Maria Andrade Leite
196. Maria Aparecida de Souza Oliveira
197. Maria Aparecida Ramos de Meneses
198. Maria Cristina do Rosário Almeida
199. Maria de Jesus Matos Natividade
200. Maria Eduarda Guedes
201. Maria Luiza Oliveira Loose
202. Maria Niedja Guimarães
203. Maria Olga Alonso Suárez

204. Maria Sandra Pereira de Marrocos
205. Maria Silene Pereira de Marrocos
206. Maria Valéria Lemos Vasconcelos
207. Marianne Tavelli
208. Mário Assad Junior
209. Mario Cesar Moreira
210. Mario Luiz Guide
211. Mário Sander Bruck
212. Marlos Luis de Araújo Costa
213. Maria Salete Ramos da Silva
214. Maura Cristina da Silva
215. Mauro César de Castro Soares
216. Mauro Lobo Martins Júnior
217. Max Joel Russi
218. Niully Nayara Santana Campos
219. Odmar Péricles Nascimento
220. Osmar de Sá Ponte Junior
221. Pablo Feitosa Nunes Amorim
222. Paulo Afonso Bracarense Costa
223. Paulo César Matheus da Silva
224. Paulo Henrique Saraiva Câmara
225. Paulo José Dantas de Jesus
226. Paulo Rogerio Soares Leite
227. Pedro José Luiz Coelho
228. Pedro Reis de Oliveira
229. Priscila Gomes Moura
230. Rafael de Alencar Araripe Carneiro
231. Rafael Huete da Motta
232. Rafael Niceias Simões
233. Raimundo José Mendes Silva

234. Rene Hoyos Suarez
235. René Mendes Vilela
236. Ricardo Ayache
237. Ricardo Vieira Coutinho
238. Rita de Cássia
239. Rita de Kássia Bezerra Cordeiro de Oliveira
240. Roberto Chiazaro
241. Roberto Franca Filho
242. Robson Botelho
243. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça
244. Rodrigo Mousinho Hita
245. Rodrigo Oliveira de Castro Dias
246. Rodrigo Sobral Rollemberg
247. Rogério Amaral Oliveira
248. Rosa Amélia Silva Costa
249. Rosana Maria Mota Silva
250. Rubens Germano Costa
251. Sandra Figueiredo
252. Serafim Fernandes Corrêa
253. Sérgio Garcez de Oliveira
254. Severino Nunes de Araújo
255. Sidney Pereira Nunes
256. Sileno Sousa Guedes
257. Sinoel Batista
258. Silvana de Castro Teixeira
259. Silvana Rodrigues
260. Silvânio Medeiros dos Santos
261. Sílvia Cordeiro
262. Sílvio Humberto dos Passos Cunha
263. Tadeu Sávio Souza de Lira

264. Tamara Ilinsky Crantschaninov
265. Tathiane Aquino de Araújo
266. Thaís Vital dos Santos
267. Tiago de Paula Andrino
268. Tiago Ribeiro Machado
269. Tony de Siqueira Sechi
270. Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa (Bira do Pindaré)
271. Valdomiro Lopes da Silva Júnior
272. Valneide do Nascimento dos Santos
273. Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto
274. Vera Regina Müller
275. Vicente Paulo de Oliveira Selistre
276. Wilson Luiz da Silva (Wilson da Fetaemg)
277. Vivian Lis Paes de Freitas Andrade
278. Vladimir da Silva
279. Volmir José Miki Breier
280. Waldemar Alberto Borges Rodrigues Neto
281. Wander José Goddard Borges
282. Wanderson Alves Fernandes
283. Washington Luiz Picanço da Silva
284. Wellington da Silva
285. Wellington Silveira Filho
286. Wilson Nunes Martins
287. Wilson Pedro da Silva





**PSB 40**



**SINABRA**  
SINDICATO NACIONAL DE JORNALISTAS



Continuam os debates sobre a Autorreforma do PSB visando a construção de um novo programa que guiará os socialistas brasileiros nos próximos anos do século XXI. Agora, temos o prazer de passar às mãos dos leitores este Caderno 3, em formato de livro, visando facilitar a discussão dentro e fora do PSB sobre as ideias inovadoras e vivificadoras da política que apresentamos aos militantes socialistas e à sociedade brasileira. O Caderno 1 continha o material teórico que informou as discussões realizadas em nossa histórica Conferência Nacional realizada no Rio de Janeiro em 28, 29 e 30 de novembro de 2019 com a participação de mais de 300 dirigentes partidários. O Caderno 2 reproduziu essas primeiras teses agregando as contribuições dos companheiros que participaram da Conferência Nacional da Autorreforma. O presente Caderno 3 contém uma síntese dos cadernos anteriores e a sistematização de uma proposta para o novo programa do PSB a ser apresentada no Congresso Nacional do partido em 2021.

Novas ideias a exemplo da Revolução Criativa na Educação, Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento, Reforma do Estado, Amazônia 4.0, Empregos Verdes, Reforma Urbana e Cidades Criativas ao lado da defesa de vários pontos da Constituição de 1988 como parte da proposta do novo programa do PSB. Dedicamos todo um capítulo ao Socialismo, à Democracia e ao Partido que Queremos. Presente também referência à Não Violência Ativa como uma ideia de método da luta pelo Socialismo Criativo.

